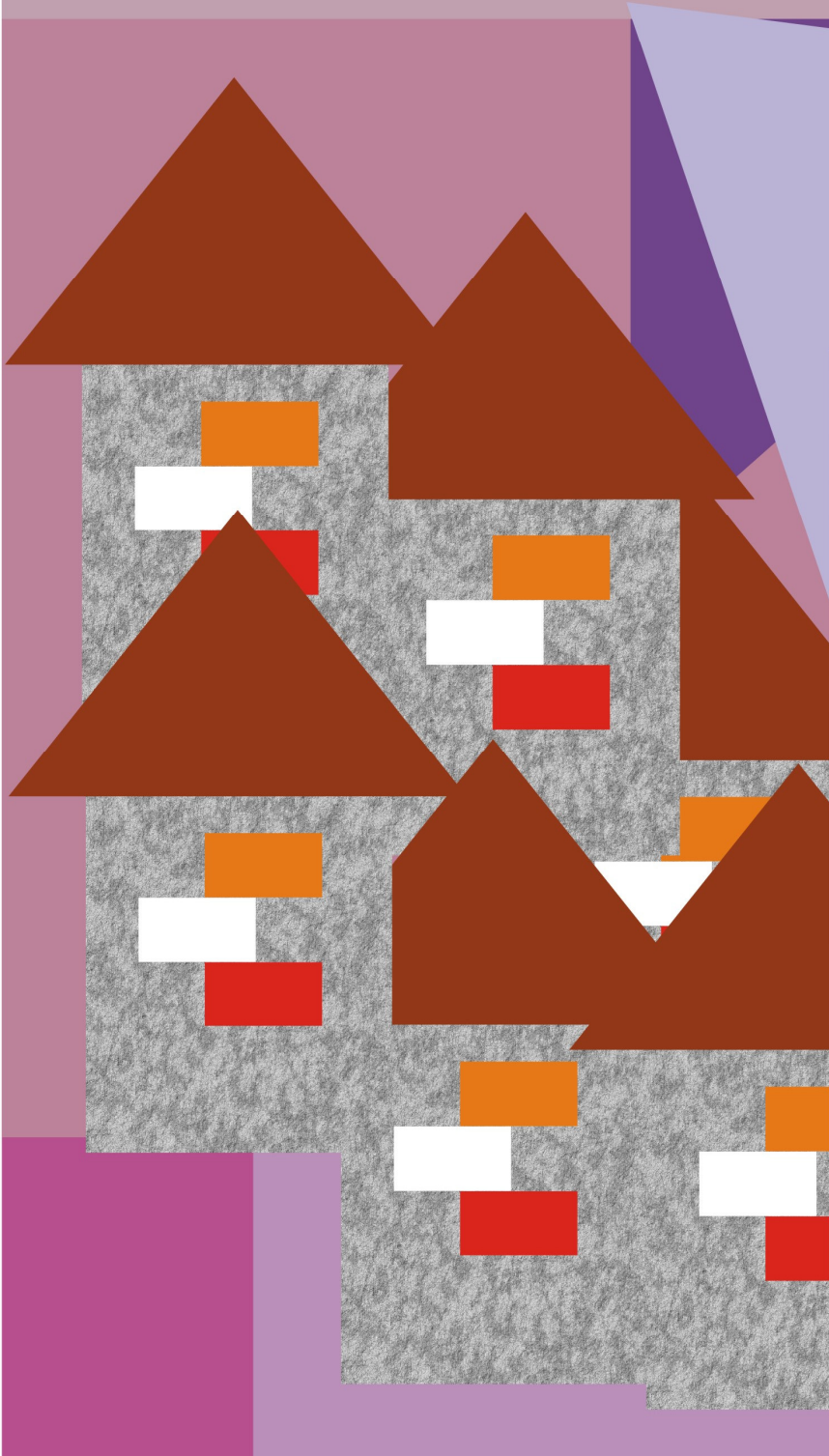


A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS FRENTE À INTERVENÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO CONJUNTO HABITACIONAL VARGEM GRANDE



JOYCE COSTA SANTOS

**A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS FRENTE À INTERVENÇÃO PÚBLICA:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO CONJUNTO HABITACIONAL
VARGEM GRANDE**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL
MONTES CLAROS - MG
MARÇO /2009**

Joyce Costa Santos

**A PERCEPÇÃO DOS ATORES SOCIAIS FRENTE À INTERVENÇÃO PÚBLICA:
UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DO
CONJUNTO HABITACIONAL
VARGEM GRANDE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros, como requisito final para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso

**Montes Claros - MG
Março / 2009**

S237p Santos, Joyce Costa.
A percepção dos atores sociais frente à intervenção pública: uma análise sociológica do conjunto habitacional Vargem Grande / Joyce Costa Santos. – 2009.
106 f. : il. 30 cm.

Bibliografia : f. 99-101.

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes/PPGDS, 2009.

Orientador: Profº Dr. Antônio Dimas Cardoso.

1. Relações sociais. 2. Assentamentos. 3. Conjunto habitacional – Vargem Grande. I. Cardoso, Antônio Dimas. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título.

RSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A comissão examinadora abaixo-assinada aprova a dissertação “A percepção dos atores sociais frente à intervenção pública: uma análise sociológica do Conjunto Habitacional Vargem Grande”, elaborada por Joyce Costa Santos, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Social.

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Antônio Dimas Cardoso - Orientador

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa

Prof. Dra. Maria Da Luz Alves Ferreira

MONTES CLAROS, MARÇO DE 2009.

DEDICATÓRIA

À Cleusa (*in memoriam*),
Que, na sua simplicidade, ensinou-me
que o conhecimento é um bem eterno.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, que é o sustentáculo do meu sucesso, por não hesitar em estar ao meu lado nas decisões mais complexas. Agradeço especialmente aos meus irmãos e ao meu padrasto, que sempre estiveram dispostos a me atenderem, seja na preparação dos lanches vespertinos ou na correria às papelarias, seja nos gestos mais simples, como a disponibilização do computador para que eu pudesse realizar as minhas tarefas, seja lendo textos que, sequer, compreendiam. A vocês, meu muito obrigada, sem vocês essa jornada se tornaria impossível! À minha mãe, que nunca questionou as minhas escolhas, e que me educou respeitando os meus caminhos.

Agradeço ao meu marido Fábio, pelo carinho, pelo estímulo, pela nova vida que tem proporcionado a mim e por respeitar e compreender minhas ausências e, por mais uma vez, acreditar nas minhas escolhas. Meu bálsamo, minha rocha, minha força!!!

Aos amigos; à Mayara, pela companhia diária, por aceitar-me como sou e por escolher ser mais que amiga, mas minha *irmã* por opção. À Maria Alice, presença constante e meiguice permanente; ao Daniel, sincero e honesto em todos os momentos; à Sheyla (Borges), que me fez sentir o verdadeiro sabor epistemológico e compreender que para ser sociólogo, é preciso amar e viver a profissão, mesmo com os dissabores. Aos colegas do mestrado, que acreditaram no meu potencial e que fizeram com que eu redescobrisse o sentido da amizade, do respeito e da responsabilidade. Às meninas Mônica, Jack, Dayana, Andréa, Elisa e Magda, o meu muito OBRIGADA pelos conselhos e pela preciosa atenção e confiança dedicadas a mim.

Aos meus mestres Da Luz e Rômulo, pela rica contribuição para o meu trabalho e por proporcionar-me a reflexão sobre o meu objeto de pesquisa. E ainda, por terem apontado o caminho para a minha vocação.

E ao meu orientador Prof. Dimas Cardoso, que, novamente, suportou momentos de guerra e de paz, que me puxou a orelha e que aceitou o ofício de mestre: orientar-me mais uma vez. Agradeço pelo respeito aos meus posicionamentos firmes, às altas viagens teóricas e por respeitar o meu tempo e o meu espaço. Agradeço pela atenção e, principalmente, pela confiança.

A sociologia talvez não merecesse uma hora de esforço se tivesse por finalidade apenas descobrir os cordões que movem os indivíduos que ela observa, se esquecesse que lida com os homens, mesmo quando estes, à maneira das marionetes, jogam um jogo cujas regras ignoram, em suma, se ela não se desse à tarefa de restituir a esses homens o sentido de suas ações.

Pierre Bourdieu, *O camponês e seu corpo*.

RESUMO:

Esta dissertação trata da investigação acerca dos reflexos e impactos causados pela remoção de um assentamento precário e o posterior reassentamento dos moradores em um conjunto habitacional construído para esta finalidade. Focaliza os mecanismos e os efeitos da mudança do assentamento precário para o conjunto habitacional, busca verificar como esta mudança se manifesta e como os atores a percebem. Constrói-se o arcabouço empírico e metodológico destacando o tratamento destinado para a política urbana, no nível nacional e municipal, visando promover a integração do recorte epistemológico com a totalidade. A partir do posicionamento dos atores sociais, a análise mostra que a intervenção estatal causa impactos positivos e negativos. No entanto, embora seja significativa a melhora na qualidade de vida da população atendida, nem sempre se alcançam as propostas idealizadas no projeto. Por fim, são apresentados os movimentos contraditórios que cercam a intervenção. Destaca-se a importância de mostrar o ponto de vista dos atores sociais submetidos ao programa de reassentamento.

PALAVRAS-CHAVE: relações sociais – assentamento precário - conjunto habitacional

ABSTRACT:

This dissertation deals with the research on the consequences and impacts caused by the removal of a poor settlement and the subsequent resettlement of residents in public housing built for this purpose. It focuses on the mechanisms and effects of change of settlement for the poor housing, to verify how this change manifests itself and how the actors perceive it. It builds the empirical framework and methodology for highlighting the treatment for urban policy at the national and municipal level, to promote the integration of the epistemological with the whole. From the position of social actors, the analysis shows that state intervention because the positive and negative. However, although significant improvement in quality of life of the population served, not always reach the proposed idealized in the project. Finally, we present the contradictory impulses that surround the intervention. Highlights the importance of showing the point of view of social actors on the program of resettlement.

KEYWORDS: social relations - precarious settlements - housing

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Esquema teórico da estruturação social	18
FIGURA 2 - Relação entre o conceito de campo e <i>habitus</i>	20
FIGURA 3 - Esquema teórico do conceito de <i>habitus</i>	21
FIGURA 4 - Oposição: cidade formal x cidade informal	36
FIGURA 5 - Localização dos Aglomerados Subnormais na Cidade de Montes Claros	58
FIGURA 6 - Função manifesta e função latente	71
FIGURA 7 - Fotos do Assentamento Precário Vargem Grande	72
FIGURA 8 - Fotos da Remoção do Assentamento Precário e do Conjunto Habitacional Vila Vargem Grande	74
FIGURA 9 - Escolha da Disposição das Casas no Conjunto Habitacional Vila Vargem Grande	75
FIGURA 10 - Casas à Venda	80
GRÁFICO 1 - Evolução no número de domicílios de 1977 a 2006	38
GRÁFICO 2 - População residente em assentamento precário	53

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Bairro x quantidade de casas x localização	45
QUADRO 2 – Localização dos assentamentos precários e proprietários	53
QUADRO 3 – Projetos Habitacionais	59
QUADRO 4 – Preferências	85

LISTA DE SIGLAS

ART.	Artigo
CF/88	Constituição Federal de 1988
CHVG	Conjunto Habitacional Vargem Grande
EC	Emenda Constitucional
FJP	Fundação João Pinheiro
GRAF.	Gráfico
HBB	Habitar Brasil BID
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PLHP	Programa Lares – Habitação Popular
SNIU	Sistema Nacional de Indicadores Urbanos
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

APRESENTAÇÃO.....	11
INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	18
1.1 Do conceito de <i>habitus</i> e de campo.....	19
1.1 Abordagem teórico-metodológica segundo Thiry-Cherques uma síntese da metodologia de Pierre Bourdieu	23
1.2 Questões Metodológicas.....	25
CAPÍTULO 2. URBANIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA POLÍTICA URBANA... 30	
2.1 O processo de urbanização e a reforma urbana	30
2.2 Constituição cidadã e estatuto da cidade: primeiros degraus para o acesso à cidade mais democrática.....	33
2.3 No limiar da formalidade e da informalidade	35
2.4 Usos sociais da cidade	41
CAPÍTULO 3. ANATOMIA ESPACIAL	45
3.1 Montes Claros: estrutura e política urbana	45
3.2 Estrutura urbana e ocupação de terras do poder público.....	50
3.3 Um olhar crítico sobre o processo político.....	55
3.4 Entre a estagnação e o fenômeno: habitação popular e condomínios populares	59
3.5 Projetos e programas habitacionais.....	60
CAPÍTULO 4. ESTRUTURAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO ÀS MARGENS DO CÓRREGO VARGEM GRANDE.....	64
4.1 O conjunto habitacional.....	64
4.2 Apropriação do espaço	66
4.3 Desígnios e reflexos da ocupação	69
4.4 Invisibilidade e desordem.....	71
CAPÍTULO 5. PARADOXOS: A CONCORRÊNCIA ENTRE OS PONTOS DE VISTA .. 76	
5.1 A diversidade de pontos de vista.....	79
5.2 Percepção do mundo social	82
5.3 As contradições do todo e das partes	86
5.3.1 Impactos e conflitos.....	87
5.3.1.1 Desenvolvimento local no contexto do conjunto habitacional	87
5.3.1.2 Uma parte do todo: processo político	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93

REFERÊNCIAS	99
ANEXOS.....	102

APRESENTAÇÃO

Quantas vezes nos deparamos com situações que nos levam a pensar em uma cidade ideal? Como seria a cidade ideal no imaginário das pessoas? A cidade ideal é um lugar agradável para se morar, com casas próprias, com um jardim na frente e com área de lazer para as crianças. Nessa cidade há e

scolas e creches, hospitais e postos de saúde na vizinhança, e transporte coletivo ao alcance de pequenas caminhadas. Na cidade ideal transporte, educação, saúde e lazer são direitos da população que são respeitados. O acesso a escolas e creches faz com que a população da cidade ideal seja majoritariamente alfabetizada. Toda a população desta cidade tem qualidade de vida satisfatória, haja vista que todos têm, nas proximidades de casa, um parque com área verde, brinquedos e equipamentos de ginástica, além da forma de acesso à cultura e lazer, que ocorre de forma isonômica.

Entretanto, este é somente um mero devaneio de mentes que pensam em um dia ter acesso à cidade ideal. Nas cidades reais, ou seja, no mundo real, uma em cada três pessoas vive em favelas ou em situações similares às das favelas¹, distantes dos bens e serviços públicos essenciais para a sobrevivência, como, por exemplo, o acesso à água potável.

A crescente urbanização trouxe, juntamente com o crescimento das cidades, a ampliação dos assentamentos habitacionais em condições precárias. A falta de alternativas habitacionais para a população de baixa renda incidiu na ampliação da cidade para as periferias, ora resultante das invasões de áreas públicas e privadas, ora estabelecidas em áreas de risco ou de proteção ambiental. Nestes dois casos, é recorrente a restrição do acesso aos bens e serviços públicos.

Efetivamente, o Estado, por muito tempo, assistiu ao crescimento desordenado da cidade sem intervir com políticas habitacionais que atendessem à população excluída. Deste modo, o crescimento dos assentamentos precários é também resultado da ausência e/ou conivência do Estado. Independentemente da intervenção ou não do Estado, consolidaram-se assentamentos precários como espaço permanente de moradias.

¹ Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) *UN-habitat* o estado das cidades 2006/07.

No início dos anos 1990, a intervenção mais praticada nessas áreas passou a ser a urbanização, tendo o município como principal mediador. Olhar, através do prisma do Conjunto Habitacional² Vargem Grande, é uma forma de traçar um paralelo entre o todo e a parte. Uma parte que já esteve à margem da cidade e que, atualmente, encontra-se integrada a ela por meio de projetos de intervenção social.

Em vários casos, como o investigado aqui, a urbanização de assentamentos precários não é possível, haja vista a sua localização e outros problemas existentes, como a proximidade de áreas de deslizamentos, enchentes e rodovias. Sendo assim, são criadas outras estratégias, como a remoção dos assentamentos precários e o reassentamento dos ocupantes em habitações com condições salubres, construídas para esse fim, seja em condomínios populares seja em conjuntos habitacionais.

A argumentação neste estudo é de que: dar uma casa nova, elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade da população removida dos assentamentos precários não é suficiente, embora seja relevante para os resultados de melhoria de qualidade de vida. Por um lado, estas estratégias trazem algum sucesso, uma vez que melhoram as condições de moradia e asseguram o acesso à cidade formal e o usufruto de outros direitos correlatos. Por outro, estas intervenções impactam negativamente, porque os indivíduos necessitam readaptar e reestruturar as relações com o espaço vivido e honrar com as atribuições e com os ônus de morar legalmente, como tributos e taxações. Portanto, deste objetivo do trabalho é contribuir para o aprimoramento de programas e políticas de habitação e urbanização de assentamentos precários através da reflexão em torno do posicionamento dos atores sociais receptores destas políticas.

Trata-se de pensar a sustentabilidade dessas intervenções em longo prazo, para além do período da permanência da equipe social no campo, através dos apontamentos dos principais interessados – os moradores das áreas em questão. É necessário ir além da estrutura de concreto das moradias destinadas para os reassentados. É imprescindível adentrar a esfera subjetiva, tendo em vista as necessidades específicas de cada família atendida, já que os anseios da comunidade são formados pelo conjunto dos desejos e das vontades individuais.

² O Conjunto Habitacional Vargem Grande pode ser denominado como conjunto habitacional de interesse social, uma vez que “Os conjuntos habitacionais de interesse social são aqueles implementados pelo Poder Público no âmbito dos programas habitacionais”(BRASIL, 2009, p. 129). BRASIL, Ministério das Cidades. **Manual da Regularização Fundiária**. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Brasília, DF, 2009. 175 p.

INTRODUÇÃO

Não é raro encontrar pessoas que se apropriam da cidade como uma extensão da própria vida. Mas, na realidade, o que se vê são milhares de pessoas órfãs da cidade, sem acesso a serviços e bens básicos como saúde, educação e infraestrutura. O direito à cidade é uma conquista que pertence a todos os indivíduos, assim como o direito à vida. Esse direito implica que as pessoas tenham acesso a bens, serviços, políticas públicas e uma moradia digna.

Esta é uma das facetas da diversidade e da complexidade da cidade: o problema do acesso à moradia, um fator determinante de carências e desigualdades sociais no meio urbano que, somado ao modelo excludente e predatório de ocupação do espaço, deixa evidentes os traços dos processos sociais impressos neste ambiente. O estudo de problemas urbanos contempla uma das facetas da sociologia urbana, que subsume o pensamento e os pontos de vista aqui expressos.

Os pontos de vista aqui retratados são condutas que foram cristalizadas pela necessidade de os indivíduos se situarem no mundo e de compartilharem crenças, valores, posicionamentos comuns e, algumas vezes, concorrentes e conflitantes. Deste modo, a percepção individual ganhou a centralidade em detrimento do coletivo, pois os instrumentos quantitativos permitiram perfilar o grupo e os quantitativos consentiram interrogar qual o imaginário construído acerca da intervenção.

Influências teóricas³ e empíricas permitiram entender a singularidade do social a partir da percepção da cidade partida, de imagens opostas de desenvolvimento e pobreza num mesmo espaço. Sendo assim, a busca é por colaborar com a integração da teoria e da empiria, lançando luz sobre o ponto de vista dos atores sociais diante de uma realidade complexa expressa na transição da moradia de um assentamento precário para um conjunto habitacional.

³ JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias**: planejamento urbano no Brasil. IN ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. In **Estudos Avançados**, 2003, vol. 17, nº 48.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *A reforma e o plano: algumas indicações gerais*. In GRAZIA, Grazia de (ORG). **Plano Diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990

O posicionamento acerca da formação de assentamentos precários em Montes Claros tem dois pontos de vista hegemônicos: de um lado está uma visão emaranhada no senso comum e disseminada pela mídia como um processo personificado para os quais a formação dessas áreas é uma questão de responsabilidade política, expressa na figura do prefeito. Este posicionamento é apresentado de modo reducionista, com raízes ideológicas e restringe a explicação à personificação dos processos sociais a questões meramente administrativas. Não apresenta soluções ou alternativas, de modo que tem caráter quase que panfletário. Do outro lado está o posicionamento acadêmico, que fragmenta os problemas do espaço urbano, muitas vezes expressos em forma de diagnósticos descolados das interferências sociopolíticas e econômicas. Tais posicionamentos, muitas vezes, podem ser simplistas e deterministas deixando de lado questões mais abrangentes que interferem diretamente na estrutura e na conjuntura dos contornos da cidade.

A pesquisa é desenvolvida com a convicção de que é necessário desembaraçar as perspectivas acerca da questão habitacional desde o reconhecimento da necessidade de pensar a questão urbana. O objetivo primordial é tratar a percepção dos indivíduos beneficiários de políticas públicas habitacionais destinadas para a população de baixa renda, visando expor o ponto de vista dos atores sociais acerca do projeto. Entretanto, o trabalho de investigação careceu de uma materialização da questão habitacional, uma vez que é necessário situar o indivíduo temporal e espacialmente e contextualizá-lo em meio aos processos socioeconômicos e políticos nos quais está imerso. Ou seja: é necessário dar uma panorâmica da totalidade da questão habitacional, de modo que possibilite a visualização das grandes questões e desafios que justificam a opção epistemológica pela observação e investigação de um determinado conjunto habitacional, valorizando pequenas questões e pequenos desafios cotidianos, os quais permitem dar sentido para as ações e os pontos de vista dos atores sociais.

Esta pesquisa nasce, sobretudo, da necessidade de contribuir para demonstrar e dar um posicionamento científico para o estudo do surgimento dos assentamentos precários em Montes Claros, além de visar inserir nas discussões acerca dos problemas urbanos críticas reais, integradas à realidade sociopolítica local. A constitucionalização da política urbana aparece neste trabalho com o intuito de reconhecer a necessidade de se pensar a cidade para todos.

A pesquisa nasce, também, a partir de um ponto de vista e de uma curiosidade particular. A necessidade de identificar os mecanismos e os efeitos da transição de um assentamento

precário para um conjunto habitacional, de verificar como esta mudança se manifesta e como os atores a percebem.

O surgimento dos assentamentos precários tem como principais fatores a expansão demográfica, a redefinição de critérios dos limites das zonas rurais e a migração da zona rural para a cidade. Os impactos causados por estes fatores e a ocupação do espaço de forma predatória e excludente tem como resultado imediato a insustentabilidade do processo de ocupação da cidade. Esta insustentabilidade resulta na depredação de recursos naturais, no risco de enchentes, deslizamentos, erosões, entre outros fatores que afetam negativamente toda a cidade.

Este formato de ocupação urbana não é um aspecto singular típico somente nas grandes cidades, mas está presente em todo o território brasileiro. A expansão e o adensamento das periferias das cidades de médio e grande porte resultam em assentamentos precários para os mais pobres. Mas, por que as pessoas vivem assim, e como assegurar-lhes qualidade de vida?

A promulgação da Constituição de 1988 é a construção de um marco jurídico urbanístico que contribuiu efetivamente para assegurar aos cidadãos melhores condições de vida, uma vez que, no Capítulo de Política Urbana (arts. 182 e 183), está anunciada a obrigatoriedade de atendimento à função social da cidade. Através deste capítulo da Constituição, a discussão relativa à temática urbana ganhou legitimidade e abriu espaço para sucessivas conquistas no que tange a esse assunto.

Outra justificativa é a escassez de pesquisas sociológicas que ofereçam uma reflexão acerca da questão urbana e dos processos que permeiam esta temática. O ponto de vista aqui exposto se dá a partir da percepção das ciências sociais, sem negligenciar aportes geográficos, históricos e memorialistas. Tais aportes possibilitaram transitar por vários temas como urbanização, dicotomia entre cidade formal e informal, entre outros, que se afunilaram para o espaço empírico do Conjunto Habitacional Vargem Grande. A proposta é, por meio da investigação desse conjunto habitacional, lançar mão de questões até então discutidas informalmente, como a constituição de assentamentos precários na cidade de Montes Claros.

A pretensão não é esgotar nem abrir um leque de embates teóricos acerca da Constituição de 1988 e muito menos do Estatuto da Cidade e, sim, expor os aparatos normativos a que a cidade está submetida. É até mesmo uma forma de lançar mão de argumentos que

possibilitam esclarecer e questionar o modelo de planejamento adotado pela cidade de Montes Claros.

Os capítulos iniciais preparam o caminho, de modo que possibilite a inserção do processo micro num macro, uma vez que a questão habitacional e, principalmente, de remoção e o reassentamento de pessoas foi pensada a partir de uma política federal. Diante das possíveis facetas proporcionadas pela questão urbana, principalmente os problemas tangentes à habitação, seja no nível de articulação e mobilização dos movimentos sociais pela questão habitacional, seja pelas políticas de habitação de interesse social, seja pelas intervenções em assentamentos precários, entre outras inúmeras possibilidades, elegeu-se como objeto de investigação o ponto de vista dos sujeitos sociais receptores da política pública. Daí a necessidade de ir ver como é, o que se ouve dizer.

O capítulo inicial evidencia os aspectos epistemológicos e metodológicos utilizados para a construção do arcabouço teórico e empírico. O capítulo segundo tem o intuito de dar uma panorâmica de onde surgem os questionamentos acerca da política urbana, bem como é percebida a necessidade do planejamento público. O segundo capítulo é um contraponto para o desenvolvimento dos capítulos posteriores, uma vez que é a partir da CF/88 que o acesso à moradia é reconhecido como um direito social.

O capítulo 2 tem como propósito pincelar os embates pela reforma urbana, a inserção e o reconhecimento da necessidade de uma política urbana e as alternativas propostas pelo Estatuto da Cidade. Num segundo momento, talvez a intenção seja um pouco mais atrevida, objetivando repensar o surgimento dos assentamentos precários na cidade de Montes Claros, através da releitura de descrições memorialistas.

No terceiro capítulo, a discussão é pautada na exposição do processo de urbanização de Montes Claros, de modo que contemple a posição espacial e temporal do objeto de pesquisa proposto. A intervenção aqui analisada é o Programa Habitar Brasil – BID, um projeto piloto do governo federal, idealizado com o intuito de superar as condições de miséria em áreas metropolitanas, e aglomerados urbanos. Este projeto tem como potenciais beneficiários a população de baixa renda residente em assentamentos precários. Em Montes Claros, o projeto habitacional da Poligonal Vila Vargem Grande abrange seis bairros principais, no entorno da obra de canalização do Córrego Vargem Grande: Bairro Vargem Grande II, Jardim São Geraldo, São Geraldo, Cyro dos Anjos, Joaquim Costa, Chiquinho Guimarães e o

reassentamento, a chamada Vila Vargem Grande, composta por 151 famílias removidas de situação de risco pelo programa.

O Conjunto Habitacional Vargem Grande é resultado do processo de urbanização somado ao modelo de estrutura urbana da cidade iniciado nos anos 50, quando o crescimento desordenado resultou na formação de assentamentos precários e na deterioração da qualidade de vida dos cidadãos.

Até o capítulo 3, a questão da moradia serve como pano de fundo para os processos com maior abrangência. O trabalho foi organizado e apresentado de modo que permita o aprimoramento do olhar acerca da questão urbana. O capítulo quarto busca mostrar a configuração da estruturação e desestruturação do assentamento precário, buscando responder como o espaço foi apropriado e desapropriado. Quais os motivos que levaram o poder público a desestruturar uma ordem já estabelecida? O que esta desestruturação provocou nos sujeitos receptores da intervenção? Quem são estes indivíduos?

Após discutir estas questões, a intenção é apontar os conflitos existentes, seja da teoria e da empiria, seja da percepção dos indivíduos do seu mundo social. A proposta fundamental é trazer à luz o posicionamento dos atores sociais frente a este processo, tendo em vista o universo de possibilidades de escolhas e de pontos de vista.

CAPÍTULO 1. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A proposta é seguir a teoria e a proposta prática de Pierre Bourdieu. Para tanto, são expostos alguns conceitos chaves que permitem a compreensão do caminho epistemológico acolhido com o intuito de melhor apreender os resultados obtidos empiricamente.

A epistemologia de Pierre Bourdieu é, em si, uma variante do estruturalismo no qual a estrutura está subjacente ao social. Esta é produto de uma gênese social dos esquemas de percepção, pensamento e ação constituídos continuamente. O teórico tem como expoente a objetivação do sujeito objetivante através da autoconsciência, da autocrítica.

O discurso sociológico da teoria bourdiana tem o intuito de superar a dicotomia existente entre objetivismo e subjetivismo, a partir da mediação entre o ator social e a sociedade, uma vez que a percepção do mundo social é o produto de uma dupla estruturação social, onde há uma relação dialética entre o sujeito e o mundo objetivado.

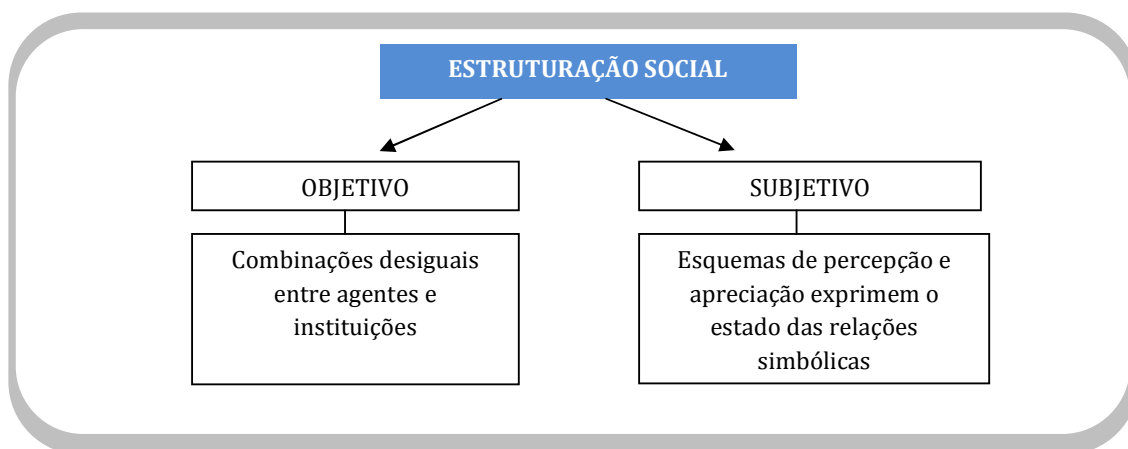


FIGURA 1 – Esquema Teórico da Estruturação Social
 FONTE: Thiry-Cherques (2006).

Este esquema teórico demonstra a relação dialética existente entre o subjetivismo e o objetivismo. É nesse movimento paradoxal que Bourdieu usa o seu conceito de *habitus* com o intuito de amalgamar a relação entre sujeito e objeto. O *habitus* é então um modo de percepção e ação dos indivíduos a partir da sua apreensão ativa do mundo, construindo, deste modo, a sua visão de mundo. Esta, por sua vez, é construída através de coações estruturais. O conceito de *habitus* contribui para a compreensão do modo como o indivíduo interioriza

normas, valores e sistemas de classificação. A capacidade de classificar reproduz concepções construídas sobre a distribuição desigual entre bens simbólicos e materiais.

O trabalho empírico não entende a ação social a partir dos testemunhos, das explicações e reações, mas busca o que está implícito nesses fenômenos, refletindo na busca de uma estrutura historicizada imposta sob pensamentos e ações. A teoria de Pierre Bourdieu estrutura-se sob três conceitos básicos: capital, *campo* e *habitus*, estes últimos serão mais recorrentes no corpo desta dissertação.

1.1 DO CONCEITO DE HABITUS E DE CAMPO

O conceito de *habitus* tem uma longa trajetória⁴ que passa por Aristóteles, Tomás de Aquino, Mauss e Husserl. A noção utilizada por Bourdieu aproxima-se da concepção de Heidegger do “modo de ser no mundo”. Para Bourdieu, o *habitus* é o modo de perceber, sentir, fazer e reagir à determinada circunstância. O *habitus* é reflexo da capacidade natural de adquirir capacidades não-naturais, assim como o “gosto”, que é a internalização das estruturas sociais individuais e coletivas. A constituição do *habitus* é algo processual adquirido através de diversas formas de aprendizagem.

A percepção dos indivíduos ocorre de modo singular, bem como os sentimentos e as reações frente às diferentes circunstâncias. A necessidade e a situação de habitabilidade dos atores sociais eram bem semelhantes no que diz respeito à qualidade de vida, à precariedade e à informalidade das moradias. Entretanto, a mudança para o conjunto habitacional, o aumento da autonomia individual e a desestruturação da ordem vigente fizeram com que os posicionamentos diferentes emergissem. Reações de satisfação, insatisfação e indiferença passaram a compor o espaço das novas relações. Estas relações, no espaço estruturado, estão munidas de relações simbólicas estruturadas na linguagem, regras, conduta, nas experiências

⁴ THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Jul 2008. doi: 10.1590/S0034-76122006000100003

individuais obtidas e vividas noutros espaços e no *habitus*. A noção de *habitus* proposta por Bourdieu é de

(...) dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes (...). O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição de um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas de bens, de práticas. (...) os *habitus* são diferenciados, mas também são diferenciadores. (BOURDIEU, 2005, p.21-22).

A abordagem de Bourdieu ao conceito de *habitus* engloba noções que permeiam o princípio da ação como: *ethos* - moral, valores, *hexis* – práticas corporais adquiridas (posturas e expressões) e *eidos* – modo de pensar. O *habitus* é o mediador da ação e da estrutura.

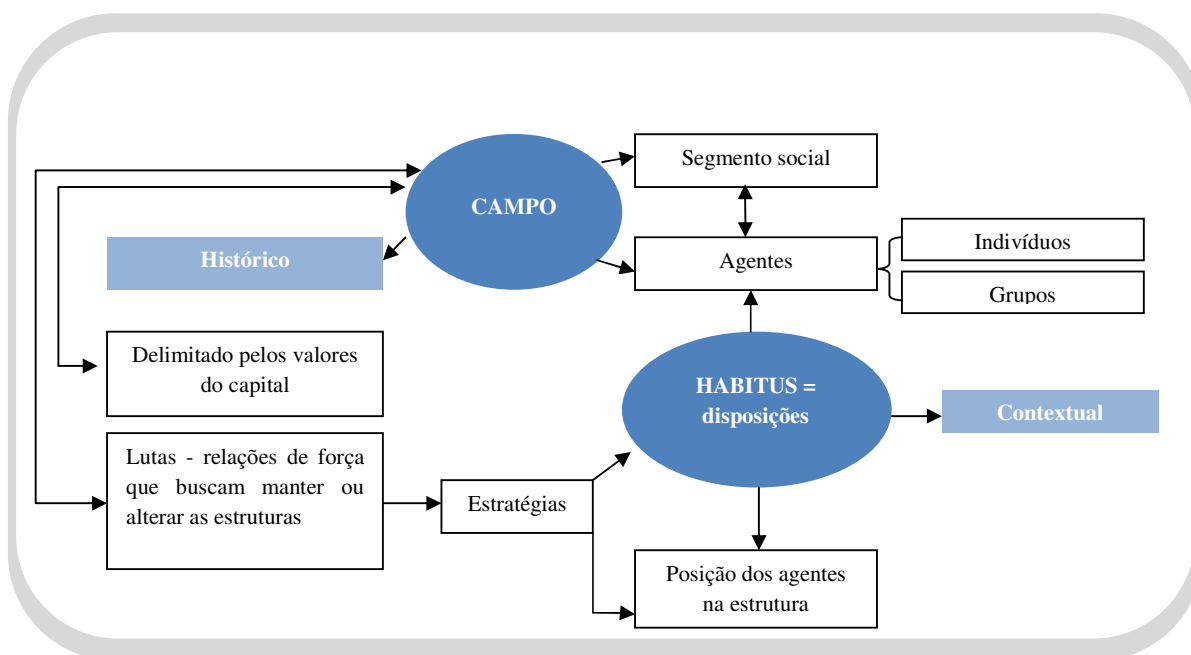


FIGURA 2– Relação entre o conceito de campo e *habitus*
 FONTE: Thiry-Cherques (2006).

Diferentemente do *campo*, que é bem homogêneo no que tange ao perfil sociossituacional da população, o *habitus* tem aspectos homogêneos e também heterogêneos provenientes do estilo de vida de cada indivíduo. O que é peculiar e característico da população investigada é a forma de convivência e de contato social estabelecido nas calçadas e nos portões de casa, uma forma de manter a interação sem trazer custos e de demonstrar que não há alternativas estruturais para a prática da interação por meio do lazer ou da prática de esportes. Por ali não há praças, quadras, centros de convivência ou igrejas, o que desfavorece o desenvolvimento do capital social, refletido na apatia social estabelecida.

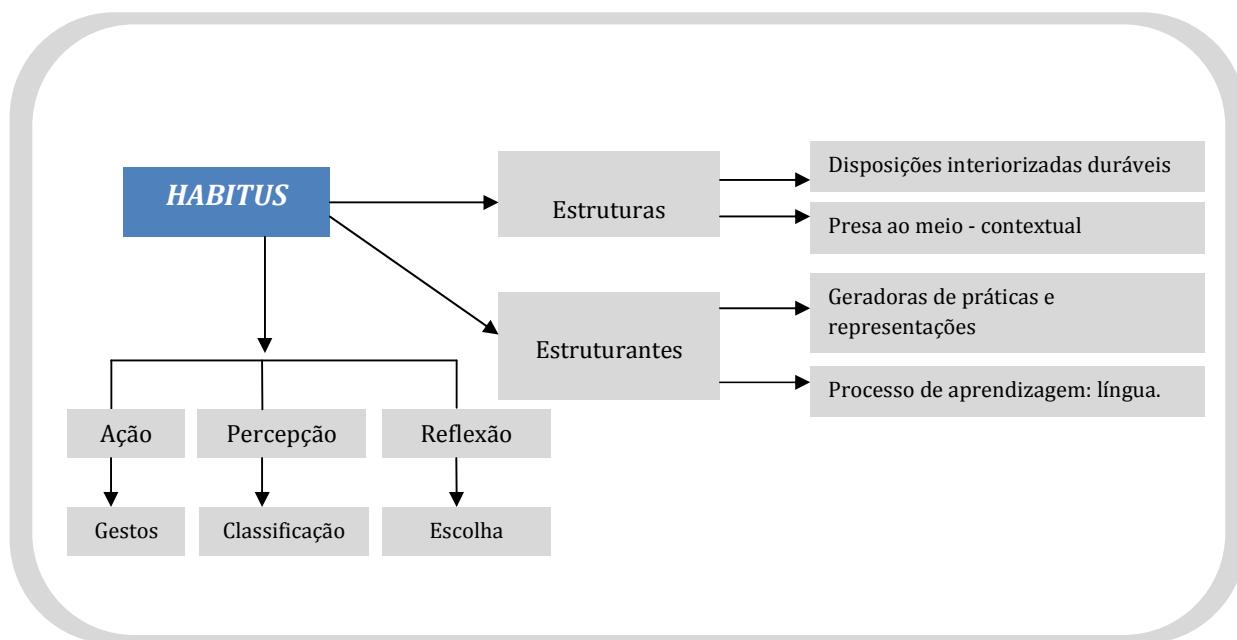


FIGURA 3 – Esquema teórico do conceito de *habitus*
 FONTE: Bourdieu, 2001.

A constituição do *habitus* ocorre de forma autônoma, pois dá liberdade aos indivíduos respeitando os limites e as regras do campo em que estão inseridos. O *habitus* permite que o indivíduo faça as suas escolhas em meio a uma liberdade restrita pelos limites do campo.

O termo *campo*, na teoria de Bourdieu, é uma busca pela superação da oposição existente entre objetivismo e subjetivismo, de modo suplementar. O campo é o espaço habitado com símbolos, distâncias sociais e diferenças retraduzidas na forma do poder capital, que reflete diretamente na estrutura espacial a partir da distribuição de agentes sociais, bens e serviços públicos e privados. O campo estrutura-se conforme a disposição dos agentes no espaço físico de acordo com as suas posições relativas como: localizações temporárias, permanentes, através das propriedades e da demonstração de poder de consumo.

A estruturação espacial estrutura também o formato e a proximidade das relações a partir do pressuposto de Bourdieu de que a distância espacial reflete na distância social. Estas distâncias, na maioria das vezes, são determinadas pela renda, uma vez que “o capital permite manter à distância as pessoas e as coisas indesejáveis ao mesmo tempo que aproximar-se de pessoas e coisas desejáveis...” (BOURDIEU, 2007, p. 64)⁵. Esta concepção permite inferir que recortes sistemáticos evidenciam a homogeneidade existente entre os indivíduos e o espaço em questão.

⁵ BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

O campo social é reflexo da construção coletiva do espaço físico, sendo a atribuição de sentido e de simbolismo “(...) o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida...” (BOURDIEU, 2007, p.163). Enquanto o *habitus* é a forma individual (construída através do coletivo) subjetiva de interpretar, estabelecer diferenças e fazer escolhas é enxergar conforme a própria miopia.

O campo social, bem como a realidade social, deve ser visualizado de modo que tenha a concepção de que o objeto em questão é construído a partir do senso comum dos indivíduos com base na sua vida cotidiana e a partir da sua posição na estrutura como agentes (BOURDIEU, 1990). Tem-se o *habitus* como forma de mediar o mundo das relações estruturais e das ações e instituições. “O campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo.” (BOURDIEU, 1992, p. 102-103)⁶. A evolução das sociedades possibilita o surgimento de novos campos, com processo de diferenciação contínuo.

Deve-se admitir que a remoção e o reassentamento de famílias, em geral, são um processo social com efeitos complexos e múltiplos, que compreendem aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, interferindo diretamente em um campo de forças de mútuas interações. Deste modo o espaço habitado é uma forma de simbolização do espaço social (BOURDIEU, 2007), demonstrando o contraste de posicionamentos e as distâncias sociais proporcionadas por outras relações estabelecidas fora deste campo específico, acarretando interferências na mudança do *habitus* através das diferentes escolhas individuais, como a religião, hábitos familiares, tipo de trabalho e capital cultural, entre outros.

⁶ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

1.1 ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA SEGUNDO THIRY-CHERQUES⁷ UMA SÍNTESE DA METODOLOGIA DE PIERRE BOURDIEU

O esquema metodológico traçado por Thiry-Cherques (2006), a partir da síntese do pensamento e da metodologia de Bourdieu, permitiu a sistematização e a análise qualitativa do trabalho. Sendo assim, é importante apresentar as questões que nortearam a exposição que se segue.

O ponto de partida deste roteiro genérico é a elucidação do *campo*. Deste modo, a compreensão do campo deu-se inicialmente por acompanhar indiretamente o processo de remoção das famílias da área de risco nas proximidades do córrego Vargem Grande. Posteriormente, tomou-se conhecimento, através de fotos, da antiga realidade e da atual situação das residências. Para melhor apreensão da dada realidade, optou-se por aplicar um instrumento para verificar o perfil socio situacional da população para que, após a tabulação dos dados, o pesquisador fosse a campo para conversas formais e informais com os moradores.

Lançando mão dos dados disponíveis *a priori*, o ponto de vista e a posição do pesquisador foram definidas de modo que possibilitasse a interpretação das relações objetivas – através dos dados e informações mensuráveis, a objetivação da objetivação. Sendo assim, o *campo* foi delimitado de forma livre, uma vez que o objeto definido apresentava várias possibilidades de análises sociológicas e políticas. A demarcação do campo deixou definida a intenção da pesquisa, o que evitou a mudança de perspectiva no decorrer do trabalho.

A partir da análise da posição do objeto de estudo na estrutura do campo, e após verificar teoricamente as possibilidades epistemológicas, a arrancada foi no sentido de construir a problemática, colocando a razão sobre a experiência juntamente com um quadro teórico elaborado previamente. A partir da construção da problemática e através da seleção de elementos da realidade multiforme, a procura foi no sentido de descobrir um sistema de relações próprias ao segmento estudado, com o objetivo de dar ênfase ao que é diferente.

⁷ THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Jul 2008. doi: 10.1590/S0034-76122006000100003

Em virtude dessa especificidade de dar ênfase ao que é diferente, ficou claro que nem todo objeto é evidente, e que é necessário estar atento ao que é latente e não manifesto⁸. Este posicionamento conduziu a investigação no sentido de classificar os classificadores de modo que levou o pesquisador a pensar: por que os indivíduos pensam e agem desta forma, uma vez que no campo há contradições entre as pessoas, mesmo estando em condições muito semelhantes?

Após a determinação do campo, das possibilidades teóricas e metodológicas, a busca foi por encontrar homologias entre a posição do agente e da estrutura objetiva, com o intuito de verificar o que são e onde estão construídas as relações objetivas, além de estabelecer a posição dos agentes na produção do objeto.

Para tanto, a análise da posição dos agentes na estrutura passou por dois momentos distintos. De um lado, a análise das posições objetivas dos indivíduos relacionou a renda (variável mensurável) à interpretação de causas estruturais, como o que leva os indivíduos a terem determinado ponto de vista. Do outro lado, ficou a análise das posições subjetivas, visando focalizar o que era universalizável naquele campo específico, através dos discursos e dos dados estatísticos.

Todo o trabalho foi conduzido deste modo, buscando as respostas para questões suscitadas no decorrer da construção do arcabouço teórico. A lógica da exposição deste traçado metodológico visa contribuir para a melhor apreensão dos dados imbuídos na pesquisa empírica apresentada a seguir.

⁸ Conceito central na Sociologia de Robert Merton (1910-2003), a ideia de funções manifestas e funções latentes pode ser também aplicada ao entendimento do agir individual. Segundo essa distinção, um comportamento possui, em geral, motivações manifestas (aquelas abertamente expressas por seu praticante) e motivações latentes, que possuem um caráter involuntário e inconsciente. A função manifesta abertamente expressa por um consumidor de vinhos caros é a da satisfação de seu gosto refinado. Mas é bem possível que, por trás desse comportamento, haja também motivações inconscientes: o desejo de ser reconhecido como uma pessoa refinada e bem-sucedida. De fato, a distinção social atribuída aos especialistas em vinho é compatível com essa função latente. Disponível em : <http://sandrosell.blogspot.com/2007/09/funes-manifestas-e-latentes.html>. Acesso em 01/01/2009.

1.2 QUESTÕES METODOLÓGICAS

A concepção tradicional baseada no positivismo deu ênfase à mensuração de metas e resultados produzidos; porém, como a sociologia é dinâmica, outros métodos surgiram em complementação aos métodos quantitativos, dando ênfase ao papel dos atores que imprimiram nas ações a direção e a sua própria dinâmica – avaliação quantitativa. Para o tratamento destinado aos aspectos subjetivos, como a percepção dos atores sociais, foi inviável a utilização de métodos positivistas na busca de quantificar as relações através de métodos das ciências naturais, o que direcionou para uma abordagem fenomenológica através da sociologia compreensiva.

A opção pelo método pode ser justificada pelo fato de o método qualitativo “... ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”⁹. (RICHARDSON, 1999, p.79) Este método permitiu compreender melhor as particularidades dos atores sociais em questão. A escolha encontrou sustentação na afirmação de Richardson (1999) de que algumas situações implicam estudos de conotação qualitativa:

Situações em que se evidencia a importância de uma abordagem qualitativa para efeito de compreender aspectos psicológicos cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos devido à complexidade que encerra. Nesse sentido, temos estudos dirigidos à análise de atitudes, motivações, expectativas valores etc. (RICHARDSON, 1999, p.80)

A utilização do método qualitativo permitiu dar maior ênfase à relação do indivíduo com a sociedade. Optou-se por este método por entender que o método quantitativo poderia levar à generalização de alguns dados, e ainda, por valorizar os aspectos subjetivos intrínsecos aos atores sociais em questão.

A execução da pesquisa de forma qualitativa buscou capturar a lógica mais profunda do mundo social. Entretanto, para capturá-la, foi necessário submergir na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada.

A pesquisa empírica foi trabalhada através de fontes primárias ligadas às subjetividades individuais do mundo concreto das relações humanas. Objetivando a) identificar os mecanismos e os efeitos da mudança da organização social de um assentamento precário para

⁹ RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

um conjunto habitacional; b) verificar como essa passagem se manifesta na consciência e nas categorias mentais dos atores sociais envolvidos; c) verificar como os atores perceberam a intervenção social.

Para dar conta da proposta da pesquisa e identificar os efeitos da intervenção estatal na vida dos atores sociais, assim como a sua percepção do processo, foi escolhido o método qualitativo de pesquisa. A escolha desse método foi pertinente, uma vez que o objetivo maior não é mensurar dados, mas qualificar o significado da ação social, assim como a sua interpretação e compreensão. Os referidos atores envolvidos foram a população beneficiária. Esta distinção é feita para esclarecer desde já que o foco do trabalho são os moradores da área de intervenção e não a perspectiva dos interventores – no caso o poder público.

Para abranger da melhor forma possível os aspectos subjetivos citados anteriormente, a técnica das entrevistas foi eleita em complemento à aplicação de questionários. A entrevista é uma técnica importante que permitiu o desenvolvimento de uma estreita relação entre o entrevistador e o entrevistado. (RICHARDSON: 1999, p. 207)

Para verificar o posicionamento dos atores sociais frente ao processo de intervenção, foi utilizada a metodologia “bola de neve” para a seleção dos moradores entrevistados. O ponto de partida foi entrevistar o morador mais antigo daquela região, que indicou outro, e assim sucessivamente.

As entrevistas foram direcionadas de modo que o entrevistado apontasse os pontos fortes e os fracos, além das oportunidades e ameaças que a intervenção pode trazer ou trouxe para a sua vida. O princípio desta condução foi a análise SWOT, também conhecida como forças, oportunidades, fraquezas e ameaças – FOFA, haja vista que avalia os pontos fortes e fracos da intervenção, além das ameaças e oportunidades que esta pode trazer para a comunidade. A análise dos pontos fortes e fracos concentrou-se nos fatores internos do empreendimento. As forças (strengths) - se referem às vantagens ou competências essenciais que o empreendimento trouxe para os indivíduos desse local. As fraquezas (weaknesses)- referem-se às limitações do empreendimento frente aos entrevistados. As oportunidades (opportunities) são as condições favoráveis do ambiente externo, que podem gerar forças para os envolvidos. E finalmente as ameaças (threats) – visam demonstrar as condições ou barreiras externas que podem dificultar a consecução dos objetivos propostos pelo empreendimento.

A investigação científica acerca do tema teve como base a perspectiva qualitativa, que partiu para a interpretação dos fenômenos sociais a partir da percepção dos atores envolvidos. Entretanto, o método quantitativo foi utilizado para traçar o perfil socioambiental dos atores sociais.

A pesquisa fez o uso de instrumentos e métodos qualiquantitativos por entender que as técnicas são complementares e que o uso de um procedimento não inviabiliza o outro. O universo pesquisado atendeu aos seguintes critérios:

Critérios de inclusão:

- Moradores do Conjunto Habitacional Vargem Grande.
- Ser maior de 15 anos.
- Fazer parte da amostra sistemática.
- Aceitar participar da pesquisa.

Critérios de exclusão:

- Não se encaixar no universo a ser pesquisado (não ser morador do Conjunto).
- Ser menor de 15 anos.
- Não fazer parte da amostra sistemática.
- Não se interessar em participar voluntariamente da pesquisa.

O procedimento de seleção das amostras foi dividido em duas partes: a amostra para análise quantitativa e para análise qualitativa. A primeira amostra para aplicação do instrumento foi realizada através de amostra sistemática, onde foram selecionadas 60 residências para a entrevista de um morador obedecendo aos critérios de inclusão. No segundo momento, não foi determinada uma amostra *a priori*.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi um questionário com questões estruturadas e semi-estruturadas. O roteiro foi utilizado com o intuito de conduzir as entrevistas. Com o objetivo de verificar a viabilidade e eficácia deste instrumento, o mesmo foi aplicado, de forma aleatória, a cinco pessoas que não compunham o universo delimitado.

O trabalho foi organizado em duas partes: o estudo, que consistiu na apresentação de assuntos pertinentes às questões urbanas localizadas espacial e temporalmente, à contextualização do

espaço da pesquisa, assim como o processo de formação dos assentamentos precários no âmbito municipal. O segundo momento – empírico - foi contemplado pela aplicação de instrumento¹⁰, entrevistas, conversas informais e observações *in loco*.

O estudo, por sua vez, contemplou dois momentos distintos: a elaboração do arcabouço teórico conceitual, que deu sustentação para a compreensão acerca do aparato normativo que rege a cidade bem como o modelo de urbanização brasileira. Este panorama contribuiu para a interpretação da forma como o espaço urbano de Montes Claros foi construído. O estudo acerca de tais questões contemplou o segundo momento desta produção acadêmica, tendo em vista a necessidade de contextualizá-la espacial e temporalmente, uma vez que a “história é a medula do estudo social...”¹¹.

No segundo período do estudo, a opção foi utilizar as teorias de Pierre Bourdieu como base para a construção do espaço social bem como para traçar o caminho epistemológico contribuindo para aguçar o posicionamento do pesquisador frente ao objeto.

A especialização técnica em determinado tema não consiste simplesmente em tratar um assunto de forma minimalista, mas assegurar a elaboração de um trabalho com rigor científico e com caráter duradouro. Para tanto, há uma ressalva para o aspecto duradouro do trabalho - a característica fundamental da ciência em si - os cientistas devem fazer ciência conscientes de que esta é dinâmica e em constante processo de superação.

A sociologia compreensiva é contrária a posicionamentos positivistas, uma vez que consiste na relação do indivíduo com a sociedade, além de preocupar-se com a compreensão interpretativa da ação social. Por ação social entende-se a ação orientada pelas ações dos outros, ou seja, é uma ação que espera de algum modo a reação de outro indivíduo. O ato social é socialmente condicionado e estruturado. Outros posicionamentos que reforçam a diferença da sociologia das ciências naturais são apontados por Minayo¹² (1992, p.51) sob a lógica weberiana, como: a) pesquisa empírica – tem a função de fornecer dados que possibilitem formulações teóricas; b) tais dados derivam da vida dos atores sociais; c) os atores sociais dão significados ao seu ambiente de forma variada; d) os atores podem

¹⁰ Anexo I

¹¹ MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

¹² MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento — Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

descrever, explicar e justificar suas ações, que são “sempre” motivadas por causas tradicionais, sentimentos ou causas não racionais.

A sociologia weberiana forneceu instrumentos suficientes para dar conta do tema em questão, tendo em vista que, para Weber, as realidades sociais são construídas nos significados. Os princípios weberianos que conduziram o trabalho científico foram a neutralidade de valor e a construção do tipo ideal. A construção do tipo ideal foi uma forma de ordenar as ideias de modo que tornou possível articular e sistematizar os dados. Para tanto, o tipo ideal foi o reflexo das hipóteses imbricadas na investigação científica a partir das concepções valorativas. A elaboração de um tipo ideal: “Tem antes o significado de um conceito limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de algum dos seus elementos importantes e com a qual esta é comparada”¹³ (MINAYO, 1992, p.140).

Deste modo, a pesquisa foi estruturada e, após as conclusões acerca do trabalho empírico, o trabalho foi formatado em quatro capítulos que permitem uma noção contextual do processo, uma vez que é prudente inserir o recorte epistemológico espacial e temporalmente.

¹³ WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

CAPÍTULO 2. URBANIZAÇÃO E O RECONHECIMENTO DA POLÍTICA URBANA

2.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E A REFORMA URBANA

O termo urbanização abarca as análises sociológicas, as descrições históricas e geográficas, assim como a determinação cultural e natural da ocupação do espaço urbano. Este termo consiste no ato de as pessoas viverem aglomeradas e dedicadas às atividades que não sejam primárias (PINHEIRO, 2002) ¹⁴. A mudança estrutural provocada pelo deslocamento do aparato produtivo para a zona urbana fez com que a cidade se tornasse autárquica em detrimento da zona rural. A expansão da industrialização e o deslocamento do aparato produtivo para a cidade redefiniu o papel e o espaço da cidade, uma vez que este era utilizado somente para comercializar os produtos trazidos da zona rural e para alocar os aparatos físicos e burocráticos do Estado.

A supremacia das cidades atraiu os investimentos estatais que perpassaram os investimentos em infraestrutura e abrangeu as regulamentações como a lei de uso e ocupação do solo até os códigos de construção, assim como a regulamentação da relação entre capital e trabalho. Para Francisco de Oliveira¹⁵ (1982, p. 37), “é nas cidades que se localizam os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto aos aparelhos de Estado”. Este espaço urbanizado apresenta demandas ao Estado, como infraestrutura, e gera regiões urbanizadas. Logo, a urbanização é o que, para Castells (2000), é a forma especial da ocupação do espaço, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta com previsível diferenciação funcional e social maior, ou seja, o ato de transformar determinado espaço em cidade. A urbanização é a transformação de determinadas áreas em cidade provida de infraestrutura e de serviços urbanos.

A estruturação do urbano é uma ação complexa, uma vez que a natureza sofre alterações culturais, sociais, econômicas e tecnológicas. A concepção aqui exposta está embasada no pensamento de que a determinação entre o natural e o cultural deve ser superada, a partir de

¹⁴ PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos**. Salvador: Eduba, 2002.

¹⁵ OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. In **Revista de Estudos Regionais e Urbanos** n° 6, Jun-set 1982, p. 38-54.

uma análise da estrutura social considerada como um processo dialético, correlacionando os dois tipos de elementos por meio das práticas sociais determinadas por suas características históricas.

A estrutura social apresenta diferenças assim como as oposições ao seu desenvolvimento que reage sobre a própria estrutura e produz novos efeitos. Estes efeitos não provêm da consciência dos homens, mas da combinação das suas práticas determinadas pelo estado da estrutura: “Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele” (CASTELLS, 2006, p.193)¹⁶.

O processo de urbanização intensificado no século XX evidenciou a desigualdade social no Brasil, decorrente da má distribuição de renda. A urbanização deixou evidentes os sinais do sistema capitalista expressos na criação de espaços de exclusão, seja em termos simbólicos ou materiais e proporcionou o surgimento de termos como: exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, ilegalidade e informalidade.

O movimento de migração zona rural zona urbana deu mais visibilidade para a precariedade das condições de vida de grande parte da população, contribuindo diretamente para evidenciar o confronto existente entre os fatores econômicos e sociais. Deste modo, o processo de urbanização somado à industrialização, ao sistema capitalista e ao crescimento demográfico materializou-se através do aumento do número de famílias residentes em assentamentos precários e à baixa qualidade de vida dessas pessoas.

Assim, é possível demonstrar que a estrutura fundiária é um dos fatores preponderantes das desigualdades sociais, haja vista que é determinante para os modos de vida a que os indivíduos estão submetidos. E é através do respeito a tais interesses que os indivíduos se distribuem no espaço, uma vez que “... subordina os direitos políticos, os direitos individuais, a cidadania aos modelos de uma racionalidade econômica.” (GRAZIA, 1990, p. 9)¹⁷.

O aumento da população urbana implicou na necessidade de ampliar a oferta dos serviços e equipamentos urbanos, bem como na oferta de moradia para as famílias. Diante desta materialização e da evidência dos problemas tangentes à urbanização, como a dificuldade de

¹⁶ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

¹⁷ GRAZIA, Grazia de (ORG). **Plano Diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

acesso a bens e serviços públicos, da baixa qualidade de vida intensificada com a sucessiva migração para áreas urbanas, surgiram grupos¹⁸ de pressão, organizados para “(...) exigir providências do poder público e marcaram o cenário metropolitano nos anos 1970 e 80. Operada em dois planos – o dos embates sociais e políticos no território concreto da cidade e o da construção dos direitos formalmente reconhecidos (...)”¹⁹.

Foi através dos movimentos das décadas de 80 e 90 que algumas conquistas foram atingidas, como a apresentação da emenda de iniciativa popular pela reforma urbana:

(...) levaram ao Congresso Nacional uma emenda popular que conseguiu angariar 160 mil assinaturas (Maricato, 1997). (Segundo o *Jornal da Constituinte*, "foi apresentada emenda popular sobre a reforma urbana, com 131 mil assinaturas, patrocinada pelas Federações Nacional dos Engenheiros e Nacional dos Arquitetos e pelo Instituto de Arquitetos do Brasil"). A organização política do Movimento surtiu efeito. Ainda que em termos nem sempre coincidentes com o que propunha a emenda popular da Reforma Urbana, a Constituição de 1988, como se disse, marcou a introdução dessa temática na história constitucional brasileira. (BASSUL, 2002)

Através dos enfrentamentos políticos dos grupos de pressão, o poder político reconheceu a urbanidade do Brasil na Constituição de 1988. A reforma urbana foi pensada a partir do princípio do direito à cidade, somada à gestão democrática e à função social da cidade e da propriedade, de modo que as pessoas possam ter acesso à cidade, bens, serviços e políticas públicas, e, principalmente, o acesso a uma moradia digna.

A bandeira levantada pelo movimento da Reforma Urbana é de uma cidade democrática, onde o espaço público atenda às necessidades de todos, de modo que toda a população tenha acesso à infraestrutura, como rede de esgoto, água encanada, energia, transportes e a serviços como educação e saúde. Assegurar o acesso à cidade implica elevar, diretamente, a qualidade de vida dos cidadãos.

¹⁸ Na década de 80 o grande eixo para discussões teóricas são os “movimentos sociais”, tendo como foco os grupos organizados em torno de temáticas específicas. Neste contexto os pesquisadores buscam elementos inovadores na nova forma de organização e de fazer política. É na década de 80 que o ator social substitui a categoria “classe social”, assim como o movimento social substitui comunidades de base, trabalhadores rurais entre tantos outros. Scherer-Warren trata a década de 90 como campo para detectar novos temas e enfoques dos movimentos. Como os movimentos de mulheres, índios, negros, ecologistas e minorias que ganham destaque, Os movimentos passaram a demandar não somente bens e serviços necessários para a sua sobrevivência cotidiana, baseadas nos direitos sociais tradicionais, mas os Novos Movimentos Sociais apresentam uma nova demanda relativa aos direitos sociais modernos, que buscavam liberdade e igualdade, pelos sexos raças e gêneros. Ao invés de se pensar na tomada do poder através da revolução, poder-se-ia pensar em transformações culturais e políticas a partir da rotina dos atores envolvidos. O alvo então se torna o sujeito coletivo, como os movimentos urbanos, os ecologistas, os feministas. SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996. P.16.

¹⁹ BASSUL, José Roberto. **Reforma urbana e Estatuto da Cidade**. *EURE (Santiago)*. [online]. sep. 2002, vol.28, no.84, p.133-144. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 17 Dez. 2008.

2.2 CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E ESTATUTO DA CIDADE: PRIMEIROS DEGRAUS PARA O ACESSO À CIDADE MAIS DEMOCRÁTICA

A democratização do país veio acompanhada do reconhecimento do direito à moradia e à cidade e da incorporação dos economicamente mais pobres como alvo das políticas urbanas. A Constituição Federal de 1988 promulgou as primeiras atribuições democráticas da política de desenvolvimento urbano, como o desenvolvimento do ordenamento das funções sociais da cidade e do bem-estar da população.

A inclusão dos artigos direcionados para a política urbana sucedeu em resposta aos movimentos e pressões da sociedade iniciados por volta dos anos 1950. Em entrevista para o Fórum Nacional da Reforma Urbana, Raquel Rolnik²⁰ afirmou que o movimento para a Reforma Urbana surgiu como uma das reformas de base nos anos 50, quando o país discutia o projeto de desenvolvimento econômico e uma parte da sociedade brasileira se articulou para demandar que no processo de desenvolvimento econômico brasileiro se fizesse a reforma agrária, a urbana e a educacional. Ou seja, a Reforma Urbana seria uma das dimensões da reforma do Estado para garantir que o governo e as políticas públicas brasileiras fossem mais incluídas e pudessem atingir o conjunto da população. Entretanto, esse projeto não foi efetivado, tendo em vista que o projeto de urbanização brasileiro é conservador. Uma parte da cidade é bem organizada, bem servida de serviços, equipamentos públicos, pavimentação e infraestrutura, enquanto a maior parte da cidade não tem acesso a esses bens e serviços.

A mobilização política dos movimentos sociais prosseguiu durante as décadas seguintes e assegurou a primeira vitória no que tange às suas reivindicações de cidades mais incluídas através da apresentação da emenda popular sobre a reforma urbana. Embora a emenda popular não tenha sido totalmente referenciada, a Constituição de 1988 foi o primeiro degrau para a introdução dessa temática de forma constitucional.

Entretanto, o marco regulatório da política urbana nacional é representado pela Lei nº 10.257, mais conhecida como Estatuto da Cidade, aprovada pelo Congresso Nacional em 10 de Julho de 2001. O Estatuto da Cidade tornou-se um parâmetro de questionamento para o modelo de

²⁰ ROLNIK, Raquel. Entrevista concedida à Rádio Fórum da Reforma Urbana. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>> . Acesso em: 15 dez. 2008.

política urbana, vigente até então. Assim como também se tornou um instrumento de proposição de alternativas visando a inclusão territorial, além de ter como objetivo a melhoria imediata nas condições de vida urbana dos mais pobres, assim como na construção de um modelo mais democrático da cidade para o futuro.

De forma sumária, o Estatuto da Cidade explicita que: “A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana”²¹(Brasil, art.2º), tendo como diretrizes gerais: a garantia do direito a cidades sustentáveis; participação popular; cooperação entre os poderes públicos e privados; planejamento do desenvolvimento das cidades; proteção ambiental, cultural e patrimonial; produção de bens e serviços visando a sustentabilidade ambiental e o combate à especulação imobiliária.

Tais diretrizes têm como ferramentas as possibilidades oferecidas pela referida lei, como: a gestão democrática, plano diretor, parcelamento, edificação e uso compulsório do solo, IPTU progressivo, entre outros expressos na legislação. Deste modo, o Estatuto da Cidade apresenta um conjunto de instrumentos disponíveis para o planejamento público, tendo como peça angular o Plano Diretor obrigatório para cidades com mais de 20 mil habitantes, um indicador para o cumprimento da função social da cidade.

É com base nessas diretrizes e com a obrigatoriedade do Plano Diretor que as políticas públicas habitacionais começaram a ser pensadas, com o objetivo de atender às exigências do Estatuto da Cidade através da regulação dos usos da propriedade urbana em benefício da coletividade, da segurança e bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental.

²¹BRASIL. LEI Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

2.3 NO LIMIAR DA FORMALIDADE E DA INFORMALIDADE

A ocupação das “terras de ninguém” – terrenos públicos e até privados - apresenta aspectos comuns a grandes centros urbanos, tendo em vista que no Brasil, historicamente, há uma distância tradicional entre arcabouço jurídico e a realidade social. No âmbito dos problemas urbanos, este não é diferente. O sucessivo crescimento demográfico das cidades nos últimos 50 anos no Brasil proporcionou também o aumento na densidade de ocupação do solo. Para remeter à legislação urbanística, serão utilizados dois termos: *cidade formal*²² e *cidade informal*.

A racionalização da ocupação do espaço, com a função positivista de ordená-lo trouxe algumas consequências expressas na (in)efetividade da legislação frente ao contínuo aumento das ocupações informais, e no restrito ambiente de aplicação das normas, tendo em vista que: “A ocupação ilegal da terra urbana é não só permitida como parte do modelo de desenvolvimento do Brasil...” (Maricato, 2000, p.147)²³. O que endossa a premissa de que o crescimento predatório das cidades não é em função da ausência de normas, mas na aplicação discriminatória da lei, ampliando a exclusão social.

A gênese de assentamentos precários e as ocupações irregulares favoreceram o surgimento da contradição no território de Montes Claros – a cidade informal concorrendo com a formalidade e a hierarquia da cidade formal.

A cidade informal apresenta aspectos antagônicos aos da cidade formal, além de assumir posições permanentes na estrutura territorial. Assim como a afirmação espacial, os agentes sociais informais assumiram posições na estrutura, de modo que exprimem “... também no lugar que ocupa (no direito) no espaço através de suas propriedades...” (BOURDIEU, 2007, p. 161)²⁴.

A oposição expressa entre a formalidade e a informalidade endossa oposições que superam a esfera simbólica e atingem a esfera estrutural como:

²² *cidade formal* – atribuído para os espaços que seguem as normas urbanísticas que orientam as construções, usos e ocupação do solo, e demais normas e *cidade informal* – atribuído para os lugares estabelecidos sob alguma forma de irregularidade.

²³ MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. IN ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

²⁴ BOURDIEU, Pierre. (coord). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

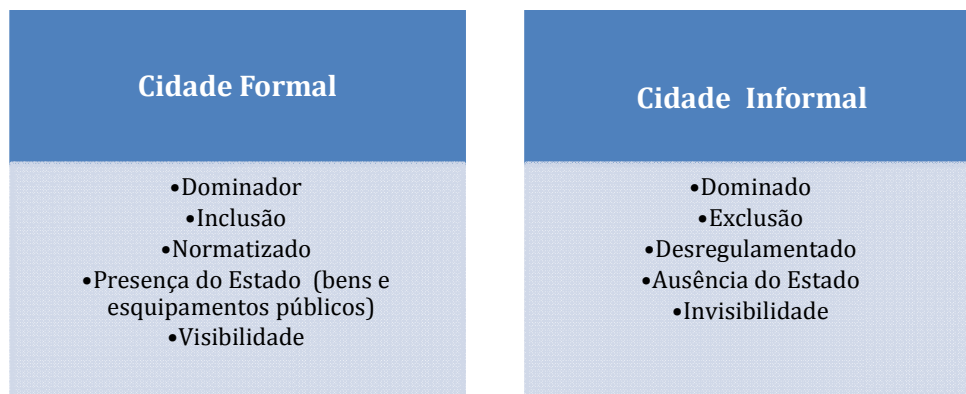


FIGURA 4 – Oposição: cidade formal x cidade informal
 FONTE: Maricato, 2000.

Embora exista de fato a cidade informal, o espaço urbano é dominado e apropriado material e simbolicamente pela cidade formal. Na discussão acerca da “cidade informal”, é válido ressaltar os aspectos da “cidade formal”. A cidade formal²⁵ é estabelecida através de agentes formalmente instituídos - o mercado imobiliário formal e o poder público. Os parâmetros e normatizações são ações recentes que foram contemplados pela Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, pelo Estatuto da Cidade. Mas, o que fazer com os espaços já constituídos?

A forma de regularizar a cidade, de modo que atenda aos padrões urbanísticos, e que não aumente a desigualdade social no âmbito local, é a intervenção do poder público local, por meio das suas atribuições no papel de gestor do desenvolvimento local. A ação do poder público local para normatizar a produção material do espaço deve fincar as suas bases na garantia do respeito aos direitos estabelecidos na Constituição Federal, como o direito à moradia, além de reduzir os impactos do sistema, onde a tarefa primordial do Estado é diminuir os conflitos gerados pelas desigualdades sociais.

A legislação urbana surgiu como forma de instrumentalizar e estruturar o mercado imobiliário, uma vez que os Códigos Municipais de Posturas tiveram papel preponderante na segregação espacial, bem como na determinação das áreas de interesse imobiliário.²⁶ A criação de critérios de regulamentação e planejamento proporcionou que as ausências aumentassem a distância entre *formalidade e informalidade*.

²⁵ COSTA, Heloisa Soares de Moura. A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. IN BRANDÃO, Carlos Antonio Leite (org.) **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

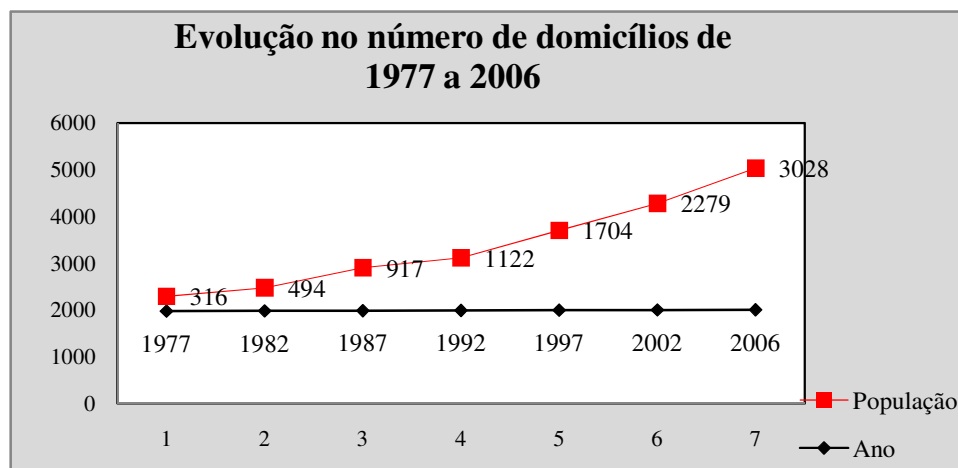
²⁶ MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. In **Estudos Avançados**, 2003, vol. 17, nº 48.

O tripé *legislação – mercado restrito – exclusão* apresenta uma relação intrínseca, haja vista que a legislação urbana é um instrumento de estruturação do mercado imobiliário. A cidade formal é estabelecida através da regulação urbanística expressa no mercado imobiliário e nas legislações vigentes. Visando assegurar uma melhor condição de vida dos indivíduos, as normas e os parâmetros foram criados, “... foram delineados os parâmetros gerais para a formulação de um modelo mais igualitário de vida urbana, calcado na compreensão da cidade como produto histórico e fruto do trabalho produtivo” (RIBEIRO, 1990, p. 15)²⁷. Entretanto, o que é de fato evidente é que a distância existente entre legislação e realidade social é muito grande, uma vez que a legislação urbanística funciona somente para uma parte da cidade.

A constituição de nichos informais reflete nos altos índices de formação de assentamentos precários, bem como no sucessivo surgimento de loteamentos irregulares e clandestinos. A cidade é produzida através do confronto entre fatores econômicos e sociais. Deste modo, o alto valor financeiro agregado ao bem de consumo incide na dificuldade do pobre em ter acesso à moradia. Porém, a habitação é um produto de primeira necessidade, e a ausência de recursos financeiros facilita as ocupações informais, invasões e a autoconstrução, formando assentamentos precários, sem condições básicas de moradia e com baixa qualidade de vida. A informalidade pode estar na forma de acesso à terra, no respeito ao parcelamento do solo, loteamentos irregulares, ocupação de áreas de risco, bem como na autoconstrução.

²⁷ RIBEIRO, Ana Clara Torres. A reforma e o plano: algumas indicações gerais. In GRAZIA, Grazia de (ORG). **Plano Diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

GRÁFICO 1- Evolução no número de domicílios de 1977 a 2006.



Fonte: “Diagnóstico Socioeconômico das Aglomerações Precárias” da cidade de Montes Claros - Secretaria de Políticas Sociais/Habitação – Montes Claros/2007.

O grande marco para o surgimento e a ampliação da cidade informal em Montes Claros foram os sucessivos fluxos migratórios que ocorreram no país nas décadas de 1960, 70 e 80. A massa migratória não teve acesso ao mercado imobiliário privado e também não foi atendida por políticas públicas de habitação²⁸.

O processo de urbanização teve como principal catalisador a industrialização intensificada na década de 30 no Brasil. Desta forma, a urbanização apresenta as seguintes características:

1. Industrialização: a industrialização trouxe consigo a prática de baixos salários para retribuição ao emprego da força produtiva. Os baixos salários insuficientes para assegurar o acesso dos indivíduos às necessidades básicas como: saúde, alimentação, educação e habitação.
2. Legislação ambígua e aplicação arbitrária da lei: ocupação das terras urbanas de forma predatória, tolerada pelo Estado.
3. Gestão Urbana: direcionada pela especulação fundiária e pelo mercado, negligenciando a necessidade de democratizar o acesso à terra e à moradia. (MARICATO, 2000, p.155)²⁹.

30

²⁸ IDEM.

²⁹MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil**. IN ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

O constante aumento da população alojada na cidade informal não é um fenômeno singular. O aumento da população na cidade informal, segundo Cardoso³¹, se dá por dois motivos: a oferta de crédito e de terra. A oferta de crédito depende de uma política de financiamento mais ampla, que não pode ser pensada senão a partir de uma política federal. Com relação à oferta da terra, o aumento dessa oferta se deve à ação do poder público através da provisão de infraestrutura, bem como dos serviços e equipamentos de uso público, o que determina a urbanização de determinada área. O alto preço da terra, decorrente do processo de urbanização, inviabiliza o acesso da população de baixa renda, que, somado a outros processos socioeconômicos, como a informalidade produtiva e a precarização da moradia, resultam em produtos de baixo preço e, conseqüentemente de baixa qualidade.

Os dois motivos enumerados por Cardoso permeiam outros níveis socioeconômicos, como a distribuição de renda, crescimento da economia, situação produtiva - setor informal e formal, bem como na ausência de políticas públicas, financiamento e a limitação da oferta de terrenos regulares. A reprodução dos assentamentos precários e ilegais é a alternativa viável para a população de baixa renda desprovida de políticas públicas, para a garantia do direito à habitação.

A informalidade dos assentamentos precários ocorre por meio da dinâmica econômica estabelecida pelo sistema capitalista, tendo em vista que há duas formas de legalizar³² a cidade: através de agentes formalmente instituídos – o mercado imobiliário formal e o poder público – através de políticas públicas e regulamentações efetivas. Nesse sentido, convém considerar que a legislação urbanística vigente na grande maioria dos municípios é obsoleta, e muitas vezes inefetiva. No que tange à inefetividade da lei, Cardoso sintetizou o pensamento de O'Donnell "(...) para O'Donnell a inefetividade da lei na América Latina seria o reflexo do sistema econômico-social extremamente desigual e gerador de pobreza que compromete estruturalmente as possibilidades de consolidação e aprofundamento da democracia" (CARDOSO, 2003, p. 8). Assim é possível perceber que a rigidez da legislação e/ou o

³⁰ Diante dos apontamentos de Maricato que caracterizam o processo de urbanização serão enfatizados: a Gestão Urbana e a Legislação. A ênfase para estes dois pontos se dá pelo fato de o poder público ser o responsável pelo controle da ocupação do solo e a legislação por ser o instrumento normatizador da sociedade

³¹ CARDOSO, Adauto Lúcio. Textos técnicos para subsidiar a formulação do programa nacional de integração urbana de assentamentos precários. Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação 03 e 04 de setembro de 2003. Disponível em: Acesso em: 24/09/2007.

³² COSTA, Heloisa Soares de Moura. A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. IN BRANDÃO, Carlos Antonio Leite (org.) **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

desconhecimento da mesma inibe que o cidadão informal exerça a sua autonomia individual assegurada pelos seus direitos civis, bem como na sua capacidade de fazer escolhas.

A legislação urbanística, assim como as demais legislações contempladas pela Constituição Federal de 1988, apareceu como um elemento chave que dá suporte ao processo de normatização das cidades brasileiras. Os pressupostos estabelecidos na Constituição de 1988 e, posteriormente, na Lei nº 10.257 têm a função de racionalizar a utilização do espaço público tanto quanto distribuir a população e as atividades no espaço. O controle urbanístico tem como instrumentos básicos o zoneamento – que controla a distribuição dos usos e atividades, parâmetros de ocupação do solo, regulamentação do uso e parcelamento do solo e controle sobre as edificações.

De acordo com Cardoso (2003), o zoneamento tem caráter histórico e, no século XIX, tinha a função de hierarquizar a cidade, ou seja, uma forma de segregar. Entretanto, com a emergência do modelo do urbanismo moderno, o zoneamento passou a apresentar-se com a função de racionalizar as funções, sem discriminação de categorias sociais (CARDOSO, 2003, p. 9).

A urbanização em si foi regida em sua maior parte pelo mercado com pequenas intervenções públicas. O desenvolvimento das cidades deveria se estabelecer sobre dois eixos de intervenção pública: intervenção direta – provisão de infraestrutura, serviços e produção de moradias populares e através da regulação privada de produção do ambiente constituído, visando o barateamento do mercado de moradias (CARDOSO, 2003, p. 9).

2.4 USOS SOCIAIS DA CIDADE

Pensar socialmente a cidade formal e informal³³, a coexistência de duas situações antagônicas num mesmo espaço, sob os mesmos olhares e processos pode parecer complexo. Entretanto, a existência de contrários e avessos não é algo raro, basta olhar em volta e verificar a proximidade e a tenuidade da linha que separa inúmeras situações antagônicas. É sob o mesmo céu e sob o mesmo sol, nos limites intramunicipais, na legislação e nos processos socioeconômicos que coexistem situações locais adversas que adentram a processos mais amplos, denominados globais. É em meio a tal paradoxo que se torna visível os processos locais em meio ao chamamento para os processos globais.

Esse paradoxo ganha força em forma normativa na Constituição de 1988, ao tratar da função do município e da política urbana nos artigos 30 e 182, respectivamente. Nestes termos a Constituição atribui poder para que a administração pública municipal seja responsável pela legislação local, assim como promotora do desenvolvimento socioeconômico e local. Após a Constituição de 1988 a cidade ganhou mais autonomia e passou a ser vista como o

primeiro degrau de acesso ao sistema público por parte do cidadão, o governo local ocupa um lugar privilegiado para o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia, a construção da cidadania, *a extensão do direito à cidade a todos os seus habitantes e também a melhoria dos padrões de vida dos seus habitantes.*³⁴ (IBAM, p. 11, 2005)³⁵.

Tendo em vista a ampliação das possibilidades de ação do poder público municipal, somadas às suas obrigações de atender à função da cidade, o poder público deparou-se com “a faca e o queijo na mão” - a obrigação somada à instrumentalização e à autonomia.

Destarte, a CF/88 muniu a população de instrumentos para cobranças sobre a administração pública tangentes às suas reais obrigações. Inicialmente, o poder público, nas três instâncias (federal, estadual e municipal), deve atender aos direitos sociais do cidadão:

³⁴ Grifo nosso.

³⁵ INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas; Aprendiendo de la Innovación - Aprendiendo de la Innovación: desenvolvimento local. 2005. Disponível em: http://www.mejorespracticass.org/docs/Publicaciones/8_Desenvolvimento_Local_IBAM.pdf. Acesso em; 23/08/2007.

Art. 6º. São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.³⁶

Em seguida, o art. 182 indica que a política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo poder público municipal com o objetivo de ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar dos cidadãos.

Expostas as normatizações expressas na CF/88 e a legislação local voltada para os assuntos de interesse local, conforme apontado anteriormente questiona-se: Por que o desuso de ferramentas tão importantes, como a Lei Orgânica Municipal? Como atender à função social da cidade? Como reduzir a distância existente entre a cidade formal e a cidade informal? A utilização destes instrumentos contribui para o avanço do desenvolvimento local?

A Lei Orgânica Municipal é um instrumento que responde ao art. 29 da CF/88. É esta lei que dá diretrizes à administração pública para que possa conduzir legalmente as práticas eminentes ao município. Assim, a Lei Orgânica, juntamente com o Plano Diretor, ambos obrigatórios³⁷, ordena o município desde o uso e o parcelamento do solo até às políticas públicas que visam o atendimento aos direitos sociais da população.

Desta forma, ao atender os parâmetros da Lei Orgânica Municipal e os objetivos expressos no Plano Diretor, o poder público caminha na direção da garantia ao direito à cidade e à função social da cidade. Os objetivos expressos no Plano Diretor da cidade de Montes Claros³⁸, assim como no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, enfatizam aspectos que clarificam o obscuro e amplo sentido do termo *função social da cidade*, como, a ordenação do pleno desenvolvimento do município no plano social, do melhoramento da qualidade de vida urbana, além da:

³⁶ BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO.

³⁷ Plano Diretor – obrigatório para cidades com população acima de 20 mil habitantes.

³⁸ Art. 3º. - São objetivos do Plano Diretor:

I - ordenar o pleno desenvolvimento do Município no plano social, adequando a ocupação e o uso do solo urbano à função social da propriedade;

II - melhorar a qualidade de vida urbana, garantindo o bem-estar dos munícipes;

III - promover a adequada distribuição dos contingentes populacionais, conciliando-a às diversas atividades urbanas instaladas;

IV - promover a compatibilização da política urbana municipal com a estadual e a federal;

VI - preservar, proteger e recuperar o meio ambiente e o patrimônio cultural, histórico, paisagístico, artístico e arqueológico municipal;

VII - promover a integração e a complementaridade das atividades urbanas e rurais na região polarizada pelo Município - visando, dentre outros, à redução da migração para este, mediante o adequado planejamento do desenvolvimento regional.

VIII – preservar e valorizar o patrimônio natural do município e proteger o meio ambiente através do controle do uso do solo urbano e rural.

I. garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. (Art. 2º da Lei nº 10.257)

Soma-se a tais premissas a gestão democrática e participativa, resumindo de modo sumário as funções sociais da cidade, e asseguram o direito à cidade, de modo que ampliam o acesso dos cidadãos aos recursos oferecidos pela cidade.

Em suma, a função social da cidade consiste em assegurar aos cidadãos o acesso aos seus direitos básicos, como: o acesso à moradia, ao transporte, a serviços e equipamentos urbanos, à saúde, à educação, à preservação ambiental e cultural, de modo que a sua qualidade de vida seja melhorada.

A redução no *déficit* habitacional, assim como a legalização das ocupações irregulares, é tarefa do poder público municipal. A resolução destes problemas urbanos não se dará de forma simples, mas por meio da junção de políticas públicas municipais articuladas a programas federais. Entretanto, a democratização do acesso à terra urbana e à moradia articula-se num patamar mais amplo, através de programas governamentais que facilitam o acesso das famílias pobres à moradia por meio da construção de conjuntos habitacionais, mas deixam de fora aqueles que moram informalmente. Para esses, a solução pode estar mais próxima, através da flexibilização da legislação e da taxaço municipal, e ainda, por meio de campanhas de informação sobre as formas e as providências legais para as construções, uso e parcelamento do solo.

A legislação deve atender ao interesse social, e a taxaço deve ser viável para os diversos estratos sociais, de modo que favoreça a inserção do cidadão à cidade formal e resulte no melhoramento da qualidade de vida, isso implica atender às funções sociais da cidade. Portanto, o movimento contrário às altas taxações, legislação inflexível e a falta de informações tangentes às normas para as construções e regularizações imobiliárias implicam ampliar a distância entre cidade formal e informal.

A construção da cidadania a partir da participação popular, através da gestão democrática, orienta as ações municipais para o desenvolvimento local, uma vez que este se direciona para o fortalecimento dos formatos administrativos que endossam o envolvimento da população e, conseqüentemente, assegura a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos sustentada pela liberdade de escolha.

Isso, por meio da redução do *déficit* habitacional, ampliação da cidade formal, aumento do acesso dos cidadãos aos recursos da cidade implica um contramovimento que valoriza as raízes locais, através da preservação dos bens patrimoniais, ambientais e culturais, bem como os bens simbólicos na busca da consolidação e afirmação da identidade, enfatizando diferenças e particularismos.

O desenvolvimento local e econômico vincula-se ao desenvolvimento da cidade, uma vez que quanto maior a disponibilidade de bens e serviços públicos, maior a produtividade econômica. Todavia, para que o desenvolvimento local tome as devidas proporções, é necessário ter consciência dos desafios que estão postos à frente como, por exemplo: a ausência de bases de informações econômicas desagregadas, formulação de programas desagregados, mobilização de recursos humanos, criações de iniciativas econômicas municipais, capacitação de agentes regionais públicos e privados, fortalecimento de ambientes de cooperação. E, principalmente, o maior dos desafios: o fortalecimento do governo local como promotor do desenvolvimento e da participação destituído de práticas clientelistas e assistencialistas³⁹.

A mudança de posicionamento do poder público local e o conseqüente envolvimento em ações que visam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, como a infra-estrutura urbana e a garantia do respeito aos direitos estabelecidos na Constituição Federal e o direito à moradia reduzem a desigualdade social. A tarefa primordial do Estado é diminuir os impactos gerados pelo sistema sobre a vida do indivíduo, reduzindo o fosso das desigualdades sociais. A deterioração da qualidade de vida dos indivíduos está refletida em indicadores como a renda, *condição de moradia*, qualidade e quantidade de serviços e equipamentos públicos disponíveis, aumento da criminalidade, violência, desemprego, entre outros.

³⁹ INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas; Aprendiendo de la Innovación - Aprendiendo de la Innovación: desenvolvimento local. 2005. Disponível em: http://www.mejorespracticass.org/docs/Publicaciones/8_Desenvolvimento_Local_IBAM.pdf. Acesso em; 23/08/2007.

CAPÍTULO 3. ANATOMIA ESPACIAL

3.1 MONTES CLAROS: ESTRUTURA E POLÍTICA URBANA

A cidade tem sido retratada por muitos como um lugar de conflito entre desenvolvimento e pobreza, como ambiente da segregação e da desigualdade social. Estas são algumas expressões do ambiente urbano, mas há também outros fatores que interferem diretamente na configuração da imagem das cidades - a lógica econômica que estrutura e desestrutura os espaços urbanos.

Tendo em vista as explicações anteriores acerca da urbanização, do reconhecimento do modo de vida urbano no Brasil através da inserção da política urbana na Constituição, dos impactos da sucessiva migração rural-urbano e dos instrumentos normativos à disposição do poder público, cabe lançar mão de uma faceta empírica que retoma aspectos do crescimento populacional, do modo de ocupação territorial e da mudança estrutural de uma cidade com características agrícolas para uma cidade moderna.

Montes Claros é a 6ª maior cidade do Estado de Minas Gerais e a maior da região Norte, e, como toda cidade média, apresenta problemas relativos à sua expansão. Entre os problemas consequentes da expansão da cidade, estão a necessidade de maior infraestrutura, concentração populacional, crescimento da pobreza, surgimento de assentamentos precários, e, principalmente, a diversificação das necessidades com características singulares de cada localidade. É a coexistência de contrários, de espaços de expansão e de desenvolvimento com espaços de pobreza e de exclusão, assim como a coexistência de estatutos sociais contrastantes. Em meio ao processo de crescimento da cidade os assentamentos precários são amostras da relação entre o processo de crescimento da cidade, e as manifestações de precariedade que o acompanham.

A urbanização da cidade deixou mais evidente alguns aspectos, os quais serão apontados neste capítulo, com o intuito de abrir o caminho para uma discussão mais específica acerca da remoção dos assentamentos precários e dos atores sociais presentes nestes processos.

Um olhar mais sensível... E se torna possível perceber a existência do processo histórico no centro de Montes Claros através da configuração das ruas, do formato das casas e prédios remanescentes do período que antecedeu a urbanização. O núcleo urbano de Montes Claros, assim como outros núcleos urbanos das sociedades não industrializadas, em meados do século XX, comportava diversas funções, entre elas a distribuição das mercadorias e o estabelecimento de relações, assim como eram o *lócus* do aparato burocrático. No Brasil, a estrutura das vilas e das pequenas cidades, em geral, seguiu um mesmo modelo na disposição das casas:

(...) no centro a matriz, cujas proporções espelhavam a fortuna do grupo dominante, rodeada no Largo e ruas adjacentes, pelas casas amplas e confortáveis das famílias gradas, vizinhas dos edifícios públicos; caminhando-se para a periferia, as casas se tornavam mais modestas e, finalmente, na periferia exterior, se localizavam famílias e indivíduos pertencentes às camadas inferiores da parentela. (QUEIROZ, 1976, p.201)⁴⁰

A disposição da cidade de Montes Claros em meados do século XX, e a sua consequente expansão territorial para as periferias confirma o posicionamento de Queiroz (1976): a existência de uma sociedade menos complexa, que vivia em torno do comércio dos produtos agrícolas cresceu em volta da Igreja Matriz e da sua praça, onde ainda hoje é possível ver os rastros do passado.

A organização espacial da cidade em meados da década de 1950 foi descrita de forma sintética pelo memorialista Hermes de Paula⁴¹, o qual fez a compilação de algumas descrições como outrora, realizadas por August Saint-Hilaire em 1817. Saint-Hilaire descreveu a forma como a cidade estava estabelecida em volta da praça, com a Igreja ao fundo e casas, em volta da Matriz, construídas de forma simples e alguns sobrados. Atentou também para o comércio de gado e de derivados. Outras descrições, como as efetuadas pelo Cel. Pinheiro Neves e pelo Desembargador Veloso, apresentadas por Hermes de Paula, seguiram o mesmo ritmo utilizado por Saint-Hilaire, acrescentando apenas as extensões e novos eixos de concentração.

A descrição de Hermes de Paula é referente à Montes Claros da década de 50, onde ainda era possível apontar quantitativamente os imóveis estabelecidos na cidade. Hermes de Paula escreveu que, a cidade possuía cerca de 2.583 prédios, 10 praças e quase uma centena de ruas. O memorialista atentou para os valores crescentes dos imóveis centrais no mercado

⁴⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

⁴¹ PAULA, Hermes de. **Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes**. Rio de Janeiro: 1957.

imobiliário, além de apontar possíveis problemas futuros da cidade, como o constante surgimento de ruas e a ausência de planejamento.

Hermes de Paula, com o olhar cuidadoso⁴², retomou uma questão levantada pelo desembargador: a disposição das ruas e o surgimento de novas ruas que foram criadas sem o devido direcionamento urbanista. O memorialista no ano de 1957, atentou para as questões futuras tangentes ao crescimento urbano desordenado. Na década de 50, Hermes de Paula mencionou o perímetro dos bairros até então existentes:

QUADRO 1- Bairro x quantidade de casas x localização

Bairro	Qtd de Casas	Localização
Centro	2.583	Em torno da Matriz
Roxo Verde	202	Nas proximidades da Igreja do Santuário do Bom Jesus
Cintra	160	Do lado da estrada cavaleira de Juramento
Alto São João	404	Norte da cidade, próximo à igreja
Santa Terezinha	100	Localizado entre o Roxo Verde, Cintra e Alto São João - vestígios de cemitério e um cruzeiro
Bonfim	520	Tem como centro a igreja de São Geraldo
Santo Expedito	180	Capela de Santo Expedito
Santos Reis	142	Zona Norte da cidade. Construção pelo proprietário de uma capela e uma gruta com presépio permanente, o mesmo loteou a sua propriedade e vendeu os lotes a baixo custo e com pagamento em longo prazo

FONTE: Hermes de Paula, 1957.

No que tange à ocupação urbana da cidade de Montes Claros, é possível verificar, através destas descrições, que a população se aglomerou principalmente em torno das igrejas.

A Montes Claros de 1950, retratada por Hermes de Paula, apresenta nessa época fortes características agrícolas e baixa densidade populacional, um modelo bem próximo às sociedades tradicionais de Durkheim⁴³. Em termos de energia e infraestrutura, a cidade era decadente. A década de 50 e os projetos desenvolvimentistas de JK não agraciaram a cidade. Sendo assim, os projetos de modernização do Plano de Metas não atingiram a cidade de

⁴² É válido ressaltar que, nessa época, os ideais modernistas estavam emergindo, e em Montes Claros este ideal pode ser percebido através da tentativa de elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade, bem como através da construção de espaços com características modernas.

⁴³ Para Durkheim, as relações estabelecidas na sociedade tradicional visam à promoção da comunidade, à liberdade, à sociabilidade e à coletividade dos indivíduos, além do pleno desenvolvimento das capacidades produtivas. Esta sociedade tradicional é espacialmente dispersa e pouco densa em valores e condutas morais, tendo em vista a semelhança existente na aglomeração de pessoas. Neste tipo sociedade, os valores que predominam são os estabelecidos pela coletividade.

Montes Claros de forma efetiva, “o desenvolvimentismo representou uma grande esperança: faltava energia não só para industrialização como também para consumo doméstico, e as estradas da região eram precaríssimas” (PEREIRA, 2001, p.2-3)⁴⁴.

É este o contexto que Hermes de Paula descreve e fixa a imagem da cidade, deixando nas entrelinhas a situação de precariedade a que a população estava exposta: “Os serviços de água, esgoto e iluminação eram precaríssimos, atendiam a (respectivamente) 12%, 10% e 18% da população urbana. O analfabetismo também era alto: 74, 63 % da população não sabia ler ou escrever em 1950” (IDEM).

Somente a partir da segunda metade da década seguinte (1960) é que Montes Claros passou a ser contemplada com projetos federais de modernização e de desenvolvimento, provendo a cidade com infraestrutura energética, viária e de saneamento, em virtude da presença da SUDENE. Em meados dos anos 60, Montes Claros era vista como a possibilidade de avanço e desenvolvimento em relação às outras cidades do Norte de Minas. A estação ferroviária, a presença da SUDENE, a modernização da zona rural e a consequente expulsão de agregados impulsionaram a urbanização da cidade.

O esvaziamento do meio rural e a explosão demográfica redirecionaram o centro econômico das fazendas para a cidade (COSTA 1991)⁴⁵. Na região norte do Estado de Minas Gerais, Montes Claros foi a cidade que absorveu a maior parte da população migrada e constituiu-se como maior centro urbano da região. Deste modo “O processo de desenvolvimento posto em andamento na região conjugou a modernização da agricultura com a ampliação da urbanização, via industrialização em diversas cidades...” (COSTA, 1991).

As mudanças ocorridas no cenário municipal, o incentivo à industrialização, a construção de infraestrutura e a presença de aparatos burocráticos reforçaram a migração rural-urbano. A mudança na divisão social do trabalho e a penetração das atividades produtivas no cenário urbano dinamizaram o papel da cidade no sentido intraurbano, assumindo de vez a sua centralidade na rede das aglomerações urbanas do Norte de Minas e se tornando uma alternativa para os migrantes da região. Esta mudança na divisão social do trabalho no

⁴⁴ PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração. In **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.1, n.1, mar/2001.

⁴⁵ COSTA, João Batista de Almeida. Expansão das relações capitalistas de produção. In LUZ, Aline et all. **Grande Sertão: veredas e seus ecossistemas**. Montes Claros: GEA – Grupo de Estudos e Ação Ambiental, 1991.

ambiente urbano de Montes Claros vai ao encontro dos pressupostos durkheimianos⁴⁶, haja vista que, a partir da concepção de morfologia social, a sociedade pode ser analisada conforme a sua disposição no território, correlacionando densidade populacional e densidade moral. A complexificação da divisão social do trabalho progrediu em Montes Claros com os novos rumos que a industrialização deu para a urbanização.

Atravessar a ordem rural para a urbana provocou no homem rural o desequilíbrio e a desintegração das unidades sociais tradicionais, além de desequilibrar as relações do indivíduo com a produção, uma vez que, no novo modelo, predomina o mercado. Mesmo em situações caóticas na zona rural, o homem caipira tinha a certeza da sua provisão alimentícia. Já na cidade, esse homem teve que se submeter ao mercado e trabalhar para assegurar o seu sustento e o da sua família. Os mais abastados que saíram da zona rural esperavam instalar-se nas cidades como comerciantes, enquanto os mais pobres se tornaram diaristas, ambulantes ou passaram a compor a massa desempregada⁴⁷. A saída do indivíduo da economia de subsistência para compor o novelo das relações de mercado atingiu as esferas objetivas e subjetivas do indivíduo, estas alterações podem ser denominadas como “tradicionalismo do desespero”⁴⁸:

Assim, no lugar de um tradicionalismo tradicional adequado a uma sociedade fortemente integrada e baseada na economia relativamente equilibrada, surge um *tradicionalismo do desespero*⁴⁹, inseparável de uma economia de sobrevivência e de uma sociedade desintegrada e apropriada por subproletários presos a um passado que sabem estar morto e enterrado. (BOURDIEU, 2006, p. 46)

Organizar-se em meio a uma ordem exógena implica acatar que a “reorganização do espaço habitado é então encarada inconscientemente como uma maneira definitiva de fazer tábua rasa do passado, impondo uma forma de existência nova, ao mesmo tempo que imprime no solo a marca da posse” (BOURDIEU, 2006, p.49) . Contudo, o novo contexto existencial fez com que o homem se despojasse de um bem que não lhe seria restituído: a sua cultura. Ele, portanto, teve que adaptar-se ao mundo novo, tendo consciência da sua nova condição.

Logo, o lugar com características de uma sociedade tradicional, baseada na produção agrícola adquiriu características de sociedades complexas, proporcionadas pela explosão demográfica

⁴⁶ DURKHEIM, Emile. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

⁴⁷ BOURDIEU Pierre; ABDELMALEK Sayad. A Dominação Colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 26, p. 41-60, jun. 2006.

⁴⁸ IDEM.

⁴⁹ Grifo do autor.

resultado do fluxo migratório campo – cidade. Para Bendix⁵⁰, os indivíduos da sociedade complexa distinguem-se uns dos outros de diversas formas. Mesmo quando pertencentes a uma mesma ordem, estes fazem parte de múltiplas redes de relacionamentos. Nas sociedades modernas, os fatores morais são dispersos e diversos, diferentemente das sociedades tradicionais, em que os indivíduos pouco diferem entre si. Nas sociedades complexas “Os laços entre os homens perdem sua base no sentimento e no senso de obrigação moral e passam a depender apenas do interesse econômico. Como iguais, os homens competem mais do que cooperam uns com os outros...” (BENDIX,1996)⁵¹.

Se a cidade crescia e tornava-se promessa de avanço e desenvolvimento, logo atrairia migrantes da região em busca de melhores condições de vida, mas onde alojar essas pessoas? Diante da ausência de políticas públicas e das necessidades fundamentais tal população rumou para as “terras de ninguém” e por ali estabeleceram moradias e as próprias leis de coesão e de solidariedade. A partir de ações individuais, formou-se um ambiente coletivo concorrente com outras áreas da cidade gerenciadas e normalizadas pela administração pública. Foi a gênese de uma cidade paralela, oposta à cidade administrada e regulada por aparatos municipais, foi o início do surgimento da cidade informal em contraponto à cidade formal.

3.2 ESTRUTURA URBANA E OCUPAÇÃO DE TERRAS DO PODER PÚBLICO

A configuração espacial de Montes Claros é o retrato da apropriação desigual do espaço, revelada através da coexistência de situações antagônicas, seja em poder econômico, social ou cultural. Sendo assim, a composição urbana de Montes Claros não diferiu dos padrões das cidades ibero-americanas. Francisco de Oliveira⁵², citando Morse, definiu a configuração da construção das cidades brasileiras de modo disforme e sem uma lógica racional. E, deste modo, sem lugar definido para cada classe, sem a possibilidade de generalização de regiões

⁵⁰ BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: USP, 1996.

⁵¹ IDEM, p.341.

⁵² OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. In **Revista de Estudos Regionais e Urbanos** n° 6, Jun-set 1982, p. 38-54.

como zona sul para a classe alta e zona norte para as classes mais populares, juntamente com as diversidades étnica, cultural e socioeconômica, foi formado o tecido urbano da cidade.

A maneira como a população foi distribuída espacialmente retoma dois posicionamentos já expostos. De um lado está Francisco de Oliveira⁵³, ao afirmar que a urbanização precedeu a industrialização e que a presença do Estado foi fundamental para este acontecimento. Do outro lado está Castells⁵⁴, com a afirmação de que o espaço é um produto de uma dada formação material.

Para Francisco de Oliveira

(...) nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que deflagra apenas a partir da industrialização. É evidente que a industrialização vai redefinir o que é esse urbano (...). Isso tem nos levado a desprezar, de certa forma, a formação urbana dentro das condições de economia agroexportadora... (OLIVEIRA, 1982, p.38)

Ao dar um passo atrás na história de Montes Claros, pode-se compreender que a industrialização redefiniu o urbano, porém a cidade já apresentava aspectos de um lugar urbanizado, pequenas indústrias têxteis, estação ferroviária para escoação da produção e pequenos comércios. As noções do memorialista Hermes de Paula permitem constatar que a cidade de Montes Claros cresceu em torno da Igreja como rota do comércio de produtos agrícolas. A área central, atualmente, bem menos residencial, ainda abriga edifícios institucionais como o fórum, o primeiro grupo escolar, a estação ferroviária e o prédio da antiga rodoviária.

A disposição da cidade, naquela época, atendia às necessidades do modo agrícola de produção e do capital comercial. Logo, os aparatos burocráticos disponíveis eram suficientes para a demanda vigente. Porém, com a mudança de perspectiva no aparato produtivo, a cidade passou a ser sede não só dos aparelhos estatais, mas também do novo modo produtivo – a indústria.

A mudança de perspectiva redefiniu os contornos da urbanização e modificou também as relações do Estado com a cidade. Com a industrialização, a relação do Estado com o urbano tomou novas proporções: o suporte que era dado para a produção agroexportadora passou a ser dado para a indústria estabelecida na cidade. Deste modo, o Estado investiu em

⁵³ IDEM.

⁵⁴ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

infraestrutura como: pavimentação asfáltica, rede elétrica e fornecimento de água, com o intuito de favorecer as indústrias.

Do outro lado, Castells afirma que a urbanização é a forma especial da ocupação do espaço, o aglomerado resultante de uma forte concentração e de uma densidade relativamente alta com previsível diferenciação funcional e social maior. Assim, os apontamentos descritivos de Hermes de Paula admitem perceber a ocupação espacial de Montes Claros como produto das relações de acumulação capitalista, tendo como fundamento a alusão do memorialista a dois momentos distintos: o alto preço dos imóveis na região central e o rápido crescimento de bairros populares, como o Santos Reis.

O processo de formação do bairro Santos Reis, assim como o de outros bairros da cidade, se deu através do loteamento de uma fazenda pelo próprio dono e pela venda a preços baixos e, principalmente, pela facilidade de pagamento. A falência de fazendeiros e a venda de terrenos nos arredores da cidade afetaram diretamente o desenho da cidade⁵⁵. O loteamento indiscriminado de fazendas reflete, atualmente, no modo disforme das ruas bem como na ausência de uma racionalidade de ordenamento técnico.

Sendo assim, o contorno da cidade foi delineado pela população ao expandir-se para as periferias e áreas distantes do centro em virtude do desprovimento de recursos financeiros, o que, muitas vezes, provocou a ocupação ou invasão de terrenos livres. O modo de organização destes indivíduos que rumaram para áreas impróprias de habitação, uma vez que oferecem riscos para a sua vida, é o reflexo da cultura dos seus habitantes equipados dos seus meios financeiros (CASTELLS, 2006). O fenômeno de ocupação de áreas irregulares não é algo específico de Montes Claros, mas é recorrente nas grandes cidades latino-americanas, assim como nas metrópoles ocidentais.

A necessidade de moradia e a ausência de recursos financeiros fizeram com que migrantes e a população pobre de outras áreas urbanas se direcionassem para áreas impróprias, como encostas, beira de rios, córregos e rodovias, seja em lugares de domínio público, seja privados. A ocupação destes espaços ocorreu de modo informal, ou seja, não houve a posse da

⁵⁵ É válido retomar o pressuposto de redirecionamento dos investimentos estatais, estes passaram para o incentivo à industrialização em detrimento das atividades agrícolas, fazendo com que vários fazendeiros da oligarquia rural falissem. O loteamento irregular das fazendas foi uma forma de manter o *status* e a sobrevivência de algumas famílias.

terra e o pagamento de tributos, o que resultou no desprovimento de infraestrutura e na dificuldade de acesso a bens e serviços públicos.

A gênese dos assentamentos precários na cidade ocorreu na década de 1930⁵⁶, conforme o estudo realizado por Almeida e Leite (2007). Este estudo mostra que, a partir de então, a população residente em assentamentos precários é crescente e foi intensificada nos últimos 10 anos, conforme mostra o gráfico abaixo (Graf.2).

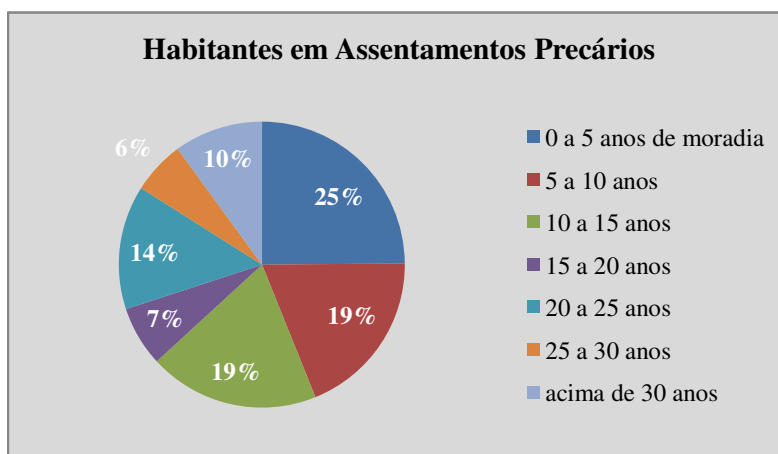


GRÁFICO 2 – População residente em assentamento precário
 Fonte: ALMEIDA, M. I. S. ; LEITE, M. E. Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros. 2007

O crescimento populacional afetou diretamente os processos socioeconômicos estabelecidos na cidade, alterou a ordenação espacial, a divisão social do trabalho, assim como a reorganização política. Estes processos resultaram na mudança estrutural no sistema interno da sociedade.

A urbanização em Montes Claros foi regida, em sua maior parte, pelo mercado, com pequenas intervenções públicas, o que favoreceu a ocupação irregular de terras urbanas. A preocupação com a provisão de infraestrutura para a promoção do desenvolvimento sobrepôs a ocupação

⁵⁶ Este período coincide com a instalação da ferrovia, com a acessibilidade e a possibilidade de inserção econômica e conseqüentemente da qualidade de vida, o que atraiu pessoas de outras cidades para Montes Claros. O processo de ascensão de Montes Claros como eixo central das relações do Norte de Minas foi viabilizado por diversos fatores políticos, econômicos e demográficos. No contexto regional, Montes Claros se tornou o centro norte mineiro de integração e foi consolidado com a ferrovia em 1926, uma vez que a escoação de toda a produção agrícola da região se dava na cidade. A presença da ferrovia retrata a expansão comercial da cidade de Montes Claros e dos seus arredores, possibilitando e fortalecendo o surgimento de redes regionais e o estabelecimento da cidade como polo regional, integrando a pecuária regional aos centros exportadores. LESSA, Simone Narciso. **Trem de ferro: do cosmopolismo ao Sertão**. Campinas: IFCH/Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1993.

dos órgãos competentes com demandas referentes à população que ocupava o espaço urbano. Os incentivos fiscais e o estabelecimento das empresas na cidade (década de 60), provocou a “reação” do poder público frente à precária rede de infraestrutura municipal e, a partir dessas constatações, foi instituído o primeiro Plano Diretor, já em meados da década de 70.

O Plano Diretor tinha como princípios básicos a promoção de ações públicas que visavam dar melhores condições para as empresas através do provimento de infraestrutura energética, viária, saneamento básico e de fornecimento de água. O Plano Diretor, embora com princípios modernistas, descuidou de aspectos latentes ao desenvolvimento, sendo o problema habitacional um deles. A gênese da cidade informal foi tolerada pelo Estado e o planejamento urbano moderno negligenciou a cidade em sua totalidade.

As questões conjunturais emergentes – crescimento populacional e a conseqüente necessidade da ampliação de bens e serviços públicos a longo prazo transformaram-se em questões estruturais. A falta de moradia para a população pobre e a ausência de políticas públicas destinadas aos mesmos resultaram no surgimento de assentamentos precários. As áreas ocupadas estavam estabelecidas em várias localidades, desde espaços mais centrais até os mais marginais.

3.3 UM OLHAR CRÍTICO SOBRE O PROCESSO POLÍTICO

Em 2008, Montes Claros tinha 16 aglomerados subnormais⁵⁷, denominação substituída pelo termo assentamento precário, composto por uma população de baixa renda.

Assentamentos Precários	Ano de instalação ⁵⁸	Polo	Antigo Proprietário	Zona
1. Chiquinho Guimarães	1982 - 1987	Major Prates	Prefeitura	Sul
2. Cidade Cristo Rei	1977 - 1982	São João	Igreja Católica	Centro
3. Cidade Industrial	1987 - 1992	Santos Reis	Prefeitura	Norte
4. Cyro dos Anjos	1987 - 1992	Maracanã	Prefeitura	Sul
5. Morrinhos	1977 - 1982	São Judas	Igreja Católica	Centro
6. Praça São Vicente	1977 - 1982	Santos Reis	Igreja Católica	Norte
7. Rua da Prata	1982 - 1987	Major Prates	DER	Sul
8. Rua Vinte	1982 - 1987	Major Prates	Prefeitura	Sul
9. Vila Alice	1977 - 1982	Santos Reis	Igreja Católica	Norte
10. Vila Campos	1992-1997	Maracanã		Sul
11. Vila Castelo Branco	1982 - 1987	Santos Reis	CEMIG	Norte
12. Vila Itatiaia	1982 - 1987	Maracanã	DER	Sul
13. Vila Mauricéia	1977 - 1982	Vila Oliveira	Prefeitura	Oeste
14. Vila São Francisco de Assis	1977 - 1982	Santos Reis	CEMIG	Norte
15. Vila Tupã	1977 - 1982	São João	Particular	Centro
16. Village do Lago	1982 - 1987	JK	Prefeitura	Norte

QUADRO 2 – Localização dos assentamentos precários e proprietários

FONTE: ALMEIDA, M. I. S. ; LEITE, M. E. Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros. 2007

A estruturação de assentamentos precários, assim como a desestruturação destes espaços, vai ao encontro do tipo de política urbana vigente. Esta correlação permite entender que a política urbana está intimamente ligada ao desenvolvimento local, tendo em vista que a população recorre diretamente à administração pública local para buscar resoluções para as suas necessidades. O panorama e a gestão dos problemas urbanos são determinados pelo cenário político local e pela conjuntura socioeconômica.

⁵⁷ Aglomerado Subnormal: conjunto constituído no mínimo por 51 unidades habitacionais (barracos, casas), ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terrenos de propriedade alheia (pública ou particular), dispostas em geral de forma desordenada, densa e carentes em sua maioria de serviços públicos essenciais. (IBGE). O termo subnormais é uma expressão técnica utilizada pelo Ministério das Cidades e IBGE. Para tanto, o termo assentamento precário substituiu a denominação do IBGE, por entender que o termo pode estigmatizar a população residente.

⁵⁸ Ano aproximado conforme o Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros. 2007. Vide tabela anexa com a população residente nos aglomerados e o respectivo ano de instalação.

A formação destes locais se deu em resposta à política urbana como processo político, mediado pela ausência de normas explícitas, e pelas determinações da estrutura social. Durante a formação dos assentamentos precários, a racionalidade foi utilizada como forma de adequar os meios para a consecução dos objetivos imediatos, pautados na necessidade imediata de alocar as pessoas sem moradias. Neste caso, o Estado fechou os olhos para o surgimento destas áreas em favor da resolução imediata no que tange à ausência de moradias que atendessem à população de baixa renda. Deste modo, a população desprovida de moradia e de recursos financeiros rumou para áreas impróprias. Para Maricato (2003, p. 154),

É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipo de riscos, regiões poluídas, ou ... áreas de proteção ambiental.

Esta configuração é visível também na formação dos assentamentos precários de Montes Claros, uma vez que esta população ocupou majoritariamente as áreas públicas. O processo de apropriação de áreas públicas não é uma particularidade da cidade de Montes Claros, mas das grandes cidades, conforme apontam Maricato⁵⁹ e Castells⁶⁰.

Somente em 1988 a legislação brasileira formulou acerca da temática urbana. Isso implica que até então não existia um modelo de normatização das condutas públicas. E somente 12 anos depois o direito à moradia foi reconhecido como constitucional através da EC 26/2000. No âmbito da cidade de Montes Claros, não é raro fechar os olhos para os processos mais amplos e personificar o surgimento dos assentamentos precários a determinado político. O que não se pode negar é que o surgimento destes assentamentos é o resultado de processos socioeconômicos precedentes na história da cidade.

O movimento de normatização é algo recente, bem como as políticas públicas de habitação para a população de baixa renda. Sendo assim, eis a questão: Quais os padrões de regulamentação de políticas de habitação? Estas estavam a critério de cada administração municipal, o que gerou problemas para os governos futuros, uma vez que houve a convivência pública no intuito de sanar uma necessidade imediata, como um lugar para moradia. Atualmente, é possível, através de programas governamentais, atender à população de baixa renda por meio de programas de transferência de renda, como o auxílio moradia, bolsa família

⁵⁹ MARICATO, Ermínia. Metrópole, legislação e desigualdade. In **Estudos Avançados**, 2003, vol. 17, nº 48.

⁶⁰ CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

e projetos para a construção de moradias de interesse social. Estes instrumentos inibem a ampliação da ocupação e o estabelecimento de moradias em áreas impróprias.

No mapa a seguir, é possível verificar que estes assentamentos estão dentro da malha urbana da cidade, sendo a ocupação Morrinhos⁶¹ a mais antiga e localizada no centro da cidade.

⁶¹ A modernização agrícola e a legislação rural são, outros fatores que contribuem para o início da favelização. Esse último fator foi o responsável pela saída de várias pessoas da zona rural do Norte de Minas, em meados da década de 1930, originando, assim, a favela dos Morrinhos, na cidade de Montes Claros. ALMEIDA, M. I. S. ; LEITE, M. E. . **Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros**. 2007. (Relatório de pesquisa).

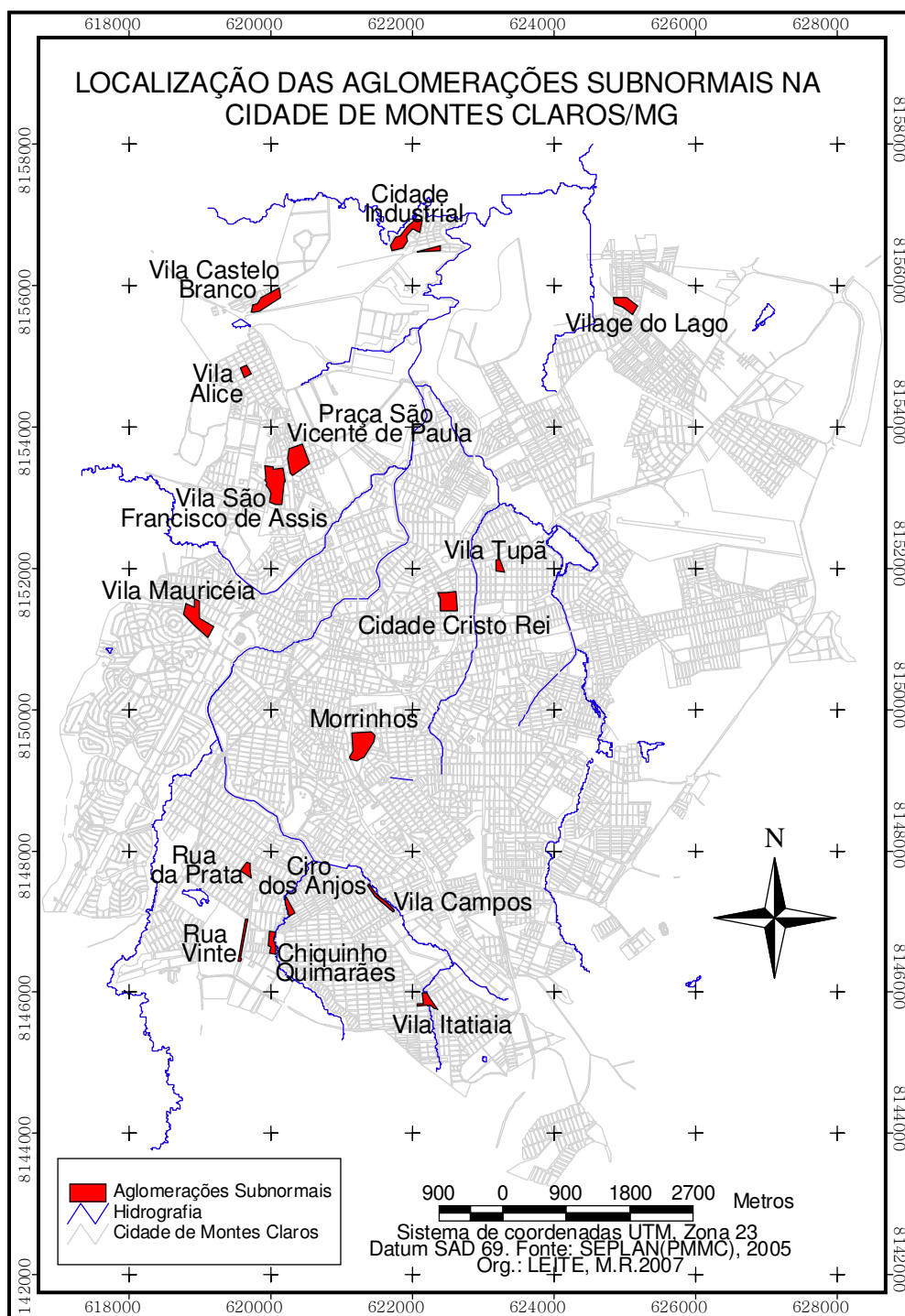


FIGURA 5 - Localização dos Aglomerados Subnormais na Cidade de Montes Claros

Fonte: “Diagnóstico Socioeconômico das Aglomerações Subnormais” da cidade de Montes Claros – Secretaria de Políticas Sociais/Habitação – Montes Claros/2007

3.3 ENTRE A ESTAGNAÇÃO E O FENÔMENO: HABITAÇÃO POPULAR E CONDOMÍNIOS POPULARES

Uma das formas de amenizar o problema da moradia é a oferta de crédito e terra (Cardoso, 2003)⁶². A oferta de crédito é parte de uma política mais ampla proporcionada pelos governos estadual e federal. Desde 2005, o Brasil vive o fenômeno do crescimento da construção civil e, o mais surpreendente, através do aumento de crédito imobiliário proporcionado pela queda de juros e pelo aumento da renda do trabalhador.

O setor imobiliário aposta no aumento da renda do trabalhador e nas construções para a classe média e aos poucos adentra com empreendimentos destinados às classes populares como fácil acesso aos financiamentos. Não é raro deparar com propagandas comerciais, noticiários e panfletagem sobre ofertas tentadoras de condomínios com mensalidades módicas e financiamentos próprios.

O fenômeno de condomínios populares, ou seja, dedicado a famílias de baixa renda, indica que a sociedade brasileira, e também a de Montes Claros, assinala, por meio do mercado, uma solução para a questão da moradia e para a redução do *déficit* habitacional. A intervenção estatal se dá através de incentivos, como o Fundo de Amparo do Trabalhador⁶³ - FAT e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Entretanto, esta alternativa em alta nos meios de comunicação, nos últimos 5 anos, retratada como fator de aceleração da economia, não atende, efetivamente, à população de baixa renda, como os moradores de assentamentos precários estabelecidos no território urbano da cidade de Montes Claros. Sendo assim, a alternativa mais plausível é a intervenção direta dos governos federal, estadual e municipal por meio de políticas públicas habitacionais. Segundo Castells: “A incapacidade da economia privada em subvencionar as necessidades mínimas de moradias exige a intervenção permanente dos organismos públicos, em nível local e em nível global” (CASTELLS, 2006, p.237).

⁶² CARDOSO, Adauto Lúcio. Textos técnicos para subsidiar a formulação do programa nacional de integração urbana de assentamentos precários. Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação 03 e 04 de setembro de 2003. Disponível em: Acesso em: 24/09/2007.

⁶³ É uma linha de crédito imobiliário, com recursos decorrentes do FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador, vinculada ao Programa de Geração de Emprego e Renda na Indústria da Construção Civil - FAT - HABITAÇÃO

3.4 PROJETOS E PROGRAMAS HABITACIONAIS

Em Montes Claros, existem conjuntos habitacionais provenientes de diversos financiamentos e de diferentes momentos históricos, como o Conjunto Habitacional Funcionários, Juscelino Kubitschek (JK), Morada do Parque, entre outros. Para tanto, foram selecionados os três empreendimentos, abaixo citados, uma vez que estes são recentes (2000 – 2005) e ainda mantêm os beneficiários “originais”. O intuito é demonstrar três tipos de intervenção pública na questão habitacional e os seus beneficiários e, desta forma, esclarecer por que optar por um deles.

O Programa Lares Gerais atendeu à população de baixa renda inscrita na Prefeitura. Através de cadastro, as pessoas foram selecionadas para que pudessem adquirir a casa com mensalidades acessíveis para essa população. O empreendimento PLHP não fez distinção de localidade de moradia, o critério que permitiu a seleção da população foi a renda familiar estipulada - 1 a 3 salários mínimos. Já o Programa de Arrendamento Residencial – PAR - abarcou uma parcela maior da população e permitiu que famílias com renda mensal de até R\$ 1800,00 (um mil e oitocentos reais) fossem contempladas. Neste caso, a variável de controle também foi a renda.

Finalmente, o caso do Conjunto Habitacional Vargem Grande (CHVG), financiado pelo Programa Habitar Brasil – BID. Neste caso, a política habitacional foi mais abrangente e acompanhou os beneficiários antes, durante e depois da obtenção da moradia. O HBB é específico para moradores de assentamentos precários e áreas de risco. Desta forma, o empreendimento de infraestrutura (construção de unidades habitacionais para a remoção de famílias) seguiu juntamente com o acompanhamento de uma equipe que desenvolveu o trabalho social.

 PROJETO

Lares Gerais	Programa Arrendamento Residencial	Programa Habitar Brasil
<p>Village do Lago III</p> <p>Expressa a prioridade dada pelo Estado à redução do déficit habitacional em Minas e o compromisso firmado pelo Governo de Minas de oferecer habitações dignas a um número crescente de famílias mineiras que ganham até três salários mínimos e não têm condições de adquirir a sua moradia própria.</p> <p>O PLHP é o carro-chefe dos programas realizados pela COHAB-MG e destina-se à construção de conjuntos habitacionais e ao acesso à casa própria, mediante a concessão de financiamentos para famílias que possuem renda de 1 a 3 salários- mínimos. Seus objetivos fundamentais são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reduzir o déficit habitacional em Minas. • Atender famílias de até 3 salários mínimos (86% do déficit). • Subsidiar o preço da habitação para acesso à moradia pelas famílias de baixa renda. <p>Fonte: Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais</p>	<p>Ibituruna e Canelas</p> <p>O Programa de Arrendamento Residencial (PAR), do Ministério das Cidades, é financiado pelo FAR – Fundo de Arrendamento Residencial – e executado pela CAIXA, que recebe as solicitações e libera os recursos a serem aplicados em cada município. Todos os estados da Federação, mais o Distrito Federal, podem solicitar participação no programa.</p> <p>O PAR foi criado para ajudar estados e municípios a atenderem à necessidade de moradia da população de baixa renda, especificamente aquelas famílias que recebem até R\$ 1.800,00 e vivem em centros urbanos. Funciona mediante construção e arrendamento de unidades residenciais, com opção de compra do imóvel ao final do período contratado.</p> <p>Fonte: Caixa Econômica Federal</p>	<p>Vargem Grande</p> <p>O Programa Habitar Brasil - BID incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas, promovendo melhorias nas condições habitacionais, construindo novas moradias, implantando infraestrutura urbana, saneamento básico e recuperando áreas ambientalmente degradadas. E a CAIXA é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa.</p> <p>Fonte: Caixa Econômica Federal</p>

 QUADRO 3 – Projetos Habitacionais Executados em Montes Claros

A remoção e o reassentamento de famílias desenvolvidos através do Programa Habitar Brasil (BID) foram idealizados sob duas vertentes distintas: a primeira, consistiu nas obras arquitetônicas e de infraestrutura e a segunda, contemplou o viés social. Este viés teve três eixos de articulação: ênfase em capacitações para a geração de renda, fortalecimento da organização comunitária, educação ambiental e sanitária.

O viés social, denominado Plano de Trabalho Técnico Social – PTTS tinha como premissa o desenvolvimento urbano, assim como o desenvolvimento humano e social com o objetivo de evitar que as relações estabelecidas na comunidade fossem rompidas. O trabalho técnico objetivava dar sustentação para a comunidade e integrá-la por meio da mobilização social, pela valorização de regras de pertencimento e de convivência ao empreendimento arquitetônico, desenvolvido nas áreas de urbanização.

Visando fazer frente a tais demandas, a proposta do PTTS era buscar envolver os beneficiários em ações que possibilitassem o exercício da cidadania através da manifestação popular de forma simples, entretanto eficaz. A proposta do plano foi pautada na consideração dos posicionamentos da comunidade tanto quanto no respeito à cultura e aos valores locais, promovendo, deste modo, a inclusão social e a valorização do potencial produtivo da comunidade beneficiária e o respeito ao meio ambiente.

A viabilização destas propostas se daria a partir da participação popular e da apresentação das demandas e dos interesses da população, o que possibilitaria o reconhecimento das necessidades dos atores sociais. Para tanto eram necessárias a criação e o fortalecimento de canais de participação com o intuito de solidificar as relações através da geração da identidade comunitária, além de aumentar a autoestima individual e coletiva.

O plano funcionava como um termo de referência com a função de dar as diretrizes do comportamento e das ações que seriam realizadas juntamente com a comunidade, tendo em vista a necessidade de cristalizar e de conduzir as relações estabelecidas no assentamento precário.

Entretanto, na prática, o que foi possível perceber através dos relatos foi a vulnerabilidade das ações da equipe técnica diante da população, ações que não corresponderam às expectativas da população e não respeitaram a vocação produtiva da comunidade. A mobilização comunitária e a busca por cristalizar as relações não foram eficientes, as

oficinas para geração de emprego e renda não atenderam à demanda da população e não alteraram o quadro de desemprego na comunidade. Diante disto, é possível afirmar que a concepção do projeto e a sua execução seguiram destinos diferentes e não surtiram o efeito desejado.

CAPÍTULO 4. ESTRUTURAÇÃO E DESESTRUTURAÇÃO DO ASSENTAMENTO ÀS MARGENS DO CÓRREGO VARGEM GRANDE

4.1 O CONJUNTO HABITACIONAL

O fenômeno dos condomínios populares⁶⁴ é algo recente, impulsionado pelo momento econômico do país. Entretanto, nem sempre foi assim, e o sonho da casa própria era algo distante. A produção de moradias a partir do final da década de 1990 passou a ser tratada por duas esferas – o poder público e o mercado. O poder público facilita o acesso ao crédito e tem promovido políticas públicas para a construção de conjuntos habitacionais, destinados principalmente para a população residente em áreas de risco ou em assentamentos precários.

Além destes investimentos públicos, Montes Claros a partir de 2005, vivencia o *boom* dos condomínios populares, seja através da iniciativa pública ou da iniciativa seja da iniciativa privada. Em outros momentos, empreendimentos semelhantes contribuiriam para a redução de indicadores, e hoje a cidade conta com vários conjuntos habitacionais que atenderam desde a classe média até a classe mais baixa. Os conjuntos habitacionais existentes em Montes Claros provenientes da iniciativa pública e privada perfazem o total de 21 empreendimentos construídos ao longo de quase 40 anos: Bandeirantes, Canelas, Chiquinho Guimarães, Clarice Ataíde, Cyro dos Anjos, Floresta, Funcionários, Havaí, Ibituruna, Independência, JK, Joaquim Costa, José Carlos de Lima, José Correa Machado, Morada do Parque, Olga Benário, Tancredo Neves I, Tancredo Neves II, Vargem Grande, Vila São Judas e Vilage do Lago III.

⁶⁴ Distingo aqui Condomínios Populares de Conjunto Habitacional da seguinte maneira: para ter acesso aos condomínios populares, qualquer cidadão pode ir a uma imobiliária ou a um banco e fazer o seu financiamento, submetendo-se aos trâmites burocráticos normais, podendo desfazer-se do negócio a qualquer momento. Já o cidadão atendido por uma política pública habitacional que adquire um imóvel em um Conjunto Habitacional, como o descrito aqui, obedece a critérios de seleção. Os beneficiários de um Conjunto Habitacional subsidiado pelos governos Federal, Estadual e Municipal não podem, conforme a Lei Orgânica Municipal, vender os imóveis em um prazo de 5 anos. Estes também não poderão se tornar beneficiários novamente de programas habitacionais, conforme a Lei nº 3995 **Art. 11**. Para efeito da linha de atuação referente aos novos assentamentos, serão priorizadas as famílias com renda de até 3 (três) salários mínimos, efetivamente residentes no Município há mais de 5 (cinco) anos, que não tenham sido contempladas anteriormente em programa similar, e que não possuam, a qualquer título, imóvel urbano ou rural.

Diante deste esforço de redução de *déficit* e da diversidade de investimentos habitacionais, optou-se por investigar o Conjunto Habitacional Vargem Grande (CHVG) em virtude de dois pontos diferenciadores dos demais: proveniência de um mesmo assentamento precário e proximidade do antigo local de moradia.

O CHVG é resultado de uma política pública⁶⁵ para a remoção de famílias estabelecidas em áreas de risco⁶⁶. O CHVG foi agregado a uma área próxima ao antigo local de moradia das famílias beneficiárias⁶⁷, munido de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos, visando manter as relações de vizinhança estabelecidas há aproximadamente 10 anos, quando o assentamento precário começou a se formar.

Pode-se comparar a situação do Conjunto Habitacional Vargem Grande com a descrição de Jane Jacobs, no livro *Morte e Vida de Cidades Grandes*⁶⁸, o qual apresenta diversos exemplos, como o de um conjunto habitacional que tem no centro um gramado retangular, que se tornou o alvo da ira dos moradores e um dia, quando questionada pela assistente social sobre o motivo da ira de tantas pessoas com relação ao gramado, uma senhora respondeu:

Ninguém se interessou em saber o que queríamos quando construíram este lugar. Eles demoliram nossas casas e nos puseram aqui e puseram nossos amigos em outro lugar. Perto daqui não há um lugar para tomar café, ou comprar um jornal, ou pedir emprestado alguns trocados. Ninguém se importou com o que precisávamos. Mas os poderosos vêm aqui, olham para esse gramado e dizem: Que maravilha! Agora os pobres têm de tudo! (JACOBS, 2006, p.14)

Este trecho permite enfatizar um aspecto importante no que tange às relações estabelecidas numa comunidade. Neste conjunto, uma economia de bens simbólicos está clara na fala de uma moradora, ao expor que os amigos foram para longe e que não há a quem pedir um trocado emprestado. Se o plano de intervenção não escuta a população, as relações simbólicas podem ser rompidas. A coesão de uma comunidade ocorre através de normas

⁶⁵ O Programa Habitar Brasil - BID incentiva a geração de renda e o desenvolvimento em assentamentos de risco ou favelas, promovendo melhorias nas condições habitacionais, construindo novas moradias, implantando infraestrutura urbana, saneamento básico e recuperando áreas ambientalmente degradadas. E a CAIXA é o agente financeiro, técnico, operacional e responsável pela implementação do programa.

⁶⁶ O assentamento precário estava estabelecido nas margens do Córrego Vargem Grande há aproximadamente 11 anos.

⁶⁷ Respeitando um dos critérios das diretrizes da política habitacional expressa no Plano Diretor Municipal Art. 30 - São diretrizes da política habitacional:

X - promover o reassentamento, preferencialmente em área próxima ao local de origem, dos moradores das áreas de risco e das destinadas a projetos de interesse público ou dos desalojados por motivo de calamidade;

⁶⁸ JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

tácitas produzidas e reproduzidas no seio de uma sociedade. Esta coesão é uma ação coletiva baseada em um acordo que não foi intencionalmente firmado ou concluído entre as disposições dos agentes direta ou indiretamente.

Embora existam aspectos peculiares a cada realidade, o exemplo tomado como empréstimo de Jacobs (2000), mesmo que em outra realidade como a norte-americana e na década de 60 é bem visível no contexto dos anos 2000 no CHVG. O empréstimo se justifica pela necessidade de expor a necessidade de dar voz à população.

4.2 APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO

“Eu cerquei meu pedaço, aí depois outros foram vendendo, outros compraram e foi vindo gente diferente.”

A formação do assentamento precário teve as suas bases fincadas num processo histórico, permeado por ações individuais e, posteriormente, de grupos. São diversas concepções e visões de mundo fornecidas pela história individual imersas num mesmo espaço geográfico. A delimitação geográfica e a determinação da forma de como ocupar este espaço ocorreram a partir de interesses específicos das pessoas, que desembocaram, no decorrer dos anos, no interesse coletivo. Sendo assim, a aglomeração social se deu a partir de alguns pressupostos comuns, bem como o respeito por um princípio fundamental existente entre os moradores – a ausência de moradia.

A ocupação de terrenos devolutos é uma alternativa de moradia para a população de baixa renda. Este tipo de ocupação colide com a cidade formalizada e ocupada de modo regular. O conflito existente está no ato de ocupar os espaços devolutos em contraposição com as ocupações formais da cidade. Diante deste cenário, o poder público é o único que pode intervir diretamente para mediar o conflito entre as duas faces da mesma cidade.

A aglomeração ocorreu com a convivência de administrações municipais, uma vez que a população tinha acesso a serviços (água e energia elétrica) que só podem ser concedidos

através da autorização da Prefeitura. A população ali estabelecida criou as suas próprias normas, de modo que tornou possível a convivência, embora com conflitos comuns em todas as relações. Os indivíduos ali estabelecidos se tornaram invisíveis através da desordem e da informalidade do assentamento, frente à cidade hegemônica – a cidade formal.

A ocupação do terreno ocorreu de diferentes formas, através de doações, compras e invasões. Os relatos acerca da gênese do assentamento precário o localizam na década de 90, durante a segunda administração do prefeito Luiz Tadeu Leite (1993 a 1996), através da doação do terreno para a criação de uma horta comunitária:

Na época que nós fomos morar lá, foi quando o pessoal tava pegando os terrenos né. Aí nessa época eu também peguei um pedaço do terreno, tinha um tanto de pessoas que estava pegando né? (...) Sobre esta horta eu não estou sabendo não. Que na época lá tinha esse terreno na beira do córrego e de fora a fora era vago né? Ai o pessoal começou a cercar esse terreno lá em cima até chegou embaixo aqui onde a gente também cercou. Aí eu cerquei meu pedaço, aí depois outros foram vendendo, outros comprou, e foi vindo gente diferente. (Trajano)⁶⁹

Foi doado. Tinha muitos invasores, teve uns quatro né? Eu acho mais ou menos que invadiram pegaram e foram vendendo. Só que o nosso não foi comprado, nós ganhamos e a gente construiu um cômodo, e um banheiro. Depois aumentamos o barracão e ai nós moramos lá. O negócio de lá é muito violento, é igual eu estou te falando, briga demais, a rua muito apertada, o esgoto próximo se bem que o esgoto não ficava muito próximo fazia uma curva, mais mesmo assim. Quando chovia teve uma época lá que o esgoto voltava, quando o esgoto era jogado direto no esgoto não tinha problema nenhum, ai resolvemos jogar na rua ai dava este problema. (Valdete)

Eu morava de aluguel, trabalhava e morava no serviço, ai minha irmã foi embora para SP e a minha menina mais velha tinha 8 meses. Tadeu doou este terreno lá para uma horta comunitária, ai seu Vitóri, seu Carmosin vendeu os pedaço para nós. (...) Nessa época eu comprei o meu terreno por R\$ 800,00 era muito dinheiro, há dez anos atrás minha irmã teve que suar ... (Laura)

Antes a gente pagava aluguel, na época o pessoal invadiu, o terreno que Tadeu doou, ai João meu marido comprou esse pedacinho lá e construiu a casa para mim.(Flávia)

Eu fui morar lá,na outra casa porque eu morava de aluguel e ai eu comprei um pedacim e fiz um comodozim lá e morava lá. Então lá era um lugar muito apertadinho, um quarto com cozinha e banheiro. E foi através de lá que nós ganhou essas casas aqui. (Elis)

Deste modo surgiu o assentamento precário em meados da década de 1990, às margens do Córrego Vargem Grande, em um terreno público. A grande indagação é: Por que surgiu o assentamento precário? Diante desta questão, várias respostas podem ser dadas, como:

⁶⁹ Todos os nomes de entrevistados foram alterados.

1. Situações macroeconômicas – acumulação capitalista, industrialização e urbanização, processos que foram intensificados na cidade a partir da década de 60.
2. Concentração demográfica – o rápido crescimento populacional da cidade que não foi acompanhado pelas políticas públicas de habitação, que deveriam atender aos desprovidos de recursos financeiros, refletindo diretamente na segregação socioespacial e na falta de acesso a bens e serviços públicos básicos. O aumento demográfico, seja proveniente de migrações ou não, afetou diretamente a paisagem urbana, (CASTELLS, 2006).
3. Tipo de política urbana – característica da política urbana no Brasil, o poder público municipal fechou os olhos para as ocupações irregulares e, em alguns casos incentivou-as, objetivando, deste modo, resolver problemas pertinentes à falta de habitação.
4. Aumento da desigualdade social – característico do sistema capitalista e da acumulação de capital, percebido através da desigualdade e má distribuição de renda.
5. Coexistência de diversas técnicas – cada indivíduo construiu a sua casa conforme as suas necessidades e as suas possibilidades financeiras, conseqüente da indiferença do poder público, uma vez que este é o responsável pelo ordenamento territorial.

A posição dos agentes no campo é o resultado do desprovimento de capital econômico somado à necessidade de morar. Convém rememorar que a sociedade a que os agentes estão submetidos é pautada pelo consumo, e que o poder financeiro mantém a necessidade à distância, o que não ocorre com estes indivíduos. A condição de acesso à moradia para esses agentes foi através de políticas públicas, haja vista que o acesso à moradia através do mercado gera ônus superior à realidade e ao poder de aquisição das famílias.

4.3 DESÍGNIOS E REFLEXOS DA OCUPAÇÃO

A ausência de recursos financeiros incidiu na exclusão das pessoas residentes no assentamento precário, em duas dimensões: na simbólica e na material. Neste contexto, as carências e as necessidades apontam na direção do posicionamento de Amartya Sen⁷⁰ no que tange às possibilidades de liberdade dos indivíduos. A probabilidade daqueles moradores de se tornarem livres e autônomos, no que diz respeito ao seu destino, está condicionada à supressão das suas carências e das suas necessidades. Sendo assim, a população do assentamento tem a sua liberdade aprisionada às más condições de vida expressas nas suas condições de moradia.

Desse modo, o aspecto da moradia em si é determinante, uma vez que a moradia é um mundo de signos, carregado de significados, pulsões e frustrações, onde a composição destes símbolos é a expressão da inserção social e da evolução psicológica dos seus habitantes (Castells, 2000). Estes signos, muitas vezes, se apresentam como deficiências ou carências estabelecidas nas moradias, como a falta de condições de ser habitadas, assim como domicílios com coabitação familiar, sem infraestrutura ou estabelecidas em locais não residenciais (Fundação João Pinheiro).

A formação do assentamento precário tem como ponto fundamental a semelhança sociossituacional dos indivíduos, oriundos das áreas urbanas e rural de Montes Claros e de outros municípios. A semelhança evidente é a desigualdade social, com ramificações para: a pobreza, baixa renda e pela necessidade de morar.

A constituição do assentamento precário Vargem Grande partiu do ponto comum a todos os agentes do espaço: a necessidade de morar, como necessidade máxima, e o reconhecimento do direito de possuir uma moradia, expresso estatisticamente, haja vista que 100% dos entrevistados consideraram que ter uma moradia é um direito. Reconhecer que ter uma moradia é um direito colide com a realidade econômica dessas famílias, uma vez que a renda familiar mensal de 69% da população residente é menor ou igual a 1 salário mínimo, ou seja, R\$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais). Tomando a estimativa da renda familiar e correlacionando-a com a média familiar de 5 pessoas por residência, verifica-se que o capital

⁷⁰ SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

econômico é baixo para manter as necessidades fundamentais, como: alimentação, moradia, educação e acesso à infraestrutura doméstica, como água, esgoto e energia elétrica, sendo a renda *per capita* mensal de aproximadamente R\$ 82,80 (oitenta e dois reais e oitenta centavos).

A determinação do espaço e a sua delimitação ocorrem a partir dos interesses específicos dos agentes, no caso do assentamento precário: a necessidade de morar permeada por valores dos diversos capitais. A formação do campo em questão se deu de forma complexa, uma vez que os indivíduos que o compõem são provenientes de lugares diferentes, com múltiplas formas de conhecimento de mundo juntamente com diversas formas de percepção da diferenciação social a que estão submetidos. As famílias residentes no assentamento são majoritariamente do município de Montes Claros, compondo um percentual de 58%, enquanto 37% da população residente era de outras cidades do Norte de Minas e 5% de outras regiões. A porcentagem de moradores provenientes de outras cidades (42%) reflete a vocação de Montes Claros como cidade receptora de migrantes da região.

A experiência em campo permite afirmar que o sonho da casa própria e as dificuldades financeiras contribuíram de forma categórica para esta mudança. 95% dos entrevistados eram proprietários das casas às margens do Vargem Grande. Isso significa que o quesito moradia não gerava ônus para a população; nas conversas informais, a informação é de que o que foi determinante para a ocupação ou para a aquisição de um terreno naquela área foi a possibilidade de sair do aluguel em outras áreas da cidade. Definir o sonho da casa própria é adentrar a esfera da subjetividade do homem, o que não está em xeque neste momento, mas outros aspectos estão impressos neste ato, como a necessidade de uma moradia.

O que é observável no assentamento era a precariedade tanto no estilo de vida quanto na organização do espaço. A ocupação se deu através da invasão ou da aquisição irregular. Esta forma de ocupação deixa explícita a ausência de planejamento técnico, seja no formato das casas, seja na disposição das ruas.

4.4 INVISIBILIDADE E DESORDEM

“A rua era muito apertada, o esgoto próximo, era tudo muito misturado.”

A população das margens do Vargem Grande começou a ser percebida quando as técnicas do conhecimento acadêmico, as normas e diretrizes adentraram o planejamento urbano e quando a necessidade de escoação do tráfego deparou-se com uma “pedra no meio do caminho”. A técnica direcionou o olhar para a pedra em detrimento da carne. O aspecto econômico e estrutural foi notado antes mesmo dos aspectos societários. A percepção da miséria financeira das pessoas se deu como consequência da necessidade de asfalto, e o que era invisível tornou-se visível.

Na ausência do acesso a ambos, a opção foi o direcionamento para loteamentos irregulares e clandestinos ou áreas de ocupação irregular, como foi o caso dos moradores deste assentamento precário. A estada de famílias neste assentamento aconteceu durante aproximadamente 11 anos com a convivência do poder público municipal. A ação pública de intervenção no assentamento, após tanto tempo de estabelecimento das famílias, não se pautou somente na política pública para a remoção de famílias de área de risco, conforme estabelece o Estatuto da Cidade, esta é a função manifesta⁷¹ e politicamente divulgada. Mas a função latente impressa na ação estatal é o ordenamento territorial, somado à necessidade de gerir o saneamento básico municipal e para o escoamento do tráfego urbano.



FIGURA 6 – Função manifesta e função latente

O assentamento precário estava localizado em uma área que impedia a ligação dos bairros Major Prates e Maracanã e o escoamento do tráfego urbano. Deste modo, a política pública atendeu à função latente e manifesta.



FIGURA 7 – Fotos do Assentamento Precário Vargem Grande
FONTE: Diretoria de Habitação Popular e Cidadania, arquivo pessoal.

A opção de distanciar-se daquele lugar foi a indenização oferecida pela casa, entretanto a maior parte da população optou por aceitar a casa no conjunto habitacional. A razão pode estar na oportunidade de ter uma casa, por incluir-se na cidade formal ou meramente pelo valor econômico que o imóvel apresenta.

Estruturalmente, as famílias melhoraram a qualidade de vida, embora a estrutura social a que estão submetidos permaneça a mesma. Porém, agora eles estão legalmente integrados à cidade formal. Para aqueles que observam de “fora” as mudanças proporcionadas pelo projeto na vida dos beneficiários do HBB podem pensar que os mesmos, agora, têm uma vida “boa”. Entretanto, de acordo com o ponto de vista dos moradores do CHVG, algumas dificuldades e precariedades se tornaram mais evidentes, como: a falta de segurança pública,

o tráfego de drogas nas imediações, alguns problemas estruturais na construção das casas, que facilitam os alagamentos em época de chuvas, ausência de áreas de lazer, dificuldade de acesso a serviços e equipamentos públicos.

A visibilidade trouxe a interferência da técnica para a esfera doméstica. O olhar técnico determinou a falta de ordem, segundo critérios técnicos, e apontou a necessidade de ordenar tecnicamente o espaço, de modo que cada coisa estivesse no seu lugar. A técnica determinou a necessidade de rompimento com o estabelecido para posterior estabelecimento de novas relações. Era necessário homogeneizar as condições de moradia de cada família.

A desconstituição do assentamento foi necessária para que a organização da materialidade, assim como a gestão das relações sociais fosse estabelecida. A presença da técnica no assentamento trouxe para aquela população novas exigências no que tange à compreensão e ao uso do espaço e do urbano. Diante deste cenário, a remoção e o posterior reassentamento de famílias foi um ambiente que favoreceu um estudo de mudanças estruturais que afetaram diretamente as relações sociais.

A desestruturação do AP pode ser vista por meio de 3 motivações:

- a) Social: objetiva assegurar melhor qualidade de vida e o direito à moradia e à cidade aos moradores do assentamento precário. Através desta motivação é que o projeto foi concebido e os recursos foram rateados, uma vez que há políticas públicas para a remoção de famílias em áreas de risco.
- b) Econômica: estratégia de desenvolvimento urbano, elo entre dois bairros populares e populosos somados à necessidade de otimização do tráfego em áreas economicamente valorizadas, devido à proximidade ao shopping e aos bairros de classe média alta, como Augusta Mota, Morada do Sol e toda extensão da Mestra Fininha.
- c) Urbanística: intui ordenar o espaço urbano em conformidade com a normatização técnica e embelezamento da paisagem.



FIGURA 8 – Fotos da Remoção do Assentamento Precário e do Conjunto Habitacional Vila Vargem Grande
Fonte: Diretoria de Habitação Popular e Cidadania, arquivo pessoal.



FIGURA 9 – Escolha da Disposição das Casas no Conjunto Habitacional Vila Vargem Grande
 FONTE: Diretoria de Habitação Popular e Cidadania

O reassentamento das famílias transferiu os indivíduos para uma área tecnicamente construída, onde a privacidade familiar foi assegurada através do distanciamento das casas, os becos foram substituídos por ruas, os barracos por casas, as fossas sanitárias por banheiros, os imóveis passaram a ter preço de mercado e a paisagem embelezada.

A presença da técnica determinou o formato das casas, logo, ditou a forma como as relações deveriam ocorrer, sendo, deste modo, uma forma de controle, ou seja, uma forma de violência simbólica.

CAPÍTULO 5. PARADOXOS: A CONCORRÊNCIA ENTRE OS PONTOS DE VISTA

Se os agentes têm a oportunidade de distanciar-se dos indesejáveis e aproximar-se daqueles que têm mais empatia, por que não o fazer? Porém, estas mudanças desfiguraram o campo que estava estabelecido previamente, tornando necessária a sua reestruturação, que acontecerá com o decorrer do tempo, tendo em vista o pressuposto de que este se constitui historicamente.

No atual contexto, o capital⁷² que prevalece no campo é o capital econômico e as suas ramificações, como valorização da estrutura física do espaço. Os discursos atribuem à propriedade a possibilidade de gerar capital através da comercialização, com a perspectiva de pagamentos de dívidas, de lucro e investimento num comércio para a família.

A mudança para o Conjunto Habitacional configurou-se no capital econômico que suprimiu, majoritariamente, o capital simbólico e, assim:

Os ganhos de espaço podem tomar a forma de ganhos de localização, eles mesmos susceptíveis de ser analisados em duas classes: as rendas (ditas de situação) que são associadas ao fato de estarem situadas perto de agentes e bens raros e cobiçados (como equipamentos educacionais, culturais ou de saúde); os ganhos de posição ou de classe (como os que são assegurados por um endereço prestigioso... (BOURDIEU, 1997, p.163)⁷³

Alguns espaços são ditos difíceis, dentre eles o espaço de um conjunto habitacional. Tomando por empréstimo alguns posicionamentos de Bourdieu, pode-se inferir que falar de uma realidade exógena é algo complexo e pode gerar indisposições. Entretanto, tomando como ponto de partida a afirmativa acima, é necessário aprimorar os pontos de vista em relação ao objeto estudado, tendo em mente que as práticas e os discursos são reflexos de uma estrutura dominante, que nem sempre é evidente para o objeto.

Em exposições amadoras, jornalísticas e científicas é verificável a difusão da ideia de que as pessoas residentes em assentamentos precários são majoritariamente migrantes da zona rural

⁷² Bourdieu deriva o conceito de /capital/ da noção econômica, em que o capital se acumula por operações de investimento, se transmite por herança e se reproduz de acordo com a habilidade do seu detentor em investir. THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 Jul 2008. doi: 10.1590/S0034-76122006000100003

⁷³ BOURDIEU, PIERRE. *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.

do município e/ou provenientes de outras cidades. O que esta pesquisa apresenta como inusitado é que este campo é composto majoritariamente por pessoas provenientes da área urbana de Montes Claros. A renda familiar mensal é outro aspecto peculiar, uma vez que 32% da população vive com menos de 1 salário mínimo, e 37% tem renda mensal igual a 1 salário mínimo.

O campo pesquisado apresenta-se de forma binária: o assentamento precário e o conjunto habitacional. Embora com dois momentos distintos, o campo apresenta aspectos sociossituacionais que não foram alterados pela modificação estrutural ocorrida no espaço. As principais mudanças ocorridas no ambiente estão no âmbito da inserção da infraestrutura no espaço, na cessão de casas regularizadas e na inclusão de 151 famílias na cidade formal.

O espaço do conjunto habitacional é bem distinto do assentamento precário. Estruturalmente, o conjunto habitacional é homogêneo, composto por casas iguais, mas que já apresentam aspectos identitários condizentes com o estilo de vida da família proprietária, seja nas fachadas ou no interior, 60% das casas já passaram por transformações. Entretanto, se retornar no tempo, a estrutura que precedeu o espaço homogêneo aparece na memória dos agentes de forma bem heterogênea. O antigo espaço constituído às margens do córrego, composto por casas, barracões e barracos de lona, abrigou famílias espacialmente bem próximas, mas com concepções de mundo diversas.

A concorrência entre os pontos de vista pode ser atribuída para a situação que as famílias viviam, haja vista que algumas, com moradias “melhores”, consideram a atual situação como fruto de uma negociação e da troca de uma moradia razoável por outra similar. Outros, que tinham no quintal criações de animais ou plantas, consideram a mudança negativa, uma vez que o complemento da renda foi retirado. Encontra-se, ainda, um terceiro grupo, que é majoritário neste quesito, constituído de pessoas completamente satisfeitas, estas se encontravam em situação bem precária, residentes em lonas e barracos bem próximos ao córrego.

A estrutura social do assentamento precário é coerente com a situação em que as pessoas viviam, tendo como eixo fundamental o desprovimento de capital econômico somado à necessidade de moradia. A necessidade de morar colide com a privação do poder econômico que, segundo Bourdieu, “(...) é, antes de tudo, o poder de colocar a necessidade à

distância...” (BOURDIEU, 2005, p. 55)⁷⁴. À necessidade de morar se sobrepõe o gosto ou a vontade de onde morar, impondo, assim, “(...) um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação do inevitável ...” (BOURDIEU, 2005, p. 350).

O sistema de necessidades registra coerências estatísticas da escolha de um *habitus*. A privação econômica dos moradores do conjunto habitacional fez com que a opção pela convivência e para o estreitamento de laços sociais seja a calçada, a porta de casa, pois não é parte do estilo de vida encontros em locais de consumo, como padarias, sacolões ou espaços de interação social e fortalecimento do capital social, como os centros de convivência, quadras, associações ou reuniões comunitárias. Sendo assim, as escolhas são impostas pelas condições objetivas, de modo que o comportamento, as práticas e as preferências entre os indivíduos desta classe (moradores do conjunto habitacional) são determinadas pela solidariedade de condição.

⁷⁴ BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2005.

5.1 A DIVERSIDADE DE PONTOS DE VISTA

“Eu preferia ficar lá ... Ter mudado para cá foi bom.”

Bourdieu chama de fenomenologia social o tratamento destinado à percepção - os pontos de vista que os indivíduos têm sobre a sua posição ocupada no espaço social objetivo:

A sociologia deve incluir uma sociologia da percepção do mundo social, isto é, uma sociologia da construção das visões de mundo, que também contribuem para a construção desse mundo. Porém, dado que nós construímos o espaço social, sabemos que esses pontos de vistas são, como a própria palavra diz, visões tomadas a partir de um ponto, isto é, a partir de uma determinada posição no espaço social. E sabemos também que haverá pontos de vista diferentes, e mesmo antagônicos, já que os pontos de vista dependem do ponto a partir do qual são tomados, já que a visão que cada agente tem do espaço depende de sua posição nesse espaço. (BOURDIEU, 1990, p. 161)⁷⁵

A percepção dos indivíduos se dá a partir da sua apreensão ativa do mundo, construindo, deste modo, a sua visão de mundo. Esta, por sua vez, é construída através de coações estruturais, pela experiência individual condicionada pela inserção social. Sendo assim, a percepção do mundo social:

É produto de uma dupla estruturação: do lado objetivo, ela é socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-se em combinações muito desiguais: assim como os animais com penas têm mais possibilidade de ter asas do que os animais com pêlo (...). Do lado subjetivo, ela é estruturada porque os esquemas de percepção e apreciação, em especial os que estão inscritos na linguagem, exprimem o estado das relações simbólicas (...) que estruturam o juízo do gosto nos mais diferentes domínios. (BOURDIEU, 1990, p. 161)⁷⁶

Analisar o gosto dos indivíduos é uma tarefa complexa, principalmente quando a análise parte da mera observação seguida de questionamentos. Gostar de estar num espaço ou não, gostar das mudanças ou não, gostar dos vizinhos, são formas de atribuir ao gosto um sentido implícito da percepção dos atores ao que foram submetidos, no caso, a uma remoção espacial para posterior reassentamento. A intervenção pública, vista por um olhar externo, é positiva, levando em consideração a infraestrutura do espaço, bem como a ordenação das

⁷⁵ BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

⁷⁶ IDEM.

casas. Entretanto, basta dar alguns passos dentro do conjunto que as insatisfações se tornam visíveis.

Caminhando pelo conjunto, é perceptível algumas plaquinhas com casas à venda, bem como a modificação de algumas casas.



FIGURA 10 – Casas à Venda

FONTE: Diretoria de Habitação Popular e Cidadania

A percepção dos atores sociais é algo subjetivo, pois está carregada de conhecimentos individuais adquiridos por meio de experiências anteriores. Nesse processo, o aumento da autonomia individual e a posse de um imóvel, legal, permite que indivíduos, assim como Laura, se coloquem frente à intervenção a partir do seu ponto de vista, atribuindo sentido para o seu posicionamento:

[O que teve de bom] o lugar, o asfalto, a avenida, porque lá a gente morava num beco. Eu só não gostei porque aqui eu não estou trabalhando, lá minha irmã me ajudava, murou lá pra mim pôs portão, tinha tudo eles pegou a gente e jogou aqui e nós ficou quarenta e cinco dias sem água e sem luz. (...) eu preferia ficar lá, ter ficado lá, eu preferia ter ficado lá muito mais ... olha a minha casa lá era toda muradinha, minha casa lá... É até para filmar aqui porque era para eles terem pelo menos colocado o muro de arrimo, essa mulher do fundo não tem condições para fazer o muro e eu pior eu não trabalho, não estou trabalhando, então tem esse trem aí no fundo para fazer o muro de arrimo para fazer e não fez. Essas casas “é” toda rachada, tem casa aí que subiu, a água do jeito que vem entra aqui. (Laura)

É por meio da busca de sentido para os fenômenos dos quais se ocupa e pela experiência individual condicionada pela sua inserção social que Laura exterioriza o seu olhar sobre a intervenção, mostrando que, mesmo que distorcidamente, conhece o projeto do HBB e imprime na sua fala outros valores que ultrapassam a intervenção estrutural.

A residência na área insalubre foi apontada como uma alternativa pessoal e familiar para assegurar o direito à moradia, uma vez que as famílias entrevistadas têm características homogêneas no que tange à escolaridade, renda familiar e (re) conhecimento do direito à

moradia. Contudo, embora com a moradia digna, melhoria na qualidade de vida, usufruto do direito à igual proteção pela lei⁷⁷ - por estar em um empreendimento regularizado -, e o gozo do direito à saúde (assegurado pela supressão da precariedade habitacional que reduz consideravelmente o risco de várias doenças), é possível encontrar pessoas insatisfeitas, com sentimentos de perda que veem tal mudança como algo negativo. Estas pessoas ainda não conseguiram imprimir na sua nova moradia uma ressignificação do espaço ocupado.

Deste modo, como em toda intervenção social há pessoas que se adaptam à nova realidade e outras não, a não adaptação pode ter outros aspectos cognitivos que permeiam a percepção dos atores sociais. No caso de Laura, o apego à moradia antiga se deve pelo esforço familiar para a construção física e simbólica do espaço de convivência familiar.

O projeto de remoção e reassentamento das famílias gerou expectativas em alguns moradores acerca das propostas de geração de emprego e renda⁷⁸. Assim como Laura e Flávia, várias famílias têm renda familiar mensal inferior ou igual a um salário mínimo (69%), algumas sobrevivem por meio do Programa Federal de Transferência de Renda (Bolsa Família) . Deste modo, os cursos de geração de emprego e renda geraram expectativas acerca da possibilidade de inserção no mercado de trabalho e do aumento na renda familiar.

Para Laura e Flávia, a profissionalização através dos cursos de capacitação seria uma forma de inserir no mercado de trabalho o grande número de pessoas desempregadas que moram por ali.

Já Elisa, entrevistada em outro quarteirão, tem um posicionamento bem distinto, ao assegurar que a mudança foi muito boa para ela e para a sua família, tendo em vista o tamanho da casa e a localidade. A moradora em questão relata que morava em um cômodo na beira do córrego. Elisa, tanto quanto Trajano, tem um estilo de vida bem parecido, são comerciantes e moravam em uma casa muito pequena e bem próxima ao córrego. Assim, os

⁷⁷ Artigo VII da Declaração dos Direitos Humanos – DDH.

⁷⁸ O HBB é específico para moradores de assentamentos precários e áreas de risco. Desta forma o empreendimento de infra-estrutura (construção de unidades habitacionais para a remoção de famílias) seguiu juntamente com o acompanhamento de uma equipe que desenvolveu o trabalho social. Este trabalho teve três eixos de articulação: ênfase em capacitações para a geração de renda, fortalecimento da organização comunitária, educação ambiental e sanitária.

dois veem a mudança de modo positivo, como o que Bourdieu chama de ganhos de localização⁷⁹(BOURDIEU, 2007, p. 163).

Bom foi porque lá não tinha asfalto, lá eu tinha um barracão de telha de amianto e só 2 cômodos, o banheiro do lado de fora. Era próximo do córrego, em época de chuva mesmo o córrego chegava pertinho da casa da gente, quando enchia. Ter mudado para cá foi bom porque tem asfalto, a casa é grande, tem 2 quartos, é de telha colonial né?... (Trajano)

Eu comprei na beira do esgoto. Quando eu comprei já tinha uma mulher que morava lá, aí ela pegou e vendeu um pedaço do quintal dela para mim. Por isso que o meu pedaço era pequeninim, porque ela vendeu um pedaço dela para mim. Você mora num lugar apertadim e muda para um lugar com mais espaço né? Lá não tinha quintal nem para os meninos brincarem. (Elisa)

No conjunto, não há comoção pela mudança, mas há uma variável que liga um evento ao outro: a necessidade de ser ouvido, de ter a opinião levada em consideração. No caso do CHVG, os atores sociais foram ouvidos antes da remoção através da participação dos mesmos em reuniões com as equipes de trabalho social e arquitetônico, mas após 3 anos (2005-2008) o anseio por falar de como está a vida na casa nova, dos problemas que surgiram é visível.

O cerne do projeto é a elevação dos padrões de habitabilidade e da qualidade de vida das famílias residentes em assentamentos precários.

A proposta deste trabalho é demonstrar como os indivíduos beneficiários do Programa HBB veem esta intervenção. A comparação visual da situação, antes e depois, exposta anteriormente através de fotos, assegura que a qualidade de habitabilidade, ou seja, a qualidade da moradia, o projeto arquitetônico, as condições de conforto, a instalação de módulos sanitários individuais foram garantidos. Mas, e os aspectos subjetivos?

5.2 PERCEPÇÃO DO MUNDO SOCIAL

A intervenção pública alterou de fato a qualidade de vida dos indivíduos e a maioria percebe esta melhoria, e é a partir desta constatação que se nota a prevalência do gosto de necessidade onde a maioria absoluta atribui a melhoria da qualidade de vida a motivações econômicas, como a casa maior/melhor (22%) e à localidade (18%). Ou seja, estes

⁷⁹ BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

indivíduos sentem uma certa liberdade material, uma vez que têm um imóvel numa área nobre e regularizada.

Outra forma de medir a percepção dos indivíduos é quando são levadas em conta as alterações efetuadas na residência. 80% dos reassentados fizeram alterações na casa, indicando que esta não atende às necessidades da sua família, sendo necessário fazer ajustes, desde o muro até a construção de um novo cômodo. E novamente, quando questionados, desta vez, diretamente, sobre o que mais gostam no conjunto, 43% dos indivíduos responderam que era a localização. É notável a sobreposição do capital econômico sobre o capital simbólico, ao apontarem a localização do conjunto como o que mais gostam. O gosto está influenciado pelo valor econômico do imóvel adquirido. As relações simbólicas ficam como a terceira opção, atrás de localização (43%), casa (22%) e vizinhos (15%).

A manutenção ou não de vizinhos permitiu verificar a presença de lutas simbólicas dentro do campo. Através do *habitus* criado no assentamento precário alguns agentes (23%) optaram por alterar a sua posição na estrutura social. Através de estratégias, optaram por alterar as relações de força neste campo. Enquanto 17% dos moradores optaram por manter a sua posição na estrutura, mantendo assim os mesmos vizinhos, outros 22% dos entrevistados ficaram no meio do caminho, ou seja, permanecem com alguns vizinhos antigos e com novos vizinhos.

A luta simbólica estabelecida no campo trouxe manifestações do *habitus*, como:

- A) Ação (gesto) – observação.
- B) Percepção (classificação) – bons ou mal vizinhos.
- C) Reflexão (escolha) – manter ou não o que é conhecido.

A disposição da vizinhança do conjunto habitacional tem imbuído o *habitus* constituído no assentamento precário, a empatia, os conflitos e as preferências. O gosto dos agentes está implícito nas suas escolhas por manutenção ou alteração da sua posição na estrutura, uma vez que eles tiveram a opção de escolher os vizinhos, conforme a preferência.

A escolha das casas e da vizinhança seguiu o critério de sorteio, mas de modo diferenciado. Foi feito um mapa do conjunto habitacional e os moradores seguiram uma sequência e, assim, optavam por uma casa naquele mapa. Os seguintes optavam por ser ou não vizinho daquele que o precedeu. A estratégia dos indivíduos para determinar a sua posição na estrutura foram diversas. 37% dos entrevistados não gostaria de manter os antigos vizinhos

por causas negativas como, quando questionados “por quê” 27% respondeu que não tinha um bom relacionamento, e 8% que os vizinhos antigos eram muito barulhentos.

A vontade ou a escolha por manter a antiga ordem refletiu no desejo, na vontade de manter os mesmos vizinhos está expresso em 43% dos entrevistados. As causas e motivações deste desejo está na convivência e no apego do que é conhecido (22%), enquanto 18% atribui a valores como a “bondade” existente nos antigos vizinhos. Há incoerências! Quando questionados sobre sentir falta do antigo lugar em que moravam, apenas 15% revelou que sentia falta dos antigos vizinhos, enquanto 58% afirmaram não sentir falta de nada.

A criação de estratégias para enfrentar a luta que estava acontecendo no espaço permitiu que alguns agentes alterassem a sua posição na estrutura, além de permitir que outros mantivessem a sua antiga posição num espaço diferente.

O conjunto habitacional é formado majoritariamente por agentes provenientes de outros bairros da cidade, diferenciando-se das concepções hegemônicas acerca dos assentamentos precários. A formação deste conjunto, diferentemente dos demais existentes na cidade, é composta por pessoas de um mesmo espaço geográfico. O reassentamento das famílias foi precedido por reuniões que objetivavam a interação entre os moradores e entre os moradores e técnicos acompanhantes do processo de remoção e reassentamento. As reuniões tinham a finalidade de estimular práticas participativas. Entretanto, o que se percebe é uma comunidade difusa, com baixo capital econômico e com pouca solidariedade.

Os aspectos simbólicos que envolvem a solidariedade comunitária é bem visível, tendo em vista que o conjunto divide-se em duas partes: a direita, denominada Portelinha – menção à favela exibida na novela global, com imagem positiva e organizada, e o lado esquerdo, denominado Cidade de Deus – relacionada ao filme, com população mais pobre e desorganizada. A “ Portelinha” visivelmente apresenta casas com diferenciações, como muros, alarmes, cercas elétricas e fachadas diferenciadas, enquanto que, na “Cidade de Deus”, poucas são as alterações visíveis como muros ou alterações nas fachadas.

No conjunto, a situação manifesta é o perfil socio situacional da população, e as razões que os levaram a morar naquele local. Ou seja, morar no conjunto é resultado de uma ocupação de área pública (terreno doado para a construção de uma horta comunitária que atendesse ao Conjunto Habitacional Joaquim Costa), ou pela compra irregular do terreno através de invasores. Estas características são manifestas;entre entretanto, o interesse situa-se na esfera

subjetiva das ações latentes dos agentes, ou seja, nos aspectos subjetivos impressos nas falas e nas posições dos agentes na estrutura.

A ação dos agentes perante a nova realidade é de conformidade, de sobreposição dos valores econômicos sobre os valores simbólicos, perceptível nas preferências pela localização em detrimento da vizinhança. A percepção dos mesmos com relação às modificações realizadas nas casas apresenta aspecto peculiar, 10% dos entrevistados responderam que não fizeram alterações na casa. Entretanto, a fachada da casa está modificada pela construção de um muro. Ainda com relação às modificações na casa, 50% dos entrevistados responderam que alteraram sim as casas, isto reflete que o formato destas não atende às necessidades da família.

Ao traçar um paralelo entre o assentamento precário e o conjunto habitacional, é possível classificar o posicionamento dos agentes:

- *Conformidade com a situação:* os agentes têm consciência de que estavam em área de risco e em terreno público. Eles ocuparam ou compraram os terrenos cientes da irregularidade.
- *Sobreposição de valores econômicos sobre os simbólicos:* a localização e a atribuição de valor econômico à casa é recorrente, quando direcionados para a antiga situação, a maioria (58%) afirma não sentir falta de nada. A melhoria na qualidade de vida é atribuída à casa (22%) ou à localidade (18%), os demais entrevistados variam com as suas atribuições, como o conforto, o fato de sair de área de risco, a melhoria na saúde, entre outros. A consciência de valor econômico atribuído à casa, ou à localidade é intrínseca, tendo em vista a proximidade dos lugares. O que de fato mudou foi a regularização da casa, o ordenamento territorial e a infra-estrutura básica, como acesso à água, luz, esgoto, asfalto e telefone, interferindo diretamente no valor econômico do imóvel.
- *Modificações:* no assentamento precário, as casas ou barracos eram construídos sem critérios técnicos, mas eram construídos conforme a necessidade e o recurso disponível. As modificações nas casas apresentam caráter identitário, haja vista que os indivíduos tendem a caracterizar as suas residências conforme o gosto e a necessidade, que variam de família para família, estabelecido a partir do *habitus*.

A apatia da maioria dos moradores pode estar ligada à extrema pobreza da situação precedente, muitos moravam em lonas, quase dentro do córrego, sujeitos a todos os tipos

de risco. Ter uma casa, regularizada e com acesso à infra-estrutura, talvez seja o suficiente para a maior parte dos moradores. Outro posicionamento característico trata-se do apontamento do maior problema do conjunto: ausência de infraestrutura no que tange ao acesso a bens e serviços públicos (55%). A reivindicação, ou a simples menção a tal problema é de forma legítima, uma vez que os cidadãos estão formalmente incluídos na cidade.

5.3 AS CONTRADIÇÕES DO TODO E DAS PARTES

É impossível negar que houve melhoria na qualidade de vida dos moradores, seja estruturalmente através da formalização da moradia, do asfaltamento das ruas, da rede de esgoto e da rede elétrica, seja através de melhorias promovidas pelo acesso ao direito à habitação, à convivência em ambiente salubre, à despreocupação com as enchentes ou se o filho está próximo ao esgoto. As relações sociais também passaram por modificações, como a escolha de uma vizinhança com quem se tem mais empatia ou o afastamento dos “indesejáveis barulhentos e encenqueiros”. Estes fatores, sejam eles estruturais ou não, interferem diretamente na qualidade de vida dos indivíduos.

A construção de um conjunto habitacional não se reduziu ao deslocamento da população para a área de reassentamento. Houve os efeitos imediatos, com desdobramentos colaterais. A política pública provocou uma desestruturação socioeconômica na população local, refletida nas tensões e conflitos, na perda de identidade social, na perda do sentimento comunitário, em mudanças nas interações sociais cotidianas; nas transformações do estilo de vida; na perda da matéria-prima da economia doméstica, perda dos sentimentos referidos ao lugar, pressões sobre infraestrutura e acesso a bens e serviços, além da desestruturação econômica; especulação imobiliária, elevação do custo de vida, predominância do sistema informal de trabalho.

Olhar e analisar as mudanças causadas pela política pública (remoção e reassentamento das famílias) permitem falar sobre um espaço de exclusão tanto da cidade formal quanto do mercado formal de trabalho, tendo em vista o perfil socio-situacional da população e a renda

média familiar. Esse espaço traduz a existência, numa configuração determinada, de perfis sociais penalizados pelas transformações sociais e econômicas ocorridas na região. Neste ambiente, há normas de convivência que permitiram à população ter proximidade e agora, no CH, manter também a distância.

5.3.1 IMPACTOS E CONFLITOS

Essa mudança causou impactos e aflorou conflitos existentes nas diversas esferas que cercaram a intervenção. Alterou a qualidade de vida, mudou o formato das casas, desestruturou e reestruturou as relações ali estabelecidas. Embelezou a cidade, desobstruiu o tráfego e endossou algumas contradições, como: processo político e desenvolvimento local.

5.3.1.1 DESENVOLVIMENTO LOCAL NO CONTEXTO DO CONJUNTO HABITACIONAL

A construção de um modelo mais democrático da cidade vai ao encontro das proposições do Estatuto da Cidade, refletindo diretamente na perspectiva do desenvolvimento local, o qual visa contribuir para a constituição da cidadania através da participação popular. Deste modo, a construção da cidadania se dá a partir da participação popular, através da gestão democrática da cidade, uma vez que este processo se direciona para o fortalecimento dos formatos administrativos que endossam o envolvimento da população e, conseqüentemente, asseguram a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos sustentada pela liberdade de escolha.

O termo “*Desenvolvimento*” é alvo de inúmeras reflexões acerca do seu real significado, seja na sua forma mais consensual - economicista, ou nas formas mais complexas que envolvem diversas dimensões objetivas e subjetivas, como a expansão das capacidades individuais. O termo em si apresenta inúmeras facetas que podem conduzir o indivíduo por

caminhos alternativos. Entretanto, as vicissitudes deparam com um eixo paradoxal existente entre o global e o local.

Para Amartya Sen⁸⁰, o desenvolvimento deve ser entendido como a expansão das capacidades dos indivíduos juntamente com a ampliação das suas oportunidades reais, sendo avaliada como a expansão das capacidades das pessoas para levarem o tipo de vida que valorizam. A expansão das capacidades individuais e o acesso às garantias, como os direitos civis estabelecidos nas constituições garantem aos indivíduos liberdades de escolhas, assim como o acesso à cidade, habitação, serviços e equipamentos de uso coletivo.

Este conceito de desenvolvimento apresenta um forte impacto no âmbito sociológico, assim como nas esferas da vida privada, uma vez que as escolhas, liberdades e privações apresentam-se de formas quase que individuais, já que as necessidades e privações dependem da perspectiva de cada indivíduo.

O termo desenvolvimento abarca várias concepções e definições. Porém, como citado anteriormente, o desenvolvimento local é a forma mais próxima do ambiente da cidade, pois incita a participação popular, além de ser o primeiro degrau de acesso do cidadão ao poder público. O movimento de valorizar as raízes e a cultura local, de endossar as peculiaridades locais não é algo linear e espontâneo e, sim, provocado em resposta ao processo de globalização.

Tratar de desenvolvimento local implica apresentar alguns pontos de um processo que colide com os pressupostos básicos deste movimento – a globalização. A globalização do mundo retrata uma nova etapa do sistema capitalista como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. O processo de globalização envolve os indivíduos em sua forma singular e/ou em sua forma coletiva, como povo, nação, tribo⁸¹. A sociedade global emerge subsumindo a hegemonia dos indivíduos e das nações. Conhecer a nova realidade implica reconhecer a trama histórica, marcada não somente por continuidades mas também por rupturas.

⁸⁰SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸¹ IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.13, n.37 jun.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. Acesso em: 14 jul. 2004.

_____. **Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

De maneira lenta e gradual, as barreiras geográficas e culturais entre os “mundos” são desconstruídas, mudando os tipos de relações entre os países centrais e periféricos, redesenhando o mapa do mundo. Agora, torna-se necessário enxergar o mundo como um “corpo”, formado por partes interligadas e não por partes independentes e autônomas.

O processo de globalização fez emergir situações complexas e contraditórias, embora, num sistema global, os Estados nacionais se desenvolvem de maneira diferente, respeitando a sua história e a sua forma de colonização. Sendo assim, o desenvolvimento dos países periféricos não podem ser comparados ao desenvolvimento dos países centrais. A globalização se consolida conquistando a hegemonia, antes dos indivíduos e das nações, induzindo as pessoas, grupos, classes e organizações a ordenarem as suas atividades e modos de pensar conforme as exigências das relações e estruturas da dominação política e econômica.

Paradoxalmente, com a emergência da globalização, emerge um contramovimento, que valoriza as raízes locais, a cultura local, bem como os bens simbólicos. O desenvolvimento local é a consolidação e afirmação da identidade que enfatiza as diferenças e os particularismos, orientando para a construção da cidadania a partir da participação e do envolvimento da comunidade nos processos decisórios.

Esse pode acontecer em três níveis distintos⁸²: regional, municipal e comunitário, caracterizado pela distribuição de renda, sustentabilidade ambiental, somados à mobilização e ao fortalecimento do capital social que dá ênfase à potencialidade organizacional e à cooperação solidária entre indivíduos de uma mesma sociedade. O desenvolvimento local tem a cidade como principal marco territorial e de gestão, tendo em vista o novo papel da administração pública local. A perspectiva do desenvolvimento local é estimulada no âmbito comunitário do CHVG, a partir do Plano de Trabalho Técnico Social, fundamentado sobre os três eixos que se resumem na mobilização comunitária.

Segundo o IBAM, as abordagens acerca do “*Desenvolvimento Local*” no Brasil são recentes e foram iniciadas em meados da década de 90, enfocando questões como a intervenção

⁸² INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas; Aprendiendo de la Innovación: desenvolvimento local. 2005. Disponível em: <http://www.unhabitrolac.org/anexo%5C1004200715541616.%20desenvolvimento%20local.pdf>. Acesso em: 28/02/2008.

territorializada, somada à mobilização dos atores sociais, presentes nos respectivos territórios, além de fixar parcerias multissetoriais, visando à transformação dos territórios fincados sob a sustentabilidade e melhorando a qualidade de vida dos indivíduos.

A noção de desenvolvimento local está vinculada ao desenvolvimento da cidade e encontra, neste espaço, diversos desafios que dificultam o seu estabelecimento, como: a ausência de informações unificadas, a presença de programas desagregados, a fragilidade dos ambientes de cooperação e, principalmente, o modelo de política clientelista arraigada na cultura popular. Este é o maior dos desafios, uma vez que é necessário fortalecer inicialmente a comunidade, e conseqüentemente, da administração pública local como principal promotora do desenvolvimento e da participação destituído de práticas clientelistas e assistencialistas⁸³.

A mudança de perspectiva das ações políticas e da concepção popular de não aceitar as práticas clientelistas e assistencialistas contribuem para a estruturação das políticas públicas e inibe ações com tais características, além de contribuir efetivamente para dar consistência para o desenvolvimento local.

5.3.1.2 UMA PARTE DO TODO: PROCESSO POLÍTICO

Os movimentos contraditórios expressos no âmbito do processo de remoção e reassentamento de famílias implicam artifícios mais amplos que envolvem a ocupação urbana como um processo político permeado de conflitos sociais e estruturais.

A ocupação urbana irregular de Montes Claros pode ser entendida como um processo político a partir da perspectiva de que a administração pública é a responsável pelo planejamento urbano, bem como a principal mediadora dos conflitos existentes no ambiente urbano. As escolhas da administração pública, em meio a uma situação de conflito, são determinantes para a definição dos interesses e necessidades que devem ser priorizados.

⁸³ INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas; Aprendiendo de la Innovación: desenvolvimento local. 2005.

Em Montes Claros, a negligência relativa aos problemas urbanos e ao surgimento dos assentamentos precários teve início em meados da década de 1930, quando foi iniciada a primeira ocupação irregular na região central da cidade, hoje denominada Morrinhos. As iniciativas isoladas abriram o caminho para as sucessivas ocupações irregulares ocorridas nas décadas posteriores. As ações para sanar alguns dos vários problemas decorrentes do crescimento urbano ocorreram na década de 70, a partir da elaboração do primeiro Plano Diretor da cidade. Entretanto, a questão habitacional não foi contemplada. As opções políticas para os problemas pertinentes à questão urbana visaram fornecer à cidade infraestrutura, com o objetivo de atrair investimentos financeiros e industriais, os quais refletiriam no desenvolvimento econômico da cidade.

O surgimento dos assentamentos precários na cidade de Montes Claros pode ser facilmente justificado pelo crescente êxodo rural e pela industrialização dos anos 60 e 70. Todavia, outros fatores contribuíram diretamente para a gênese da cidade informal, como a ausência de moradias para a população de baixa renda, a negligência política e o populismo.

A necessidade de administrar os problemas decorrentes da ausência de moradias para a população de baixa renda transformou a formação de assentamentos precários em alternativa política para acomodar os problemas emergentes de tal conflito. A falta de investimento em políticas públicas habitacionais e as preferências políticas levaram a população de baixa renda a procurar áreas impróprias para o estabelecimento de suas moradias. Essa expansão da cidade informal, até o fim da década de 1980, não foi interpretada como ameaça ao planejamento urbano e para o formato municipal.

A cidade informal somente foi vista como problema social após a Constituição de 1988. Os artigos constitucionais apontavam a necessidade de uma política urbana a partir da mudança de posicionamento da administração pública diante da formação dessas áreas de exclusão territorial. Porém, mesmo com o direcionamento da nova Carta Constitucional, o poder público local ficou sem parâmetros para ações de normatização, de intervenção e de contenção dos assentamentos precários.

O novo modelo de regulamentação trouxe para a administração da cidade um dilema: como resolver ou dissolver os assentamentos precários sem perder os votos da população ali residente? Por alguns anos a opção foi por negligenciar estas áreas e ou de induzir a ocupação de outras áreas públicas. O acesso a planilhas de zoneamento de áreas públicas e

de reservas ambientais por meio de secretarias municipais foi utilizado por figuras políticas do município com objetivos eleitoreiros. Essas figuras, mesmo diante dos novos parâmetros, incitavam a população a ocupar tais áreas de zoneamento.

Em decorrência dessas práticas e opções políticas, situações de conflitos entre a cidade informal e a cidade formal foram ampliadas no decorrer dos anos, acarretando na exclusão de muitos do direito à cidade.

O dilema político ganhou contornos ainda maiores, dificultando sua solução, tendo em vista que a remoção é uma ação que envolve questões políticas, técnicas e estruturais. Embora a CF/88 tenha dado alguns sinais em direção à resolução dos problemas urbanos, somente com a EC 26/2000 essas alternativas se tornaram mais consistentes, por meio da criação de políticas públicas habitacionais com incentivos e projetos federais.

Para sanar os problemas ocasionados pelas escolhas políticas, é necessário lançar mão de novos paradigmas de gestão urbana, como o Estatuto da Cidade e a Lei de Responsabilidade Fiscal, buscando resultados que visem contemplar a inclusão territorial e social da população urbana, a coesão do espaço urbano e a economia dos serviços formais. Tais ações, certamente, contribuirão para a redução dicotômica entre a cidade formal e informal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

(...) o lugar ocupado pode ser definido como a extensão, a superfície e o volume que um indivíduo ou uma coisa ocupa no espaço físico, suas dimensões, ou melhor, seu entulhamento (como às vezes se diz de um veículo ou de um móvel) (BOURDIEU, 2007, p. 164).

O Conjunto Habitacional Vargem Grande é ao mesmo tempo todo e parte. É parte porque é um fragmento da cidade de Montes Claros, e é todo porque é suscetível de fragmentação e eleito como objeto desta investigação. Este trabalho buscou identificar a percepção dos atores sociais frente à mudança social provocada pela destituição do assentamento e pela constituição do conjunto habitacional.

Através deste prisma, a busca foi por integrar uma parte ao todo. Para tanto, no capítulo inicial, foram apresentados os métodos e os traçados epistemológicos e teóricos que orientaram o trabalho. Foram apresentados os pressupostos teóricos e a relação dialética existente entre o sujeito e o mundo objetivado, tendo o *habitus* como principal mediador.

O conceito de *habitus* foi introduzido no intuito de apresentá-lo como princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de um estilo de vida, que é o conjunto de escolhas pessoais. Diferentemente do hábito, que é uma disposição adquirida pela repetição de um ato ou pelo costume, ou seja, é a ação desenvolvida de modo natural, enquanto o *habitus* é uma forma de mediar as relações estruturais e subjetivas que interferem no estilo de vida. O uso do conceito *de habitus* reforça a criação de estratégias dos atores sociais na luta por alterar o seu lugar no espaço do conjunto habitacional, haja vista que

(...) os que não possuem capital são mantidos à distância, seja física, seja simbolicamente, dos bens socialmente mais raros e condenados a estar ao lado das pessoas ou dos bens mais indesejáveis e menos raros. A falta de capital intensifica a experiência da finitude: ela prende a um lugar. (BOURDIEU, 2007, p. 164)

Embora não pudessem distanciar-se do lugar, os indivíduos criaram estratégias para se afastarem das pessoas indesejadas, por meio da escolha da vizinhança e da localização da sua casa.

O impacto da mudança trouxe posicionamentos distintos, algumas vezes paralelos, e outras concorrentes. O que não foi esquecido nesta trajetória foi o sentido simbólico da mudança de endereço, da mudança de lugar, haja vista que quando as pessoas mudam de casa, de endereço, elas carregam consigo todo um passado repleto de experiências e histórias que compõem a sua subjetividade.

No capítulo segundo, a proposta foi dar alguns indícios de como o processo de urbanização, a organização da cidade, a inserção da temática acerca da política urbana na Constituição de 1988 contribuíram para se pensar em políticas públicas direcionadas para a população das cidades.

O terceiro capítulo consistiu no tratamento da anatomia espacial da cidade de Montes Claros e o formato de ocupação das terras públicas. Foram salientados os aspectos políticos impressos no crescimento da cidade informal e algumas políticas públicas de aspectos curativos para a questão habitacional.

Deste modo, o quarto capítulo traz o posicionamento dos atores sociais no que tange à apropriação e desapropriação do espaço. A grande surpresa que os indicadores trazem é a desmitificação de que a população dos assentamentos precários é majoritariamente de pessoas provenientes da zona rural ou de outras cidades. Neste caso, a população proveniente da área urbana de Montes Claros é de 55%.

Na avaliação geral, a melhora na qualidade de vida é apontada por 87% dos entrevistados, o que demonstra que, embora tenha sido uma ruptura com a antiga ordem vigente, a população percebeu a intervenção positivamente. A melhoria na qualidade de vida é atribuída ao aspecto material, ou seja, para 29% da população, a casa é um fator determinante para a melhoria na qualidade de vida.

Em relação a outras variáveis, verificou-se que 55% das residências têm adensamento excessivo⁸⁴, ou seja, com três ou mais pessoas por dormitório. No que tange à renda

⁸⁴ **Adensamento Excessivo** – A identificação dos domicílios com adensamento excessivo pela Fundação João Pinheiro necessitou da definição do limite aceitável de pessoas por domicílio. Para tanto, os autores utilizaram o indicador “moradores por dormitório” e definiram como “congestionado” todo domicílio com presença de mais de três pessoas por dormitório, com a justificativa de que, no Brasil, os domicílios particulares permanentes possuem, em média, de três a quatro moradores. Além de diferenciar a densidade excessiva por classes de renda familiar, separaram os domicílios em duas categorias – casas e apartamentos –, pois é possível estabelecer programas de ampliação para as casas, enquanto os apartamentos congestionados demandam a mudança dos moradores para um domicílio maior. GENEVOIS, MARIE LOUISE BULHÕES PEDREIRA; COSTA, OLAVO VIANA. CARÊNCIA HABITACIONAL E DÉFICIT DE MORADIAS: QUESTÕES METODOLÓGICAS. *São Paulo Perspec.*, São Paulo, v. 15, n. 1, Jan. 2001. Disponível em:

familiar, 68% da população apresenta renda igual ou inferior a um salário mínimo (R\$ 415,00). Nota-se ainda que, nesta renda, estão incluídos benefícios socioassistenciais, haja vista que 43% da população é referenciada pelo bolsa família.

Outros aspectos, como a mudança no interior e no exterior da casa também são apontados, 60% dos entrevistados alteraram as casas, seja com muros, seja em acréscimo de cômodos, possibilitando compreender que a estrutura da casa não atendeu às necessidades da sua família. Estas mudanças também podem ser compreendidas como a busca de integração da casa no conjunto habitacional com as casas do resto da cidade. A desfiguração do conjunto habitacional pode ser vista como a necessidade dos moradores sentirem-se diferentes e incluídos através da desconfiguração das casas. Veja-se que as fachadas e os formatos iguais representam a homogeneização de uma comunidade, o ato de transformá-la implica em atribuir significado e em apropriar do seu espaço.

O último capítulo traz à tona os paradoxos impressos na perspectiva dos atores sociais, a concorrência dos pontos de vista e a percepção do mundo social. Apresenta também os movimentos contraditórios impressos na parte e no todo.

A integração das pessoas do CHVG à cidade formal ocorreu de forma superficial, haja vista que não houve grandes mudanças acerca do modo de vida e do traçado socioassistencial. Os atores sociais perceberam esta integração somente através dos encargos de morar formalmente, dos custos gerados pelo fornecimento de água encanada, rede de esgoto e energia elétrica. Em termos de indicadores socioassistenciais a população do conjunto ainda encontra-se à margem da formalidade, se observada a renda familiar. Outro indicador que consolida estas informações é a quantidade de moradias com a quantidade de moradores superior à capacidade do imóvel.

Assim, o estilo de vida dos moradores do conjunto habitacional é igual à maior parte dos moradores de bairros populares de baixa renda. Entretanto, estas pessoas têm agregado ao valor da sua casa os ganhos de espaço, pelo fato de estarem bem próximos ao centro de compras da cidade.

A dualização da cidade em formal e informal ocultou outros formatos classificatórios, repletos de complexidade, dinamismo e interdependência dos fragmentos. A polarização

realizada neste trabalho apresentou uma das diversas lógicas de deslumbramento da organização espacial da cidade. E, diferentemente do que se pode pensar, a cidade formal e a informal não são separadas por uma linha imaginária, uma vez que os nichos informais estão costurados em meio aos formais, dando contorno para o todo.

Perceber as mudanças provocadas pela remoção e reassentamento é uma ação individual, reflexo da liberdade e da autonomia dos indivíduos frente à supressão das carências materiais expressas na ausência de moradia. Os atores sociais têm no projeto o papel de coadjuvantes, porém dotados de autonomia para interferir no seu futuro, construindo democraticamente estratégias para a resolução dos problemas. Entretanto, estes atores puderam ser agentes ativos da mudança ou passivos. Passivos porque o processo de mudança não dependia da sua vontade, e ativos por meio da participação efetiva no projeto que possibilitava a sua participação, e até mesmo nas tomadas de decisão.

Os atores sociais foram, ao longo deste trabalho, compreendidos como pedra angular para a execução da intervenção estatal e como possibilidade de promoção do desenvolvimento local na comunidade, embora não tenham sido negligenciados aspectos mais amplos que contemplam esferas municipais e nacionais.

Este trabalho entendeu que o processo de remoção e reassentamento no conjunto habitacional é uma mudança social positiva no meio urbano, tanto para os envolvidos diretamente quanto para os demais habitantes da cidade. Os moradores do conjunto habitacional tiveram ganhos na autonomia individual e coletiva, além de uma melhoria na qualidade de vida, enquanto os demais moradores da cidade tiveram ganhos referentes à ampliação da cidade formal, do embelezamento urbano e, principalmente, no que tange ao atendimento das funções sociais da cidade.

Seria inviável tratar da perspectiva local sem focalizar os fenômenos decisivos que cercaram a mudança de posicionamento do Estado frente aos movimentos criados pela crescente urbanização. Foi por meio do reconhecimento do direito à moradia como direito social que projetos assim foram concebidos no final da década de 1990.

Neste processo de investigação sociológica, não se buscou um lugar composto por pessoas que tivessem um pensamento único; pelo contrário, a investigação foi instigada pela necessidade de ver de perto a diversidade de pontos de vista expressos num mesmo espaço,

por pessoas com perfis semelhantes. Assim, foram descobertos nichos com pensamentos distintos, por vezes paralelos e por outras concorrentes.

Os protagonistas deste trabalho foram Lauras, Marias, Joãoes, Trajanos, Franciscos... Uma diversidade de identidades e de pontos de vista que costuraram aspectos teóricos, empíricos e metodológicos. A preocupação não era ter um protagonista em meio a um determinado cenário, mas a verdadeira preocupação, desde o início, foi dar voz e vez para os atores sociais de modo que eles tivessem autonomia para se posicionarem diante da sua própria vida.

A inefetividade do acompanhamento social, a falta de entrosamento da população e a oferta de cursos que não corresponderam à vocação produtiva da comunidade contribuíram para estes posicionamentos. É verificável também a dificuldade enfrentada pela equipe de trabalho social, uma vez que a população tem pouca coesão e pouco envolvimento com o que lhes é proposto. Estas dificuldades são explícitas através da reclamação de Trajano, ao suscitar a dificuldade de mobilizar a comunidade para solucionar problemas de interesse comum.

Assim como os moradores deste conjunto habitacional, existem outros indivíduos que tiveram a sua posição espacial alterada e, com base nesta afirmativa, o alvo foi saber como estas pessoas se sentiram diante desta mudança e da alteração no espaço social. Sendo assim, as entrevistas, questionários e conversas informais permitiram constatar que a mudança suscitou posicionamentos distintos.

Alguns gostariam de ter permanecido na antiga moradia, outros entendem que, através da outra moradia, tiveram oportunidade de ter uma casa digna, outros pensam que nada mudou e que a vida continua do mesmo jeito. Outra vertente foi a forma encontrada por alguns agentes de manter a sua posição na estrutura, não alterando a disposição da vizinhança, enquanto outros escolheram se afastar das antigas relações estabelecidas no assentamento precário. Para tanto, os aspectos subjetivos foram deixados em segundo plano, dando ênfase aos aspectos econômicos, como nos ganhos de localização e na valorização do imóvel. As necessidades ou o maior problema do conjunto habitacional sob a ótica dos moradores é a ausência de infraestrutura, como o acesso aos serviços e equipamentos públicos.

As pessoas vítimas de perdas, de alguma forma têm um posicionamento negativo explícito na vontade de permanecer no lugar de origem. Esta postura remete a uma situação estrutural,

seja na casa, através de um muro e de um portão e na impossibilidade financeira de fazê-los na nova casa, seja na perda da economia doméstica, como a criação de cabras e nas hortas domésticas. Estas pessoas que veem a mudança negativamente têm, por trás, outra interferência, como desemprego, ou falta de autonomia diante de um bem que, em tese, lhes pertence, mas que ainda não tem a escritura e a possibilidade de vendê-lo.

Posicionamentos assim permitem constatar que é necessário criar situações para que as famílias tenham condições de arcar com os custos de morar legalmente. A mudança acarretou o aumento das despesas expressas em custos como água, energia, rede de esgoto, iluminação pública e como se manter sem ter um emprego formal. As queixas são pertinentes, uma vez que não lhes foi dada a possibilidade de inserção num mercado de trabalho.

Em suma: a mudança social proporcionada pelo Estado, por motivações latentes ou manifestas, funcionaram como ferramentas de promoção da mudança social positivamente, contudo com imperfeições e deslizes. O que é manifesto são a apatia e o conformismo social, a desarticulação e a falta de mobilização comunitária. Se os membros desta comunidade tivessem se apropriado dos instrumentos e mecanismos que lhes foi oferecido através do Trabalho Técnico e Social, com certeza os ganhos de autonomia e de desenvolvimento local seriam significativos, não somente por meio da promoção de coesão social e de adensamento simbólico, mas promoveria também ganhos e avanços materiais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. I. S. ; LEITE, M. E. . Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros. 2007. (Relatório de pesquisa)

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. *EURE (Santiago)*. [online]. sep. 2002, vol.28, no.84 p.133-144 Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612002008400008&lng=es&nrm=iso>. ISSN 0250-7161. Acesso em: 17 dez. 2008.

BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: USP, 1996.

BOURDIEU Pierre; ABDELMALEK Sayad. A dominação colonial e o saber cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 26, p. 41-60, jun. 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. **Meditações Pascalinas**. 2001.

_____. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2005.

BRASIL, CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO.

BRASIL, Ministério das Cidades. **Manual da Regularização Fundiária**. Programa Nacional de Capacitação das Cidades. Brasília, DF, 2009. 175 p.

BRASIL. LEI Nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Textos técnicos para subsidiar a formulação do programa nacional de integração urbana de assentamentos precários. Ministério das Cidades – Secretaria Nacional de Habitação 03 e 04 de setembro de 2003. Disponível em: Acesso em: 24/09/2007.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

COSTA, Heloisa Soares de Moura. A cidade ilegal: notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade. IN BRANDÃO, Carlos Antonio Leite (org.) **As cidades da cidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. Expansão das relações capitalistas de produção. In LUZ, Aline et all. **Grande Sertão**: veredas e seus ecossistemas. Montes Claros: GEA – Grupo de Estudos e Ação Ambiental, 1991.

DURKHEIM, Emile. **Da Divisão Social do Trabalho**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GRAZIA, Grazia de (ORG). **Plano Diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990

_____. Planos Diretores Participativos – as Políticas Setoriais e a construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Ministério das Cidades Secretaria Nacional de

Programas Urbanos. Disponível em <http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/pagina.php?id=2163> . Acesso em: 15 dez. 2008.

IANNI, Octavio. As ciências sociais na época da globalização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v.13, n.37 jun.1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091998000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0102-6909. Acesso em: 14 jul. 2004.

_____. **Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. Foro Iberoamericano y del Caribe sobre Mejores Prácticas; Aprendiendo de la Innovación - Aprendiendo de la Innovación: desenvolvimento local. 2005. Disponível em: http://www.mejorespracticas.org/docs/Publicaciones/8_Desenvolvimento_Local_IBAM.pdf. Acesso em: 23/08/2007.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LESSA, Simone Narciso. **Trem de ferro: do cosmopolismo ao Sertão**. Campinas: IFCH/Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1993.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. IN ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Metrópole, legislação e desigualdade. In **Estudos Avançados**, 2003, vol. 17, nº 48.

MILLS, Wright C. **A imaginação sociológica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento — Pesquisa Qualitativa em Saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. In **Revista de Estudos Regionais e Urbanos** nº 6, Jun-set 1982, p. 38-54.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes**. Rio de Janeiro: 1957.

PEREIRA, Laurindo Mékie. Montes Claros anos 50: entre a esperança e a frustração. In **UNIMONTES CIENTÍFICA**. Montes Claros, v.1, n.1, mar/2001.

PINHEIRO, Eloísa Petti. **Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos**. Salvador: Eduba, 2002.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa Omega, 1976.

Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) *UN-habitat* o estado das cidades 2006/07.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A reforma e o plano: algumas indicações gerais. In GRAZIA, Grazia de (ORG). **Plano Diretor**: instrumento de reforma urbana. Rio de Janeiro: FASE, 1990

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLNIK, Raquel. Entrevista concedida à Rádio Fórum da Reforma Urbana. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>> . Acesso em: 15 dez. 2008.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1996. P.16.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. Rev. Adm. Pública , Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 Jul 2008. doi: 10.1590/S0034-76122006000100003

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política. In **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 1992.

ANEXOS

ANEXO 1

PERÍODO	(%) POPULAÇÃO RESIDENTE POR AGLOMERADO															
	Cidade Industrial	V. Castelo Branco	Morrinhos	V. S. Francisco de Assis	Vila Campos	Cidade Cristo Rei	Cyro Dos Anjos	Vila Mauricéia	Vilage do Lago	Rua da Prata	Vila Itatiaia	Rua 20	Praça São Vicente	Vila Tupã	Vila Alice	Chiquinho Guimarães
0 a 5 anos (2002 - 2007)	38,95	21,62	29,55	30,04	42,39	13,61	27,42	36,84	41,51	20,41	37,98	13,19	29,96	20,22	21,51	29,05
5 a 10 anos (1997 - 2002)	43,02	20,27	15,15	13,85	51,09	13,61	50,00	21,53	41,51	18,37	23,26	25,27	10,13	7,87	17,20	33,52
10 a 15 anos (1992 - 1997)	16,86	33,11	17,42	21,58	6,52	16,49	14,52	12,92	9,43	22,45	35,66	16,48	24,67	40,45	23,66	30,17
15 a 20 anos (1987 - 1992)	1,16	6,08	9,09	13,31	0,00	4,71	8,06	17,22	0,00	0,00	1,55	14,29	6,61	0,00	15,05	2,79
20 a 25 anos (1982 - 1987)	0,00	18,92	20,45	17,27	0,00	32,46	0,00	7,66	7,55	38,78	1,55	30,77	17,62	0,00	10,75	4,47
25 a 30 anos (1977 - 1982)	0,00	0,00	8,33	3,96	0,00	19,11	0,00	3,83	0,00	0,00	0,00	0,00	11,01	31,46	11,83	0,00

FONTE: ALMEIDA, M. I. S. ; LEITE, M. E. Diagnóstico socioeconômico das aglomerações subnormais de Montes Claros. 2007

ANEXO 2.

O SUJEITO																																					
1. Idade (em anos):		2. Sexo: (1) Feminino (2) Masculino																																			
3. Escolaridade:																																					
(1) Ensino Fundamental Incompleto (2) Ensino Fundamental Completo (3) Ensino Médio Incompleto (4) Ensino Médio Completo (5) Ensino Superior Incompleto (6) Ensino Superior Completo																																					
4. Ocupação: _____																																					
5. Proveniência da família:																																					
(1) Montes Claros - Área Urbana (2) Montes Claros - Zona Rural (3) Outra Cidade do Norte de Minas (4) Outra Cidade de MG (5) Outros																																					
6. Qual a renda familiar?																																					
(1) Menos de 1 S/M (R\$ 415,00) (2) Um S/M (3) Mais de 1 a 2 S/M (4) Mais de 2 a 3 S/M (5) Mais de 3 S/M																																					
7. Recebe algum tipo de benefício governamental? (1) Não (2) Sim. Qual? _____																																					
8. Quem é o principal responsável pelo sustento da família?																																					
(1) Marido (2) mulher (3) filho (4) outros																																					
9. Você participa de grupos ou organizações?																																					
(1) Sim (prossiga para a p. 9.1) (2) Não (pule para a p. 10)																																					
9.1. Grupos Religiosos				(1) sim (2) não																																	
9.2. Associação bairro/ moradores				(1) sim (2) não																																	
9.3. Partidos Políticos				(1) sim (2) não																																	
9.4. Movimento Moradia/Mutirão				(1) sim (2) não																																	
9.5. Grupos de teatro/ artes				(1) sim (2) não																																	
9.6. Grupos Esportivos				(1) sim (2) não																																	
10. Quantas pessoas moram na sua casa com você? _____																																					
<table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Parente</th> <th colspan="3">Variáveis</th> <th rowspan="2">Códigos Parentesco</th> </tr> <tr> <th>Idade</th> <th>Sexo (1) Feminino (2) Masculino</th> <th>Grau de Parentesco</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>1. (entrevistado)</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td rowspan="6">01 – Filho 02- Marido/ Esposa 03- Pai/Mãe 04-Outros</td> </tr> <tr> <td>2.</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>3.</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>4.</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>5.</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>6.</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>					Parente	Variáveis			Códigos Parentesco	Idade	Sexo (1) Feminino (2) Masculino	Grau de Parentesco	1. (entrevistado)				01 – Filho 02- Marido/ Esposa 03- Pai/Mãe 04-Outros	2.				3.				4.				5.				6.			
Parente	Variáveis			Códigos Parentesco																																	
	Idade	Sexo (1) Feminino (2) Masculino	Grau de Parentesco																																		
1. (entrevistado)				01 – Filho 02- Marido/ Esposa 03- Pai/Mãe 04-Outros																																	
2.																																					
3.																																					
4.																																					
5.																																					
6.																																					
A CASA																																					
11. Como era a casa que você morava antes?																																					

11.1. Você (sua família) era proprietário da casa?																																					
(1) Sim (pule para a questão 12) (2) Não																																					
11.2. Pagava aluguel?																																					
(1) Sim (pule para a questão 12) (2) Não																																					
11.3. Morava de Favor? (Casa cedida/doada)																																					
(1) Sim (pule para a questão 12) (2) Não																																					
11.4. Morava com parentes?																																					
(1) Sim (pule para a questão 12) (2) Não																																					
11.5. Outros. Especifique _____																																					
12. Você acha que melhorou a qualidade de vida? Por quê?																																					

13. O que você mais gosta na casa em que está morando agora?																																					

14. O que você não gosta na casa em que está morando agora?																																					

15. Existem problemas na casa onde você mora? Quais? _____	
16. Você fez modificações na sua casa? Sim (1) Não (2) (pule para a pergunta 18).	
16.1 Quais? _____	
17. Você pretende fazer alguma modificação ou reforma na sua casa? Sim (1) Não (2) (pule para a pergunta 19).	
17.1 Qual? _____	
O CONJUNTO	
18. O que você <u>mais</u> gosta no conjunto? () Casa () Infra-Estrutura () Os Vizinhos () Outros. Especifique _____ () O Ambiente () Localização	
19. Qual o <u>maior</u> problema do conjunto? () Segurança () Localização () Vizinhança () Ausência de Infra-estrutura (Saúde, Cras, Telefone, ensino)	
20. Você conhece os seus vizinhos do conjunto? (1) Sim (2) Não	
21. Como você conheceu os seus vizinhos? _____	
22. Você tem uma boa convivência com eles? (1) Sim (2) Não	
23. Qual o lugar no conjunto que você encontra os seus vizinhos com <u>mais</u> freqüência? () Padaria () Bar () Praça () Na porta de casa () Reuniões () Quadra () Outros. Especificar _____	
24. Qual lugar você <u>mais</u> freqüenta no conjunto? () Padaria () Bar () Praça () Na porta de casa () Reuniões () Outros. Especificar _____	
A INTERVENÇÃO	
25. Você ficou satisfeito com a localização da sua casa? (1) sim (2) não	
26. Você mantém contato com os seus antigos vizinhos? (1) sim (2) não	
27. Você trouxe alguma coisa, além dos móveis da outra casa? (1) sim (2) não	
27.1. Plantas	(1) sim (2) não

27.2. Portão	(1) sim (2) não
27.3. Ferragens	(1) sim (2) não
27.4. Janelas	(1) sim (2) não
27.5. Tijolos	(1) sim (2) não
27.6. Padrão de energia	(1) sim (2) não
27.7. Telhas	(1) sim (2) não
27.8. Madeiramento	(1) sim (2) não
27.9. Outros	(1) sim (2) não

28. *Você sente falta de alguma coisa da sua antiga moradia? O que?*

29. *Você acha que ter uma casa é um direito?*

(1) sim (2) não

30. *Para você foi tranquila a mudança de ambiente?*

(1) sim (2) não

31. *Com relação ao processo de intervenção, o que você acha que deveria ter sido diferente?*

32. *Você gostaria de ter mantido os mesmos vizinhos? Por quê?*

INFRAESTRUTURA

33. INFRAESTRUTURA	1. MELHOROU MUITO	2. MELHOROU	3. NEM MELHOROU NEM PIOROU	4. PIOROU	5. PIOROU MUITO
Fornecimento de água					
Rede de esgoto					
Fornecimento de energia elétrica					
Coleta de lixo					
Limpeza urbana (varrição)					
Pavimentação asfáltica					
Iluminação pública					
Transporte público					
Correio					
Telefone Público					